



ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



OPERAÇÃO
BRASIL-ARGENTINA
NA ÁREA NUCLEAR

Nº 734
Nov/Dez-87

z de Alencar Aragão



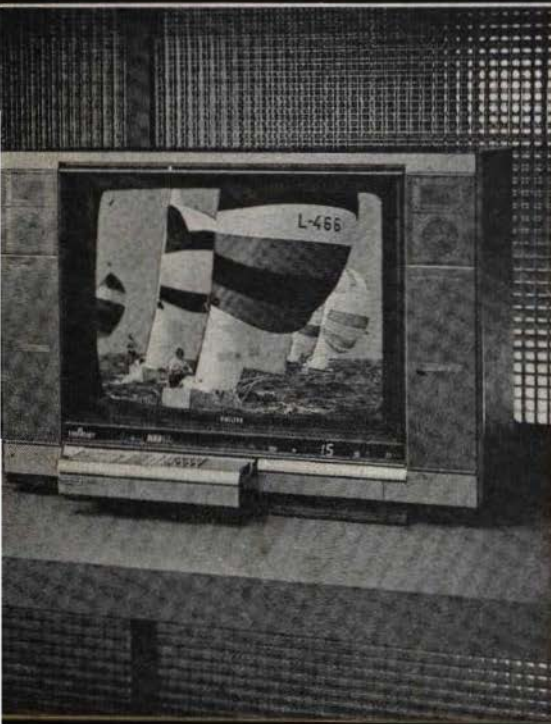
Quando a Philips inventou o Sistema Compact Disc Digital Audio, o som digital a laser, os críticos e amantes de música ficaram emocionados com o som puro e perfeito. Sem distorções, chiados ou ruídos. Além disso, o processo de leitura óptica que não desgasta o disco e a película protetora que recobre a gravação digital tornaram os discos quase eternos.

Mas o Compact Disc é hoje mais do que uma maneira de obter um som puro e perfeito. A Philips levou o CD mais longe desenvolvendo o CD-ROM (Read Only Memory), que com seus 600 megabytes pode armazenar até uma enciclopédia completa.

E o CD-Interactive, que dá acesso de forma interativa e simultânea a um sistema multimídia, com áudio, vídeo, textos e dados.



Philips. Dá o tom em matéria de som.



Mas se a Philips aperfeiçoa o som e a imagem da era digital, também aperfeiçoa seus aparelhos de TV. E aí está o Trendset 20 Stereo Espacial. Imagem perfeita, som perfeito e estéreo. Painéis de conexão que permitem ligar diversos equipamentos de áudio e vídeo ao mesmo tempo.

E sistema de controle remoto destacável, o mais completo disponível no mercado, com 31 funções. Tanto o Compact Disc como o Trendset 20 Stereo Espacial são provas de como a pesquisa da Philips é usada para inovar sempre, dando mais colorido à sua vida.

Philips. Produtos de última geração.



PHILIPS



SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

COOPERAÇÃO BRASIL-ARGENTINA NA ÁREA NUCLEAR ...	6
Luiz de Alencar Araripe	
ESTRATÉGIA OPERACIONAL	31
Obino Álvares	
CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO (CPEAEx)	89
Synésio Scofano Fernandes	
O ENVOLVIMENTO DOS EUA NO SUDESTE ASIÁTICO (I) ...	151
Antonio Sergio Geromel	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FLUXO HISTÓRICO	19
Marcelo Affonso Monteiro	
A GUERRA DAS MALVINAS: CONFLITO INEVITÁVEL QUE NUNCA DEVERIA TER OCORRIDO	42
Joseph S. Tulchin	
A PROBLEMÁTICA DO CONE SUL	63
Carlos de Meira Mattos	
Therezinha de Castro	
QUESTÃO AGRÁRIA: O ESTATUTO DA TERRA – UMA SISTEMÁTICA DO PROCESSO REFORMISTA	118
Pedro Montenegro Barbosa	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

PRINCÍPIOS DE GUERRA. SUA VALIDADE E APLICAÇÕES NA GUERRA MODERNA	127
Carlos Tabajara da Costa Torino	

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

A HIDRELÉTRICA DE SALTO GRANDE – UMA EXITOSA INTEGRAÇÃO REGIONAL ARGENTINO-URUGUAIA NA CALHA DO RIO DA PRATA	142
Ruben J. de Hoyos	

EDITORIAL	5
-----------------	---

INFORMAÇÕES	167
-------------------	-----

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

SEMANAL — Principais temas: MATRIZADA MILITAR, ATIVIDADE CIVIL DE COMANDO e 2. DE BOMBA DE

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor:

Bernardo Ringer, Estevão Lúcio de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Maria Clementino Lima e Silva, Carlos Rodrigues, Jorge Pinheiro, Rompão Cavalcanti, Eudécio Figueiredo, Tarciana, Amaro Adá Nova, Maciel de Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Philips do Brasil	2ª capa
Centro de Estudos Estratégicos	3ª capa
Avibrás Indústria Aeroespacial S/A	4ª capa
Helibrás - Helicópteros do Brasil S/A	126



NOSSA CAPA

O ÁTOMO — O domínio da energia nele contida representa a grande aspiração das nações que se querem soberanas no século XXI.

Se, do ponto de vista bélico, seu valor tende a perder substância, diante dos desafios para o controle do seu poder destrutivo, seu uso para fins pacíficos continua sendo a grande esperança para o progresso e o bem-estar da humanidade.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	Cel Edison Murillo Serratine
Conselho Fiscal:	Cel Newton Nunes da Silveira
	Cel Carlos da Costa e Silva
	Cel Arthur Telles Cramer Ribeiro
Suplentes:	Ten Cel Descartes Leite Gahyva
	Ten Cel Arismar Dantas de Oliveira

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Claudio Moreira Bento
	CMG José Correia de Sá e Benevides
	Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 120,00
Exterior – US\$ 50
Número avulso – Cz\$ 30,00
As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE


Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua México, 148, gr. 501
CEP 20031 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 240-1530



A BIBLIOTECA DO EXÉRCITO INFORMA

1888/1988 CENTENÁRIO
DA ABOLIÇÃO
DA ESCRAVATURA

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO



Como parte das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, a BIBLIEX promoverá os concursos literários TASSO FRAGOSO, para oficiais das Forças Armadas e Cívicas e FRANKLIN DÓRIA para Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, cujo tema será "O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO"

**PARTICIPE !
VOCÊ
É CAPAZ !**

NO PRÓXIMO NÚMERO DESTA
REVISTA SERÃO PUBLICADAS
MAIORES INFORMAÇÕES.



EDITORIAL



Em desrespeito consentido à lei – traço perverso do caráter nacional, ultimamente tão em evidência – o Hino Nacional vem se transformando em objeto de utilização, no mínimo, curiosa.

Qualquer manifestação de massa é, hoje, pretexto para ser cantado, em ritmo, compasso e harmonia tão variados quanto os objetivos que a motivaram.

Nada surpreenderá se, dentro em breve, não venha ele a ser entoado nos motins carcerários ou nos funerais dos “bandidos-heróis”, tal como já consagrado nas invasões de propriedades e nos movimentos grevistas, como forma de mistificação.

Não menos estranha é sua inclusão nos concertos ditos musicais, dirigidos a multidões delirantes, em ambiente dominado por alucinógenos e pela estridência das guitarras elétricas.

Com isso, o simbolismo do Hino vai sendo, aos poucos, desgastado.

Somos ainda dos que entendem que existe um momento certo para se cantar e ouvir o Hino Nacional, como prescrito em lei. Nele, o patriotismo predomina, e não o interesse classista ou a promoção supostamente artística.

Infelizmente, pátria e patriotismo, no seu sentido tradicional, afiguram-se, aos poucos, conceitos ultrapassados. Os valores espirituais vêm sendo absorvidos pelos valores materiais; o humanismo pelo domínio da ciência e da tecnologia. Pretende-se que um novo mundo está sendo construído sem qualquer compromisso com os valores do passado.

“A Defesa Nacional” registra o fenômeno, numa provocação à sensibilidade dos seus leitores e colaboradores.

Pelos ideais que lastrearam sua criação e que têm sido, até hoje, por ela cultivados, não pode deixar de exprimir, nesse grito de alerta, a preocupação de que, quando o valor da lei descumprida for levado em conta, será hora de se compor novo Hino Nacional, tal o desgaste do que hoje se canta tão profusamente.

E, sabe Deus, com que inspiração...



COOPERAÇÃO BRASIL - ARGENTINA NA ÁREA NUCLEAR

Luiz de Alencar Araripe

O domínio da tecnologia do enriquecimento do urânio, pelo Brasil, é posterior à elaboração deste artigo e, conseqüentemente, omitido.

Nem por isso, entretanto, invalida as idéias e considerações nele expostas, com muita sensatez e propriedade, pelo autor, cuja intimidade com o processo de emancipação tecnológica do Brasil no campo nuclear é, de sobejo, reconhecida.

A VISITA DO PRESIDENTE SARNEY A PILCANIYEU

Em julho último, durante curta estada na Argentina, o Presidente Sarney tornou-se o primeiro chefe-de-estado estrangeiro a visitar a usina de enriquecimento do urânio, situada em Pilcaniyeu, próximo a Bariloche. Ao convidar o Presidente do Brasil a visitar uma instalação ultra-secreta do programa nuclear argentino, o Presidente Alfonsín há de ter querido dramatizar a seriedade dos propósitos de seu governo, no aprofundar a cooperação com

o Brasil, afastando a possibilidade de uma corrida nuclear entre os dois países.

O domínio da tecnologia do processo da difusão gasosa e a construção de uma usina industrial de enriquecimento do urânio são um notável feito dos argentinos. Com ele, o país tornou-se o 8º do mundo a enriquecer o urânio, ao lado das potências nucleares que dispõem de armas nucleares (Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra, França e China) e de países nuclearmente desenvolvidos (Holanda e República Federal da Alemanha).

O feito foi ainda mais notável, quando se atenta para as circunstâncias em que foi praticado. Assim é que os argentinos o executaram com recursos exclusivamente nacionais, ficando em condições de enriquecer urânio sem salvaguardas, isto é, sem controles internacionais. Além disso, mostraram notável competência em manter o segredo do projeto, escolhendo o momento para anunciar ao mundo o seu resultado. Quando esse anúncio foi feito, a 18 de novembro de 1983, colheu de surpresa os serviços de informações e os círculos nucleares de todos os países. Não faltou mesmo quem pusesse em dúvida a comunicação feita pelo então Presidente da CNEA (Comisión Nacional de Energía Atómica) Almirante Castro Madero, questionando o porte industrial da usina. Houve, também, quem visse em Pilcaniyeu o berço da bomba nuclear argentina. O gesto do Presidente Alfonsín, dando aos brasileiros acesso a Pilcaniyeu, afasta os remanescentes daquelas dúvidas e suspeitas.

EMULAÇÃO BRASIL-ARGENTINA

Ao iniciarem o Brasil e a Argentina seus primeiros passos na energia nuclear, não faltou quem visse continuar-se nesse campo a emulação entre "adversários históricos", agora pelo domínio de uma tecnologia de ponta, com profundas repercus-

sões no balanço de poder e de prestígio na América do Sul.

Lembre-se que, à época do Presidente Perón, surgiram rumores de que a Argentina se lançava ao desenvolvimento da bomba atômica, em instalações situadas nas vizinhanças de Bariloche. O segredo, tão útil no êxito de Pilcaniyeu, foi desastrosamente em Bariloche. Levou algum tempo para os argentinos descobrirem que o Dr. Richter, especialista nuclear vindo da Alemanha, tinha muito de visionário, se não de charlatão. Richter desapareceu de cena, mas ficou a desconfiança sobre os desígnios argentinos.

Nas décadas de 50/60, correntes ultranacionalistas, cultoras da memória de Rosas, adotaram a tese da inevitabilidade do confronto entre a Argentina e o Brasil. Adeptos dessas correntes acenderam a controvérsia sobre a construção de Itaipu; alguns, indo mais longe, preconizavam que, para fazer face ao confronto inevitável, a Argentina não deveria poupar esforços para transformar-se na maior potência convencional e nuclear do Continente.

As teses dos ultranacionalistas não encontraram ressonância nos meios dirigentes e no povo argentino. Prova disso é que o contencioso de Itaipu terminou sendo resolvido a contento de ambas as partes.

Do lado do Brasil, não faltaram declarações imprudentes e notícias sensacionalistas, sobre propósitos e mesmo atividades

do Brasil, para fabricar engenhos nucleares.

"1970 - A Primeira Bomba Atômica do Brasil" é o título de reportagem publicada por uma grande revista brasileira, citando declaração que teria feito o Secretário de Estado americano, a propósito dos países que, a curto prazo, poderiam fazer explodir um artefato nuclear. É verdade que, à época, acreditava-se estar próxima a utilização de explosões nucleares para a realização de obras de engenharia geográfica, como a abertura de canais e a construção de portos.

Bem mais recentemente, tem sido divulgado que o Brasil, através de um "programa nuclear paralelo", desenvolve armas nucleares. Aliás, o próprio Acordo Nuclear Brasil-RFA, apesar de estar coberto por salvaguardas internacionais, foi acusado de ter aquele objetivo.

A emulação Brasil-Argentina manifestou-se na AIEA, a Agência Internacional de Energia Atômica, onde ambos disputavam um lugar na Junta da Agência, reservado ao país da América do Sul que tivesse maior desenvolvimento nuclear. Uma solução salomônica, a alternância no cargo de representantes de cada um dos dois países, resolveu a questão prática, desaparecendo o interesse em ser reconhecido como o mais adiantado.

Em todos os estudos sobre a proliferação nuclear, o Brasil e a Argentina aparecem como um dos países *n*, isto é, que se pre-

param, ou que são capazes de, em curto prazo, fazer explodir um artefato nuclear. Isto só tem servido para aumentar desconfianças e para justificar restrições das potências nucleares à transferência de tecnologia e ao fornecimento de equipamentos e de material aos dois países.

Um fator altamente positivo nesse quadro de suspeitas é que a opinião pública dos dois países não parece apoiar esforços nacionais para a produção de armas nucleares. Contanto que acredite que o outro não esteja seguindo aquele caminho.

POSIÇÕES COMUNS

O Brasil e a Argentina, de há muito, defendem posições idênticas, no âmbito interno e nos foros internacionais, de renúncia às armas nucleares e de preservação do direito de todas as nações de utilizar a energia nuclear para fins pacíficos. Ambos são acordes, também, em rejeitar limitações ao desenvolvimento dessa utilização, sob o fundamento de evitar a proliferação nuclear.

Tais posições levaram os dois países a figurar dentre os que não assinaram o TNP - Tratado de Não-proliferação Nuclear - que divide o mundo em duas categorias de Estados: os nucleares, aos quais tudo é permitido, inclusive aumentar cada vez mais seus arsenais, e os não-nucleares, aos quais se pretende impor salvaguardas globais, que abrangem todas as

suas atividades nucleares, desenvolvidas com cooperação internacional, ou exercidas com meios exclusivamente nacionais.

Razões semelhantes fazem com que o Brasil e a Argentina não considerem em vigor o Tratado de Tlatelolco, muito embora o tenham assinado. O Tratado, que visa proscrever da América Latina as armas nucleares, permite a seus signatários utilizar explosões nucleares para fins pacíficos. As potências nucleares não admitem a distinção entre explosões militares e para fins pacíficos, e se recusam a assinar o Tratado sem reservas. Algo com que, nem o Brasil, nem a Argentina, concordam.

A Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, assinada pelos presidentes Sarney e Alfonsín, em 1985, em Foz do Iguaçu, reitera as finalidades pacíficas dos programas do Brasil e da Argentina. Ela se refere às crescentes dificuldades opostas ao fornecimento internacional de equipamentos e de materiais nucleares, e indica, para enfrentar essas dificuldades e multiplicar os benefícios que os dois países podem obter do uso pacífico da energia nuclear, o imperativo da cooperação entre argentinos e brasileiros; cooperação que estará aberta a todos os países Latino-americanos interessados em dela participar.

DIVERSIDADE DE CAMINHOS

O desenvolvimento nuclear, no Brasil e na Argentina, obede-

ceu a políticas diferentes, como diferentes, também, foram as circunstâncias que presidiram a implementação dessas políticas.

A análise dessas diversidades não é exercício de valor meramente histórico, eis que permite a cada um colher lições sobre erros e acertos do outro. Não cabe, aqui, fazer tal análise, mas parece conveniente referir-se, ainda que sucintamente, a algumas diversidades, ante a possibilidade de que elas possam influir na cooperação que ora se propõe intensificar.

a. Continuidade

Uma importante característica do programa nuclear argentino foi a continuidade, mantida a despeito das mudanças de governantes e de regimes, experimentada pelo país, ao longo de mais de quatro décadas. A continuidade de pessoas que, em muitos casos, é um mal, para a Argentina provou ter sido um bem. O Almirante Castro Madeiro dirigiu a CNEA por 16 anos, somente sendo substituído com a ascensão do Presidente Alfonsín. É natural que se credite ao Almirante uma boa parte dos êxitos colhidos pelos técnicos argentinos, inclusive no relativo a Pilcaniyeu.

Continuidade semelhante inexistiu no Brasil, oscilando o interesse dos governos pela área nuclear, até a assinatura do Acordo Brasil-RFA. O Acordo, um *crash programm*, visava a recuperar o atraso em que se encontrava o país, introduzindo-o, aceleradamente, na era nu-

clear. O objetivo, assim ambicioso, não correspondeu à simultânea definição dos vultosos recursos exigidos. Sofrendo as consequências da crise financeira do País e fortemente criticado na sua concepção, o Acordo entrou em aguda anemia, beirando hoje o colapso.

b. Centralização

Na Argentina, todas as atividades nucleares estão concentradas na CNEA, subordinada diretamente à Presidência da República. Situação semelhante existiu no Brasil. Posteriormente, com a reforma administrativa, a CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, passou à subordinação do Ministério das Minas e Energia, juntamente com a CBTN – Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear. Em 1975, com a assinatura do Acordo com a Alemanha, e a conseqüente criação da NUCLEBRÁS, esta passou a dividir com a CNEN as responsabilidades na área nuclear. Hoje, a CNEN está de volta à Presidência da República, acumulando com as suas atribuições de licenciamento atividades de pesquisa, desenvolvimento e execução de projetos. Os jornais têm publicado notícias sobre o programa nuclear de tecnologia autônoma, a cargo da CNEN, e por alguns chamado “programa nuclear alternativo”. Por esse noticiário, sabe-se que o programa inclui o desenvolvimento do enriquecimento do urânio, em particular pelo processo da ultracentrifugação.

c. Linhas de Reatores de Potência

Decisão de natureza técnica, apenas na aparência, mas de grande alcance político-estratégico, foi a escolha da linha de reatores de potência, geradores de eletricidade pela Argentina e pelo Brasil.

Ao encomendar sua primeira usina à KWU – Atucha I – os argentinos optaram por um reator da linha do urânio natural, moderado a água pesada (D₂O). Sabiam os argentinos que “a diferença de custos era ponderável: para uma potência de 315 MW, o custo de instalação por KW era de US\$230, na média, para o urânio enriquecido, contra US\$343, para o urânio natural, a qual se manteria para os custos anuais de operação e manutenção” (Informaciones – Vol III, Nº 5/6, 1971). Ainda segundo a mesma publicação, “a questão mais importante era o combustível a empregar na usina... o urânio natural existe na Argentina; o enriquecido consiste em material nacional, que se enviaria aos EUA, retornando melhorado e beneficiado, sendo mais moderno, objetando alguns setores das Forças Armadas que isso colocaria o país em situação de dependência”. Continua a revista: “... os reatores a urânio natural enquadram-se melhor num plano de desenvolvimento de longo alcance, por serem os melhores produtores de plutônio, combustível dos futuros reatores, que os de urânio enriquecido.”

A linha do urânio natural foi mantida para as usinas Embalse-Rio Tercero (Canadá) e Atucha II (KWU). No entanto, como a estratégia Argentina é de construir suas usinas uma a uma, não será impossível que se voltem para a linha do urânio enriquecido, já que o produzem em Pilcaniyeu.

O Brasil, ao contratar com a Westinghouse Angra I e, depois, ao iniciar a construção de usinas em associação com a KWU, dentro do Acordo Brasil - RFA, preferiu a linha do urânio enriquecido, moderado a água leve (H_2O); os reatores dessa linha são os economicamente mais rendosos para a produção de eletricidade, e têm tecnologia provada, sendo adotados pela maioria das usinas nucleletricas do Ocidente.

A figura, extraída do livro "L'Electronucléaire de France", mostra as similitudes e diferenças básicas entre as duas linhas de reatores e os dois ciclos do combustível nuclear. Ligeiros acréscimos à figura permitem uma comparação, tosca embora, entre o Brasil e a Argentina, no relativo ao domínio da tecnologia nuclear. A linha do urânio natural está balizada pelos números 1, 2, 3, 4, 5, 6; a do urânio enriquecido, pelos números 1, 2, 3, 4a, 5a, 6. A figura mostra, também, o uso do urânio enriquecido nos reatores de pesquisa e nas aplicações militares; e do urânio empobrecido e do plutônio nos reatores super-re-

generadores, bem como do plutônio em aplicações militares.

(1) MINERAÇÃO

(2) CONCENTRAÇÃO

O Brasil e a Argentina dominam a tecnologia e possuem instalações industriais para a mineração e a produção de concentrado de urânio (yellow-cake - U_3O_8), livres de salvaguardas internacionais.

(3) CONVERSÃO

A NUCLEBRÁS não chegou a contratar com firma francesa a cessão de tecnologia e a construção da usina de conversão, produtora do UF 6-hexafluoreto de urânio, que estaria sob salvaguardas. A CNEN, através do IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-SP, desenvolveu tecnologia própria e construiu uma usina-piloto de UF 6, sem salvaguardas.

A Argentina, que já fabricava o UO_2 - óxido de urânio - para o combustível de seus reatores a urânio natural, produz também o UF 6 para Pilcaniyeu, sem salvaguardas.

(4) ÁGUA PESADA (D_2O)

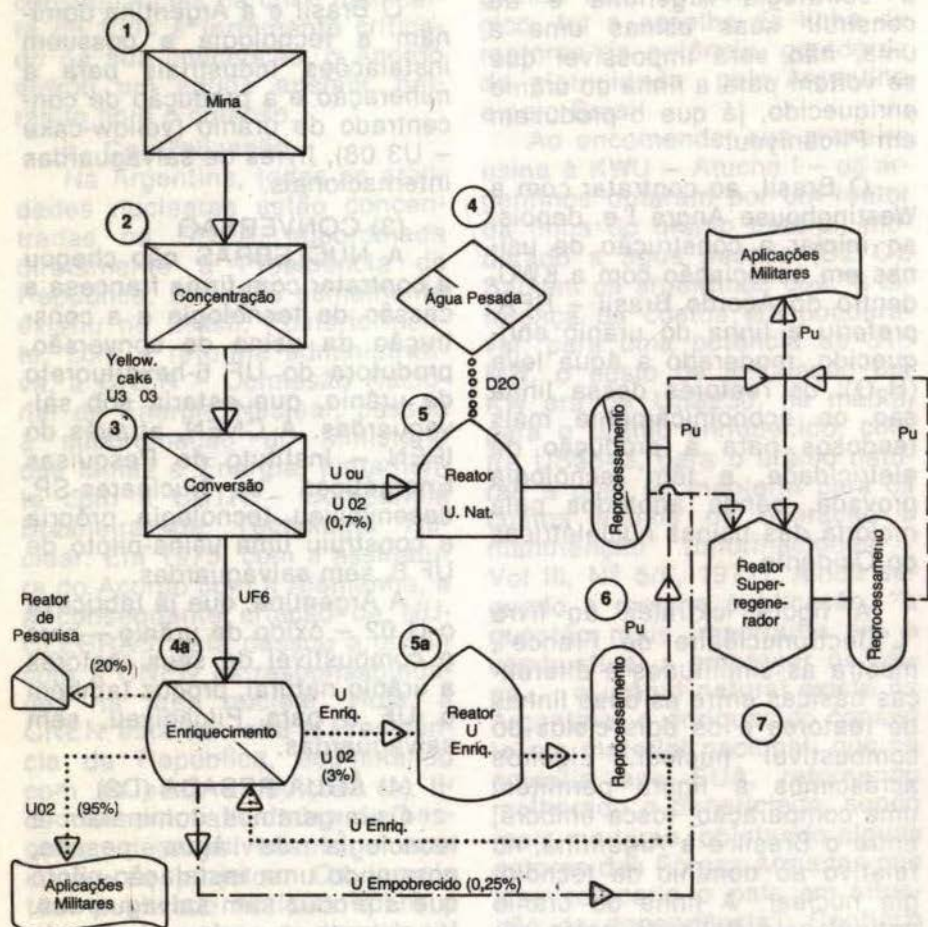
Os argentinos dominaram a tecnologia da água pesada, possuindo uma instalação-piloto que a produz sem salvaguardas. No entanto, quando se tratou de uma usina industrial, preferiram contratar sua construção com a Sulzer (Suíça), sob salvaguardas.

O Brasil, ao adotar a linha do urânio enriquecido, interrompeu as pesquisas que vinha fazendo sobre a água pesada, no

CICLOS DO COMBUSTÍVEL

Linhas: Urânio Natural: 1, 2, 3, 4, 5, 6

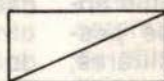
Urânio Enriquecido: 1, 2, 3, 4a, 5a, 6



CONVENÇÕES

- Urânio Natural
- Água Pesada
- Urânio Empobrecido
- Urânio Enriquecido
- Plutônio

Domínio da Tecnologia



Brasil



Argentina

IME (Instituto Militar de Engenharia).

(5) REATORES DE POTÊNCIA (USINAS)

Atucha I foi construída em 6 anos, de 1968 a 1974, pela KWU, sob o regime *turnkey*. Entregue em perfeitas condições de funcionamento, a usina tem desempenho que a situa na primeira linha das melhores do mundo. Embalse-Rio Tercero foi construída em 9 anos, 1973/84, pela AECL - Atomic Energy of Canada Ltd - e pela CNEA, com um reator canadense, a urânio natural. Atucha II teve sua construção iniciada em 1981, sob a gerência da ENACE/KWU. Deveria entrar em operação em 1989 mas, por escassez de recursos, sua construção está atrasada. O Plan Nuclear de 1979 prevê, para até o fim do século, a construção de mais três nucleletricas, e a aquisição pela Argentina da capacidade de projeto e construção de usinas.

FURNAS contratou com a Westinghouse o fornecimento de Angra I, segundo um *turnkey modificado*, que previa a participação da empresa brasileira no planejamento, na programação e na coordenação da construção. Começada em 1972, Angra I entrou em testes em 1982, e iniciou a operação comercial em 1984. Atualmente encontra-se parada, por erros de projeto e defeitos do equipamento fornecido pela Westinghouse, que está sendo acionada por FURNAS. Angra II, a primeira usina do Acordo, está sendo construída

pela NUCLEBRÁS, em associação com a KWU, responsável pela entrada e funcionamento da usina em perfeitas condições. De início, surgiram divergências entre a CNEN e a NUCLEBRÁS, a propósito de fundações; depois faltaram recursos, e aumentou o atraso da obra; se recursos forem colocados, Angra II poderá entrar em operação em 1992. Angra III, programada para estar terminada em 1995, ainda não teve sua construção iniciada. Em 1989, dever-se-á decidir sobre a construção de outras nucleletricas. Pensa-se que essas usinas possam ser construídas sob a responsabilidade total, na área de engenharia, de entidades nacionais.

(6) REPROCESSAMENTO

O reprocessamento envolve tecnologia sensível, cuja aquisição e transferência as potências nucleares procuram impedir. Ele visa a extrair do combustível irradiado - *queimado* - pelos reatores certos componentes passíveis de reutilização, como o urânio e o plutônio, e rejeitos radioativos, a serem estocados sob condições de segurança. O plutônio é utilizado pelos reatores super-regeneradores a neutrons rápidos, os *fast breeders*, produzindo mais combustível do que consomem. Esses reatores deverão dominar o mercado de geração de energia, barata e limpa, a partir do início do próximo século. O plutônio pode ser utilizado para fins militares.

A Argentina domina a tecnologia e é capaz de reprocessar o seu combustível irradiado, sem salvaguardas. O Acordo Brasil - RFA prevê a transferência de tecnologia de projeto e à construção de uma usina de reprocessamento, sob salvaguardas. Devido à falta de recursos, o programa de reprocessamento está suspenso. A CNEN, através do IPEN, procura desenvolver tecnologia própria de reprocessamento.

(4 a) ENRIQUECIMENTO

O enriquecimento consiste na separação dos isótopos do urânio - U 235 e U 238 - elevando o teor do primeiro de 0,7% a 3%, a fim de ser utilizado nos reatores de potência a urânio enriquecido; a 20%, para ser utilizado nos reatores de pesquisa; e a 95%, para aplicações militares (explosivos).

A Alemanha não obteve de seus parceiros da URENCO (Inglaterra e Holanda) licença para transmitir para o Brasil a tecnologia sensível do enriquecimento pelo processo da ultracentrifugação, que desenvolveram conjuntamente. Restou a alternativa de desenvolver com o Brasil o processo do jato centrífugo, ora utilizado na Primeira Cascata, a usina-piloto de Resende. A FC deveria ter entrado em operação em 1985, para comprovar a viabilidade do processo, por muitos contestada. A usina, sob salvaguardas, está praticamente pronta, dependendo de pequenos recursos para

iniciar seus testes. Outros processos de enriquecimento estão sendo pesquisados e desenvolvidos sob os auspícios da CNEN, sendo promissores os resultados colhidos no desenvolvimento da ultracentrifugação. Tais processos, desenvolvidos com meios exclusivamente nacionais, não estarão sujeitos a salvaguardas.

Já tendo dominado a linha do urânio natural, os argentinos, no entanto, não descuidaram da tecnologia do enriquecimento, pelas múltiplas vantagens que ela oferece, em termos de autonomia, economia e desenvolvimento nuclear. Escolheram a difusão gasosa, provada em diversos países, como os Estados Unidos, a França, a União Soviética e a Inglaterra, que possuem grandes usinas de enriquecimento por esse processo.

A capacidade de enriquecer o urânio a mais de 20% permite alimentar os reatores de pesquisa nacionais, tornando o país independente de fornecedores estrangeiros, que condicionam a venda desse combustível à aceitação das salvaguardas globais.

Enriquecido a 95%, algo que passa a depender de uma decisão política, o urânio junta-se ao plutônio, que os argentinos já são capazes de extrair, através do reprocessamento, constituindo mais um insumo para utilização militar.

O urânio fracamente enriquecido, a 1%, permite aos argentinos aumentar o poder de queima do urânio natural que

alimenta suas usinas, melhorando-lhe o rendimento, e, conseqüentemente, baratear o custo da energia gerada, valorizando as reservas nacionais de urânio.

Voltada para o desenvolvimento de submarinos nucleares, a Argentina fica em condições de produzir o urânio enriquecido para os reatores destinados à propulsão naval.

Os excedentes da produção de Pilcaniyeu, ou de usinas semelhantes, poderão ser comercializados no exterior, sem a condicional de salvaguardas, contribuindo para o fortalecimento da presença argentina no mercado de equipamentos e de cooperação nuclear.

Por último, porém não menos importante, há que assinalar que o domínio da tecnologia do enriquecimento servirá para impulsionar o desenvolvimento da energia nuclear na Argentina, aumentando o apoio que tem da opinião pública, e consolidando o prestígio do país, nos campos político e tecnológico, perante a comunidade das nações.

d. Opinião Pública

Outras diferenças há, entre as políticas e as circunstâncias sob as quais se desenvolve o programa nuclear argentino e o brasileiro. Uma delas, pela facilidade ou pela dificuldade que cria, para um e para outro programa, bem como pelos reflexos que terá na cooperação entre a Argentina e o Brasil, merece ser assinalada.

Na Argentina, o apoio de to-

dos – ou praticamente todos – os setores da opinião pública ao programa tem sido entusiástico e contínuo. Não se questiona a necessidade de desenvolver a energia nuclear, inclusive no relativo à geração de eletricidade, às usinas nucleletricas. Os argentinos, com razão, orgulham-se dos feitos que conseguiram, no campo da pesquisa, do desenvolvimento e da realização industrial.

"O Brasil possui recursos hidráulicos praticamente inesgotáveis, para a geração de energia barata, limpa, sem poluição ambiental e segura; já a eletricidade de origem nuclear é cara, poluente, perturbadora da ecologia e perigosa. Os reatores comprados pelo Brasil são obsoletos, pagamos muito por ferro-velho. O que aconteceu em Chernobil bem pode acontecer em Angra dos Reis, em Angra I; e, com probabilidade maior, após a construção de Angra II e III. O que de melhor se poderia fazer com as usinas nucleares, seria desmontar a já construída, interromper a construção das outras e vender seu equipamento no exterior. O Acordo com a Alemanha é um desastre: não permite a transferência de tecnologia, não envolve a participação da comunidade científica, nem das instituições de pesquisa, nem da indústria nacional; o enriquecimento pelo jato centrífugo é um processo rejeitado por outros países e, provavelmente, inviável. Resumindo: o Acordo já acarretou gastos de

bilhões de dólares, é co-reponsável pela enorme dívida externa brasileira, e exigirá bilhões de dólares mais para ser concluído, sem que consiga atingir o objetivo visado, de dar-nos desenvolvimento e autonomia nuclear. O programa nuclear paralelo tem a virtude de ser executado com recursos nacionais e de não exigir grandes somas; mas tem objetivos secretos, militares."

Aí estão algumas afirmativas de opositores do programa nuclear brasileiro, as quais vão de juízos extremados e sem apoio em fatos, até críticas dignas de ponderação. Não se pretende, aqui, refutar umas e discutir outras. Trata-se de registrar, a título exemplificativo, algo do que tem sido amplamente difundido sobre o programa nuclear brasileiro, para fazer-se uma idéia da má imagem que ele terá perante a opinião pública nacional.

A Comissão de Avaliação do Programa Nuclear Brasileiro, instituída por Decreto de 2 de setembro de 1985, e integrada por especialistas da área nuclear, não teve sobre o programa a visão negativista a que nos referimos. Pelo contrário. Dentre as recomendações que apresentou a Comissão ao Presidente, estão as de manter o Programa Nuclear Brasileiro e a cooperação com a República Federal da Alemanha; e de intensificar a cooperação bilateral com a Argentina, tendo em vista "a importância estratégica que o domínio pleno e autônomo que

a tecnologia nuclear deverá desempenhar no atendimento da demanda de energia elétrica e na ampliação dos benefícios múltiplos à medicina, à agricultura e à indústria nacionais."

Detendo-se no domínio pleno e autônomo da tecnologia nuclear, assinalou o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, que "nenhum Estado se auto-restringe tecnologicamente, pois, ao adotar esta atitude, estaria, absurdamente, optando por uma limitação de sua grandeza e soberania."

Não obstante juízos como os acima, o fato é que a opinião pública tem imagem distorcida — e mesmo má — sobre o programa nuclear brasileiro; o que haverá de dificultar a execução de projetos, especialmente no relativo à obtenção de recursos, hoje sabidamente escassos.

OS CAMINHOS DA COOPERAÇÃO

O Brasil e a Argentina têm acordo de cooperação nuclear, e, de há muito, se processa o intercâmbio de informações e de visitas a instalações nucleares dos dois países. Exemplos outros, de cooperação entre a Argentina e o Brasil na área nuclear, podem ser citados. A ENACE (Empresa Nuclear Argentina de Centrales Eléctricas S.A.) foi organizada com benefício da experiência brasileira de constituição da NUCLEN. A NUCLEP, a fábrica de compo-

nentes pesados da NUCLEBRÁS, forneceu a parte inferior do vaso de pressão para a terceira usina argentina, Atucha II. Por outro lado, a Argentina forneceu ao Brasil certa quantidade de *yellow-cake* e as varetas de zircaloy, para os elementos combustíveis produzidos em Resende.

A Declaração Conjunta sobre Política Nuclear constitui uma explicitação de propósitos, contidos no artigo 31 da Declaração de Iguaçu, firmada, na mesma data, pelos presidentes Sarney e Alfonsín. Esta última registra os principais temas das relações Brasil-Argentina, e aponta a comunidade de interesses dos dois países em questões do campo político e do desenvolvimento econômico-social.

O Grupo de Trabalho sobre a Cooperação Nuclear, constituído em decorrência do encontro de Foz do Iguaçu, tem diante *de si uma vasta área a explorar*. Ela vai desde a intensificação do intercâmbio científico, tecnológico e industrial, até a possível realização de projetos conjuntos, como já ocorre no setor aeronáutico. Assinalam os jornais que não se conhece a agenda das oito subcomissões do Grupo; mas sabe-se que, após o Presidente Sarney, especialistas brasileiros visitaram Pilcaniyeu, uma indicação da profundidade que poderá ter a cooperação Brasil-Argentina.

A cooperação na área nuclear é, ao mesmo tempo, uma resul-

tante e uma estimuladora do estreitamento das relações Brasil-Argentina. Ela se processará com maior profundidade e rapidez na medida em que a faixa de interesses comuns, a que se refere a Declaração de Iguaçu, se amplie. Tratando-se de área de grande relevo tecnológico, comercial, político e militar, a cooperação nuclear há de ser um dos termômetros das relações políticas entre Brasília e Buenos Aires.

No trato dos assuntos que dizem respeito a interesses vitais dos estados, convém temperar o otimismo com o realismo, e não permitir que a retórica ocupe todo o lugar dos fatos. Não se pode esperar que um parceiro forneça ao outro informações que lhe custaram tempo, dinheiro e competência, sem a contrapartida de receber algo de valor equivalente. Isto é, de considerar-se, quando se atenta que a energia nuclear tem, na *Argentina, um avanço estimado* entre dez e vinte anos, em relação ao no Brasil. Um hiato assim grande não é de molde a favorecer a cooperação; a não ser que ela seja eufemismo de assistência, tal como prestam as potências nucleares, com as limitações bem conhecidas. Assim, a cooperação nuclear com a Argentina será fortemente influenciada pelos resultados que consiga o Brasil para desenvolver-se num campo em que é flagrante a arritmia, não apenas quanto ao avanço argentino, mas em relação ao desenvolvi-

mento tecnológico, econômico e industrial do País. Esses resultados dependerão muito de recursos financeiros, vale dizer, do grau de apoio que a energia nuclear receba dos poderes da República e da opinião pública nacional.

A Declaração Conjunta fala na criação de mecanismos que assegurem os superiores interesses da paz, da segurança e do desenvolvimento da região, isto é, da América latina. Isto pode envolver um sistema de inspeções mútuas, para comprovar a finalidade pacífica dos programas nucleares. No entanto, se sumárias, as inspeções correm o risco de não detectar possíveis desvios de atividades; se minuciosas, oferecem a possibilidade de desvendar segredos tecnológicos de valor comercial, algo que os países, por mais unidos que sejam, só se dispõem a fazer em bases de reciprocidade.

As inspeções, como instrumento de verificação e controle, podem ser substituídas pela cooperação, em busca da complementariedade e da interdependência. Estas, na medida em que se ampliem, fazem cada vez menores a motivação e a possibilidade de atividades nucleares capazes de ameaçar a segurança de um dos parceiros.

A cooperação Brasil-Argentina, com o objetivo de superar limitações opostas à obtenção de tecnologia e de material, de promover o desenvolvimento nuclear para fins pacíficos e de evitar uma corrida nuclear na América Latina, é uma experiência nova nas relações internacionais; por isso mesmo, haverá de ser pontuada de dificuldades. Mas os resultados a serem colhidos justificam o empreendimento. O convite do Presidente Alfonsín propiciando a visita do Presidente Sarney a Pilcaniyeu foi um bom começo.



Cel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE – Oriundo da arma de Artilharia, turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, turma de 1957, e a Escola Superior de Guerra, turma de 1973. Foi redator da *Military Review*, em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o General Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor, de início, do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas e, posteriormente, do Embaixador Araújo Castro e do Senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu artigos sobre energia nuclear, publicados no *Mensário do Estado-Maior do Exército*. Passou para a reserva em 1973.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O FLUXO HISTÓRICO

Marcelo Affonso Monteiro

O que é o fluxo histórico? Haverá nele um determinismo intrínseco? Haverá um evento final? Ou será a História uma sucessão de ciclos que se repetem sempre?

Neste artigo, o autor apresenta um ensaio, extraído de sua tese de mestrado, em que procura, com argumentação séria e bem documentada, responder a essa e outras indagações.

Jovem engenheiro metalúrgico e mestre em Engenharia de Produção recém-formado, em sua argumentação ele se contrapõe, fundamentalmente, à teoria marxista, desmentindo aqueles que, sugestionados com o ativismo barulhento das minorias, acreditam estar a juventude brasileira irremediavelmente dominada pelo marxismo.

Analizada sem maior rigor, a História parece assumir a forma de um fluxo de acontecimentos desconexos e de difícil interpretação.

O que é o fluxo histórico? Haverá nele um determinismo intrínseco? Haverá um evento final? Ou será a História uma sucessão de ciclos que se repetem? E quanto aos grandes personagens históricos, será verdadeira, ou apenas lendária, sua influência sobre a época em que viveram?

Os homens sempre se fizeram essas perguntas. Embora

não seja possível respondê-las de forma definitiva, o presente artigo visa a firmar algumas posições em relação a elas.

A idéia da existência de um determinismo histórico foi defendida vigorosamente por pensadores de renome, como Comte e Marx; o primeiro, de forma inconsistente e incapaz de resistir a um exame lógico; o segundo dentro de um arcabouço mais sólido, conquanto também destrutível. Tratar-se-á aqui, apenas, deste último.

O núcleo da teoria marxista reside no materialismo histórico,

um conceito de grande fragilidade. Seu pressuposto básico é a idéia de ser a luta de classes (que, dentro da concepção marxista, apareceria como consequência inevitável do estabelecimento de um determinado conjunto de relações de produção) a força motriz do fluxo histórico. É evidente que vários eventos históricos se verificaram, em maior ou menor grau, dentro do contexto da dialética da luta de classes. No entanto, trata-se apenas de um entre vários fatores capazes de intervir decisivamente no curso da História. A cada momento histórico, um ou mais desses fatores (luta de classes, questões religiosas, feitos militares, ação de indivíduos isolados etc.) sobrepuja os demais na ação de condicionar os fatos subseqüentes. A luta de classes, portanto, não apresenta qualquer particularidade intrínseca, que a eleve à condição de carro-chefe da procissão histórica, sendo conveniente citar alguns eventos históricos de importância indiscutível ligados, quase que exclusivamente, a fatores distintos dela.

O Império Romano do Ocidente caiu abruptamente e precipitou a Europa naquela que viria a ser chamada "Idade das Trevas". Quais os motivos de sua queda? Contradições intrínsecas de um sistema de produção escravocrata, oposição entre escravos e homens livres, dirão os marxistas ortodoxos. Não exatamente. Oposição e conflito

sim, mas de etnias, não de classes.

Conforme argumentação de Darcy Ribeiro (ver (10) p. 117-121), o Império Romano ruíu face à desagregação étnica que o desestruturou e estagnou sua dinâmica interna. O processo seguiu, par e passo, o crescimento do sistema escravocrata romano. Esse sistema introduziu, no Império, um sem-número de etnias que aprenderam, gradativamente, a odiar, não o homem livre nem o proprietário de escravos, mas o cidadão romano, qualquer que fosse sua ocupação. Tratava-se, portanto, de um conflito étnico, não de uma luta de classes. O ideal das rebeliões de escravos não era constituído pela destruição do sistema escravocrata romano, mas pela destruição da própria Roma. É relevante lembrar que os guerreiros de Espártaco divertiam-se fazendo os cidadãos romanos lutarem entre si até a morte, exatamente como nas arenas das quais aqueles guerreiros haviam saído.

Não paravam aí os conflitos étnicos dentro do Império Romano. Suas legiões impuseram, pela força, o domínio sobre povos e culturas os mais diversos, fortalecendo etnias sob a bandeira do ódio ao opressor. Assim é que, no auge da sua grandeza, o Império se apresentava corroído internamente, abrigando em seu âmago etnias fortalecidas e ansiosas pelo primeiro sinal de fraqueza.

Somou-se, a esse quadro, a ação de tribos de guerreiros nômades de origens distintas, denominados, em conjunto, de "bárbaros" pelos romanos. Essas tribos, fruto de uma alteração da prática nômade, que antecedeu o aparecimento das grandes civilizações sedentárias, no sentido de acrescentar, à antes exclusiva atividade econômica do pastoreio, a ação de pilhagem e tendo, na prática guerreira (fundamentada essencialmente na cavalaria), o seu *modus vivendi*, destruíram definitivamente o Império já desestruturado internamente. Assim, esses grupos étnicos fortemente individualizados, cuja menção aterrorizava os romanos, como os visigodos de Alarico, os hunos de Atila, os vândalos de Genserico e outros tantos, deram cabo de um Império que já agonizava.

O exemplo citado, em que um evento histórico que seria tratado pelo marxismo como luta de classes é, em realidade, um conflito étnico, não é único e pode ser observado, inclusive, no mundo contemporâneo, como o atestam as contradições étnicas da União Soviética, os conflitos do Oriente Médio, a questão racial da África do Sul, a questão dos bascos na Espanha, as guerras do Vietnã e do Afeganistão (nas quais as diferenças étnico-culturais dos invasores, em relação à população local, foram, no primeiro caso, e são, no segundo, motivo de acirramento da capacidade de resis-

tência do país invadido) os conflitos étnico-religiosos do Irã e da Índia e, sobretudo, a oposição étnico-ideológica estabelecida pelos países cêntricos da economia capitalista, entre seus próprios habitantes e os dos países subdesenvolvidos, apontados como incapazes de exercer o livre arbítrio e dispensar qualquer tipo de tutela.

O marxismo costuma, ainda, reduzir as questões religiosas a disfarces ideológicos, sob os quais, às vezes, é oportuno mascarar a luta de classes. Mais um vez, o recurso à análise histórica revela a inconsistência de semelhante concepção, quando se analisa o fenômeno islâmico.

Instituída por Maomé no início do século VII, a religião muçulmana deu origem à maior cruzada religiosa de todos os tempos. Acreditando levar, no fio de suas cimitarras, a vontade e a glória de Alá, hordas de guerreiros árabes lançaram-se à missão, para eles divina, de converter todos os povos à doutrina de seu profeta.

Desprovidos do horror à morte tão caro aos ocidentais, esses guerreiros estabeleceram o maior império já visto até então, o qual, mesmo congregando várias etnias distintas, não se revelou efêmero, uma vez que o mantinha unido talvez a religião de maior poder de mobilização de massas já criada. Essa religião, impregnada por seu espírito de guerra santa, ainda em nossos dias se revela capaz de

intervir decisivamente no fluxo histórico, como o revelam os conflitos árabe-israelenses e, acima de tudo, a Revolução Iraniana, na qual a mensagem do Alcorão conseguiu derrubar todo o legado da poderosa civilização industrial edificada no Ocidente.

O fenômeno islâmico constitui o mais formidável evento no qual a religião toma a frente de todos os outros fatores intervenientes no fluxo histórico, por mais que isso se choque com a interpretação marxista da História.

Há um outro fator, contudo, que freqüentemente é relegado à total desconsideração por parte dos historiadores influenciados pelo pensamento marxista: o fator militar. É muito comum descartar-se a possibilidade de o resultado de batalhas ser capaz de determinar as características de décadas ou, até, séculos de História, como exemplificado pelas batalhas de Arbelas (331 a.C) e Poitiers (732 d.C).

Na planície de Arbelas, Alexandre Magno travou, à testa de cerca de 35.000 homens, uma batalha desigual contra um milhão de persas liderados por Dario III, logrando, apesar de grande desigualdade numérica, a obtenção de uma vitória retumbante. O resultado dessa batalha representou a aniquilação de um império de dois séculos de existência e a constituição de uma formação cultural na Ásia, resultante da fusão de elementos gregos e orientais. Essa formação cultural, o helenismo, perdu-

rou por três séculos em solo asiático tendo, como contraponto político, os Estados originados da divisão do colossais império alexandrino, os quais foram, ao término desse período, assimilados pelo Império Romano.

Em resumo, o resultado de uma batalha encerrou um processo histórico de dois séculos e lançou as bases de outro, que haveria de se estender por três séculos.

Em Poitiers, no ano de 732, os francos, liderados por Carlos Martel, avô de Carlos Magno, venceram o califa árabe e impediram que a guerra santa dos herdeiros de Maomé muçulmanizasse a Europa — o que teria inevitavelmente gerado um mundo bem distinto deste que conhecemos, cujas bases foram estabelecidas na Europa cristã.

Uma outra discussão relevante, dentro do assunto em questão, é a do papel do indivíduo isolado na História. Para o marxismo, os grandes personagens históricos nada mais são do que fantoches das contradições inerentes aos sistemas produtivos ou, em última análise, da luta de classes. Isso significa dizer que, para o marxismo, a História teria seguido o mesmo curso ainda que homens como Alexandre Magno, Júlio César, Átila, Genghis Khan, Napoleão e Bismarck não tivessem nascido. Outros teriam sido forçados pelas circunstâncias históricas (ou pela dialética da luta de classes) a tomar as mesmas decisões tomadas por eles.

Mas será possível acreditar nisso? Não seria preciso um gênio militar para pôr fim ao Império persa depois de apenas três batalhas campais (Granico, Isso e Arbela), numa situação de grande inferioridade numérica? E será que qualquer homem teria levado a França, finda a Revolução Francesa, a sustentar, durante quinze anos, uma guerra contra todo o continente europeu e, acima de tudo, contra o poder econômico da Inglaterra do início do século XIX? Não teria esse homem, não fosse ele Napoleão Bonaparte, um gênio da estratégia, levado a França à ruína militar em poucos meses? E não seriam necessários atributos guerreiros de rara ocorrência para que dois chefes bárbaros, Átila e Genghis Khan, em épocas diferentes, construíssem, apoiados na força de sua cavalaria, os mais vastos impérios de seu tempo, transformando tribos de guerreiros nômades em força militar superior, respectivamente, à das brilhantes civilizações romana e chinesa? E o que dizer da influência que tiveram sobre o mundo as palavras de Buda, Jesus Cristo e Maomé? Como negar que centenas de milhões de pessoas no mundo de hoje vivem com suas consciências atreladas às mensagens desses homens? Como admitir que o mundo seria o mesmo ainda que tais mensagens não se tivessem alastrado?

A verdade é que a História é fruto da ação humana, que mui-

tas vezes se apresenta como o somatório das ações de gigantescas massas humanas, mas que, às vezes, assume a forma de decisões tomadas por indivíduos isolados. É evidente que, para que uma decisão possa alterar o curso da História, aquele que a toma tem que estar à testa das circunstâncias. Napoleão só ascendeu ao poder porque a situação política na França se mostrava extremamente propícia à emergência de um ditador. Da mesma forma, Alexandre Magno só pôde construir seu vasto império, por ter herdado de seu pai, Filipe, uma Macedônia militarmente forte e no exercício de uma liderança incontestável sobre toda a Grécia.

Esses exemplos atestam que o grande personagem histórico só aparece quando as circunstâncias o permitem. Essa é uma condição certamente necessária; contudo, não é suficiente. A ela deve ser somado o valor pessoal do indivíduo. Vários imperadores romanos, presumivelmente os homens mais poderosos do hemisfério em sua época, por não possuírem tal qualidade, em nada contribuíram para provocar qualquer alteração no contexto histórico em que viveram.

O fenômeno do grande personagem histórico é, portanto, uma feliz comunhão da oportunidade com a capacidade. A primeira o coloca na condição de candidato a protagonista do fluxo histórico e, a segunda, lhe permite levar adiante tal proeza.

É claro que é necessário relativizar essa concepção. Há muitos eventos históricos que se apresentam exclusivamente como fenômenos de massas, como as Revoluções Comercial e Industrial. Além disso, há vários personagens históricos que se notabilizaram por ações que, contrariamente às de um Átila ou Alexandre Magno, foram determinadas pela turbulência das circunstâncias históricas ao seu redor. Há efetivamente, portanto, os casos em que aproximadamente as mesmas decisões teriam sido tomadas por quaisquer indivíduos que estivessem ocupando uma determinada posição de destaque na História, visto terem sido tais decisões tomadas, em meio a um contexto que as determinava.

É o caso dos líderes da Revolução Francesa, incapazes de controlar o jogo das forças históricas ao seu redor, o que os torna menores, diante daqueles que conseguem compreender o momento histórico que atravessam e, uma vez bafejados pela sorte de ascender a uma posição de relevo, manipulam os fatores históricos que os cercam, de modo a torná-los úteis à materialização de seus próprios ideais e aspirações.

A respeito do papel do indivíduo na História, Marx é a negação de Marx. Sua obra influenciou o pensamento socialista e os movimentos políticos nele inspirados, em maior grau do que as próprias contradições de classe da sociedade capita-

lista, as quais deveriam, para ele, ser a verdadeira fonte de tais transformações. Sem Marx, não é possível conceber a figura histórica de Lênin, cuja ação foi absolutamente indispensável à viabilização da revolução que gerou a União Soviética.

Isso significa que as biografias desses dois homens os colocam na condição de indivíduos isolados que fizeram História, possibilidade negada pelo materialismo histórico proposto pelo primeiro e assimilado pelo segundo.

O determinismo contido no materialismo histórico pode ser enunciado como se segue: as contradições internas da sociedade burguesa levariam à tomada de uma consciência de classe por parte do proletariado, que cumpriria, assim, sua missão histórica de destruir aquela sociedade e edificar, progressivamente, a chamada ditadura do proletariado, a que se seguiria a utópica sociedade sem classes e sem Estado.

A História se encarregou de demolir tais previsões. A Revolução Russa de 1917 representou, de fato, o estabelecimento de um regime político que poderia ser considerado como uma ditadura do proletariado, instalada menos como consequência das contradições de classe da sociedade czarista e mais em função da capacidade de liderança de Lênin e da ação dos mecanismos de repressão por ele criados.

Contudo, a fase seguinte – a

sociedade sem classes – jamais foi alcançada (nem o será). O acaso histórico, uma vez mais, uniu a capacidade à oportunidade, e fez com que, após a morte de Lênin, Stálin assumisse o poder na União Soviética, eliminando seus opositores e transformando-se em ditador. O antigo mecanismo de repressão utilizado pelo Estado burguês, que, de acordo com o marxismo-leninismo, deveria ser mantido apenas durante a fase da ditadura do proletariado, sendo suprimido em seguida, não apenas foi mantido por ele, como também intensificado extraordinariamente. O controle do aparelho estatal, tal como nos tempos do czarismo, voltou a ser exercido por uma minoria, agora representada pela burocracia do Partido Comunista e pelos integrantes dos órgãos de repressão, situação que se mantém até os dias de hoje. A antiga ditadura do proletariado da época de Lênin representa um passado morto e enterrado na União Soviética, um país altamente burocratizado e militarizado que substituiu, desde os tempos de Stálin, o antigo ideal de luta contra a sociedade burguesa pela competição geopolítica com os Estados Unidos, visando à obtenção da hegemonia mundial.

Do que foi dito, depreende-se que o marxismo, embora pretensamente científico é, acima de tudo, uma ideologia, e talvez, até mais do que isto. Arnold Toynbee aponta (ver (11) p. 697) o marxismo como a quarta reli-

gião do tipo judaico, seguindo-se ao judaísmo, cristianismo e islamismo. Toynbee considera que, no marxismo, teoricamente ateu, o correspondente a lavé, o deus do judaísmo, seria a "necessidade histórica", enquanto que o "povo escolhido" seria o proletariado industrial (aliás, é interessante verificar que, à época de Marx – e ainda hoje –, o campesinato era, em termos mundiais, não apenas mais numeroso como mais empobrecido que o proletariado industrial; no entanto, o primeiro foi preterido pelo segundo na hierarquia de preocupações de Marx). Ao quadro descrito por Toynbee, poder-se-ia incluir o materialismo histórico como dogma de fé fundamental da religião marxista e o próprio Marx como o seu grande profeta (secundado por Lênin).

As concepções determinísticas da História unidirecionalizam o tempo histórico e, assim, diferenciam, mais do que cronologicamente, o presente, o passado e o futuro. O passado é analisado a partir de um futuro, supostamente predeterminado, e o presente é, freqüentemente, apontado como o limiar da grande arrancada em direção a esse futuro que, via de regra, corresponde à materialização de uma grande utopia: a sociedade sem classes, o fim das guerras, da fome e da miséria, como consequência do desenvolvimento tecnológico, o mundo sem fronteiras nacionais etc.

É evidente, contudo, que existe um grande equívoco nestas concepções. Todo passado já foi futuro, assim como todo presente e futuro transformar-se-ão em passado. Não pode haver qualquer diferença entre eles que não tenha um caráter estritamente cronológico.

A História não comporta o determinismo, pois é constituída por eventos de natureza probabilística. Cada momento histórico se reveste de um conjunto de potencialidades, cada uma das quais associada a uma dada probabilidade de vir a se cristalizar no momento histórico subsequente.

Mediante essa visão, elimina-se a diferenciação artificial que as concepções determinísticas impunham ao tempo histórico. Ou seja, para um dado presente, não há um futuro predeterminado, assim como o presente não estava totalmente predeterminado pelas condições do passado. Em cada momento histórico, uma análise rigorosa permitirá avaliar qual o momento posterior mais provável, e é este o máximo a que se pode chegar.

Esta análise, contudo, leva a um dilema insolúvel: o evento mais provável pode não ocorrer. A batalha pode ser ganha pelo exército mais fraco (como no já citado exemplo da batalha de Arbela), a revolução pode ser comprometida pela morte repentina de seu líder carismático, e assim por diante.

Contudo, persiste o fato de

que certas tentativas de intervenção no fluxo histórico têm maior probabilidade de frutificar do que outras. Aquele(s) que sabe(m) estimar melhor as probabilidades envolvidas tem, diante de si, maiores possibilidades de contribuir para a configuração de um determinado futuro, uma vez que adquira(m) a condição de executar as medidas que tiverem sido planejadas. Portanto, a intervenção consciente no fluxo histórico pressupõe o exercício do poder, pois este possibilita um certo controle das variáveis em questão, aumentando a probabilidade de a tentativa de intervenção revelar-se efetiva. É claro que o fluxo histórico pode ser alterado até mesmo por um livro (o que dizer da Bíblia e do Alcorão ou da obra de Voltaire, a qual serviu de inspiração à Revolução Francesa?). Mas o impacto de qualquer livro é muito mais difícil de ser previsto e controlado do que os resultados de uma medida da caráter interno em um país como a União soviética, por exemplo.

A História é cíclica, como acreditavam os gregos? Sem dúvida; parece haver eventos históricos que se repetem, como a ascensão e queda de sistemas multinacionais de dominação. Uma análise mais apurada, no entanto, revelaria tratar-se apenas de semelhanças e não de coincidências. Conquanto apresentem pontos de contato, suas especificidades (garantidas pelo simples distanciamento no tem-

po) bastam para tornar os eventos históricos diferentes entre si. O evento histórico é único e irreprodutível, a própria definição de singularidade, e a História é uma sucessão de épocas distintas. Assim, a História não se repete, ainda que qualquer período histórico possa apresentar algumas (mas não todas) estruturas que se tenham originado em um período anterior e se tenham mantido inalteradas.

É rigorosamente legítimo, no transcurso da investigação histórica, proceder a indagações segundo a fórmula geral "o que provavelmente teria ocorrido se..." Por exemplo, o que provavelmente teria ocorrido com o Império Romano, se César tivesse sido batido por Pompeu na batalha de Farsália, ou com a Inglaterra, se a invencível Armada não tivesse sido destruída por uma tempestade. Esse método de investigação foi prescrito por pensadores de peso, como Max Weber e Clausewitz, o filósofo da guerra.

Além disso, a análise histórica deve procurar compreender as características de cada momento histórico e os fatores nela presentes capazes de alterar o momento histórico subsequente, bem como estimar quais seriam os eventos mais prováveis que se poderiam suceder a um momento histórico específico.

Ocorre que a estimativa das probabilidades associadas a esses eventos variará conforme o pesquisador. Esse fato, aliado à

eventual ocorrência de eventos de baixa probabilidade, retira da História, enquanto disciplina acadêmica, a condição de ciência, pelo menos na acepção ortodoxa do termo. Ela não pode utilizar a experimentação, sua capacidade preditiva reduz-se a um cálculo de probabilidades e seus conceitos não podem ser universalizados, uma vez que variam conforme o analista.

Os fatos históricos podem ser descritos objetivamente, desde que se disponha de documentação farta e digna de crédito. Não podem, contudo, ser interpretados e previstos senão de forma especulativa, o que poderia ser estendido à totalidade do conhecimento procedente das Ciências Sociais, que se distinguem significativamente das Ciências Naturais na medida em que, nestas, o conceito de verdade é tornado menos relativo, pelo recurso à experimentação (desde que este recurso não interfira em demasia no fenômeno observado) e pela freqüente utilização da linguagem unificada e precisa da Matemática, capaz de produzir resultados muito mais universais em termos de credibilidade, do que a manipulação de signos verbais empregados pelas Ciências Sociais no seu processo de autoconstrução.

A universalidade das Ciências Naturais traduz-se na unicidade do conhecimento que delas advém. Assim, só há uma Termodinâmica ou uma Astrofísica, mas há várias Filosofias da História, bem como várias

Sociologias. Mesmo no caso da Mecânica Quântica, que foge da ortodoxia científica, na medida em que seu objeto de estudo é probabilístico, e não determinístico (a Ciência ortodoxa tem como pressuposto metafísico a existência de um Universo regido por leis regulares e imutáveis, portanto determinístico), e na medida em que a experimentação aplicada aos fenômenos por ela estudados sempre altera os próprios fenômenos, a unicidade permanece: só existe uma Mecânica Quântica.

Ao longo do desenvolvimento histórico da civilização humana, ocorreram três rupturas fundamentais – porque desencadeadoras de modificações significativas que se fizeram sentir em todo o planeta. A primeira ruptura é constituída pelo estabelecimento das primeiras populações sedentárias (com a concomitante conversão do nomadismo pastoril em um nomadismo de pilhagem), tendo na agricultura a sua principal atividade econômica. A segunda ruptura corresponde à Revolução Industrial, processo histórico que varreu – imposto pela força ou não – a face do planeta, desestruturando e moldando à sua feição contextos sócio-político – econômico-culturais preexistentes.

Até aqui, trata-se de rupturas clássicas. Há, contudo, uma terceira ruptura fundamental, caracterizada pelo aparecimento de armas nucleares em dois blocos geopolíticos em conflito

pela hegemonia mundial. Pela primeira vez, desde o seu aparecimento, a espécie humana adquire a condição de extinguir a si mesma.

A ruptura correspondente à Revolução Industrial se presta, sobremaneira, à discussão da possibilidade de processos históricos se apresentarem sob a forma de reações em cadeia. Isto porque a Revolução Industrial parece inaugurar um período em que a História transformou-se em um mecanismo automático, deixando de ser feita pelos homens.

A quem encarar a Revolução Industrial sem muito cuidado, ela se apresentará sob a forma de um movimento determinístico, capaz de engolir os homens e suas instituições, em meio ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista-industrial e à explosão do progresso técnico deles decorrentes. Como resultado desse movimento, teria emergido um mundo em que os líderes, mais do que nunca (ex-cetuando-se, naturalmente, a decisão potencial quanto à eclosão da guerra nuclear), parecem ser controlados por forças invisíveis.

É claro, contudo, que esse processo histórico resulta de forças humanas, já que o capital, a técnica e o progresso não possuem vontade própria e são, na realidade, categorias conceituais que se referem a atividades humanas. A única forma de conciliar essa idéia com o aparente automatismo, a descarac-

terização da importância dos líderes e outras diretrizes que passaram a nortear o fluxo dos acontecimentos históricos após a Revolução Industrial é conceber esta última dentro de um modelo de reação em cadeia, como já foi dito.

Trata-se de um processo histórico universalizante, caracterizado pelo aparecimento, na Europa e nos Estados Unidos (país no qual ela assumiu a sua expressão máxima), de um embrião capital-indústria que proporcionou a essas nações um grande acúmulo de poder político, econômico e militar. O embrião, contudo, não poderia sobreviver sem expandir-se continuamente, pois a estagnação do sistema criado significaria a sua morte. Necessidades antes inexistentes haviam sido criadas, como a de ter por mercado quase que a totalidade do planeta. O grande poder militar gerado pelo fenômeno capitalista-industrial acabou fornecendo a primeira solução: a África e a Ásia foram transformadas, pela força, em mercados consumidores de produtos industrializados.

Décadas mais tarde, quando a manutenção do colonialismo se mostrava material e, principalmente, politicamente desgastante, o sistema assumiu a configuração de dicotomia estrutural países ricos/países pobres — o conflito Norte-Sul.

Toda a tendência universalizante surgida com a Revolução Industrial constitui uma superestrutura que é imposta a um

mundo cheio de diversidades culturais, étnicas, sociais, políticas etc. Essas diversidades se mantêm vivas e atuantes, chegando algumas vezes a sobrepujar, como no já citado exemplo da Revolução Iraniana, a avalanche civilizatória que é movida de forma exógena no sentido de sufocá-las.

Na verdade, a assim chamada "humanidade" é uma colcha de retalhos constituída por grupos humanos envolvidos em conflitos das mais diversas naturezas, não possuindo qualquer identidade que permita que dela se fale como de um todo orgânico, embora alguns dos conflitos que se desenvolvem em seu seio avantajem-se em relação aos demais e assumam dimensões de uma polarização em nível mundial: são os casos específicos dos conflitos Norte-Sul e Leste-Oeste, o primeiro dividindo a população mundial através de uma dicotomia opulência/miséria e o segundo concentrando em poucas mãos a decisão de desencadear o holocausto nuclear que porá fim a toda a civilização humana.

Cumprе, porém, não perder de vista a verdadeira natureza desses dois grandes conflitos: trata-se de lutas (nas quais a violência aparece de forma implícita ou explícita) de países contra países, de povos contra povos, de etnias contra etnias, de culturas contra culturas, e não de classes contra classes.

Ainda é verdade — como sempre o fora — que, mesmo

após o mundo ter sido varrido pela Revolução Industrial, um trabalhador americano, árabe ou chinês é, respectivamente, muito mais americano, árabe ou chinês do que trabalhador, da mesma forma que a política externa da União Soviética é russa e não marxista-leninista.

O fato é que, no teatro das relações internacionais, os atores principais ainda são os países, os povos e as etnias (com as diferentes interpenetrações possíveis entre essas categorias): a História ainda não assistiu — e quiçá jamais o faça — ao primado das classes sobre eles, no que diz respeito à balança internacional de poder.

A despeito do que foi dito, há, contudo, uma generalização que pode ser feita sobre a História: ela se inicia quando a luta do homem contra as forças naturais se torna menos importante do que a luta do homem contra o homem. Esta última, que pode assumir uma infinidade de formas, é a essência do fluxo histórico. A História é, de fato, um processo dialético, embora sua dialética esteja longe de poder ser reduzida a modelos que priorizem qualquer das for-

mas que o conflito do homem contra o homem pode assumir.

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. Sérgio Bath. Brasília, Universidade de Brasília, 1979.
- . *República Imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Trad. Edilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro, Zahar 1975.
- BARTHOLO, Jr., Roberto S.; MONTEIRO, Marcelo Affonso; SOUZA, Hamilton Moss de (orgs.). *Que Crise é Esta?* n.º 2 São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1985.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As Grandes Obras Políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Trad. Lydia Cristina. Rio de Janeiro, Agir, 3ª ed., 1980.
- ELLUL, Jacques. *A Técnica e o Desafio do Século*. Trad. pref. Roland Corbier. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- FREYER, Hans. *Teoria da Época Medieval*. Trad. F. Guimarães. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- HACKETT, John, General Sir. *A Terceira Guerra Mundial*. Trad. Heliodora Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
- 2v.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Trad. pref. e notas de Lúcio Xavier. São Paulo, Atena; 4ª ed., 1955.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis, Vozes, 4ª ed., 1983.
- . *O Processo Civilizatório*. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
- TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe-Terra: uma histórica narrativa do mundo*. Trad. Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha. Rio de Janeiro, Zahar, 3ª ed. 1982.



MARCELO AFFONSO MONTEIRO, 25 anos, é graduado em Engenharia Metalúrgica (UFRJ) e Mestre em Engenharia de Produção (COPEE/UFRJ). O presente artigo foi retirado de sua tese de mestrado — *Ciência e Tecnologia no Marco Histórico das Relações Internacionais* —, defendida e aprovada em 20 de outubro de 1986.



ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Obino Álvares

Após distinguir a arte tática da arte operacional nas principais guerras do século XX e avaliar os fatores que deverão influir na tomada de decisão nas batalhas típicas de guerra convencional em nossos tempos, o artigo conclui pela necessidade de organização de um instituto de ensino sobre o assunto, junto à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Sem que tenha sido seu intuito, ele apresenta argumentos que abonam a criação recente (funcionamento a partir de 1988) do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), matéria da presente edição.

Em edição recente, *A Defesa Nacional* publicou um ensaio sob o título "O Nível Operacional da Guerra: As concepções Alemã e Norte-Americana." Atraído pelo título fiz uma primeira leitura, procurando avaliar seu mérito; a seguir, realizei leituras adicionais visando a melhor interpretar as idéias que o autor defende, em assunto de tanta relevância.

Inicialmente, duas questões mereceram análise: que entender por nível operacional da guerra? Que significado atribuir à arte operacional?

A Revista registra, em sua apresentação, que o nível operacional, "que preenche o espaço entre a tática do campo de batalha e a estratégia militar",

ganhou renascimento no Exército dos Estados Unidos. Por sua vez, o autor do ensaio, Major George A. Higgins, do Exército desse país, esboça sua primeira idéia sobre arte operacional, definindo-a como "o elo de ligação entre a tática e a estratégia."

Sem aprofundar essas idéias de nível operacional e de arte operacional, parece razoável admitir, como hipótese inicial de trabalho, que *preencher espaços e servir de elo* constroem sentenças que sugerem uma identidade de conceitos.

Tomando a guerra entre dois Estados como luta cruenta e identificar seu nível operacional corresponde a definir o espaço físico de atuação, definir o ambiente onde se realiza a con-

frontação das forças que se opõem. Esse espaço é chamado, tradicionalmente, de Teatro de Operações, abreviadamente TO. De certo modo, a definição de arte operacional, formulada acima, confirma esse entendimento pois que a estratégia e tática constituem, respectivamente, a idéia que inspira e orienta a ação e o processo de luta nos combates.

Em prosseguimento, o Major Higgins, melhor caracterizando a arte estratégica, constata que a arte tática exige uma liderança que motive os homens e (que) "decida deslocar os pequenos escalões até posições de onde possa concentrar o maior poder de fogo sobre o inimigo". A arte operacional, por sua vez, exige um estudo de situação tática e... mais, "uma liderança que consiga ver, entender, a estratégia do teatro de operações", planejar e executar planos de campanha, para atingir os objetivos da estratégia do TO.

Segundo esses conceitos, que se relacionam com as missões dos diversos escalões de emprego da Força Terrestre, a arte tática constitui atribuição da Divisão e de seus escalões menores. Já a arte operacional constitui tarefa de exércitos e grupos de exércitos, pois que é nesses níveis que se realizam os estudos de situação abrangentes, que seus comandos os obrigam a ver além do nível tático, podem entender a estraté-

gia do TO e planejam e executam os planos de campanha.

Os estudos de situação realizados nos teatros de operações nada mais são do que análises sistemáticas e abrangentes dos ambientes – tarefa dos diversos comandos desse nível e dos fatores que entram em jogo na disputa. A cada um dos objetivos impostos pelo comandante do TO corresponde a uma ou mais ações estratégicas e o feixe dessas ações, em cada conjuntura específica, constitui a estratégia do TO.

É oportuno recordar, à guisa de esclarecimento complementar, como tem evoluído o conceito de estratégia no sentido castrense. Vejamos como os principais autores dos séculos XVIII e XIX a definiram:

GUIBERT – a tática representa toda a ciência militar; ela é constituída de duas partes: uma delas, a criação e o adestramento dos exércitos, e a outra, a arte do general, isto é, o que antes se chamava tática e que hoje chamamos de estratégia.

VON BULLOW – a estratégia é a ciência dos movimentos fora das vistas do inimigo.

MOLTKE – a estratégia fixa a maneira geral de atingir os fins da guerra, formula os planos de campanha e determina a marcha das operações; estabelece os princípios que devem regular a direção e a distribuição das

forças no teatro de operações.

CLAUSEWITZ — a tática é a teoria do emprego das forças militares no combate e a estratégia é a teoria da realização dos combates para atingir os fins da guerra.

Que designação dar à estratégia aplicada nos TO? Parece lógico designá-la como estratégia militar. Contudo, a estratégia militar é de maior alcance, pois inclui uma visão perspectiva da guerra futura; a antevisão das armas e demais equipamentos bélicos disponíveis nesse futuro incerto; o preparo da força desde o tempo de paz, com o adestramento dos recursos humanos que seguramente serão acrescidos na emergência da guerra; com o treinamento dos quadros, notadamente o dos comandantes superiores do TO.

Vejam os como a estratégia foi aplicada nas principais lutas de nosso século. A Primeira Guerra Mundial, nesse assunto, constituiu um caso particular em que houve modesta aplicação da arte dos grandes capitães. A luta se caracterizou por batalhas táticas de grandes efetivos postos face a face, numa linha contínua de fogos protegida por trincheiras e cercas de arame farpado, impedindo, praticamente, a abertura de brechas. É lícito afirmar que em tais condições houve poucas oportunidades para as ações estratégicas que implicam em manobras amplas e grande mobilidade.

A partir do fim desse conflito, os especialistas europeus passaram a analisar a guerra sob uma nova óptica. Ela não é, apenas, o resultado do emprego das forças militares. Durante seu desenvolvimento foram sendo identificadas outras ações com as características das ações estratégicas, que em conjunto com a estratégia militar, constituiriam uma estratégia de nível mais alto — estratégia geral, nacional ou total — segundo a designação que lhe deram diferentes autores. A direção e a conduta da guerra passaram para a órbita do Estado, um assunto de tal magnitude que não mais poderia ficar restrito à arte militar.

Entre as duas guerras mundiais ocorreram várias mudanças na concepção e execução da guerra, devidas, sobretudo, ao progresso tecnológico. A mais significativa dessas mudanças redundou no emprego das viaturas automotoras, como os carros de combate, que ensejaram a criação de um novo conceito operacional: o emprego de grandes formações blindadas, como as divisões, corpos-de-exército e exércitos blindados.

Graças ao aumento prodigioso da velocidade dado às operações, realizaram-se memoráveis campanhas, a partir de 1939, com tal êxito, que, em prazos curtos de 30 a 60 dias, produziram a queda da Polônia e a derrota da França, bem como a captura de 185.000 prisioneiros.

neiros no bolsão de Smolensko, a 660 km no interior do território soviético. Do mesmo modo, com conceitos e recursos idênticos, se cumpriram as campanhas norte-africanas, a invasão do continente europeu no Canal da Mancha e a luta dos anos 43 e 44 na URSS. A estratégia voltou a ser utilizada intensamente.

As operações militares nos diversos teatros revelaram numerosas manobras de blindados, de cerco, envolvimento e destruição, com brilhante senso estratégico, exatamente o oposto do que havia ocorrido no conflito 1914-1918.

A Segunda Guerra Mundial terminou com um evento aterrorizante, síntese máxima do progresso tecno-científico: a explosão da bomba atômica, que passou a dividir a história da guerra em duas eras: a anterior e a posterior a Los Alamos.

Alcançada a paz, os vencedores passaram a cuidar da reconstrução dos países envolvidos no conflito, onde havia pesadas destruições; suas forças foram desmobilizadas; ajustou-se o *statu quo* para a administração do território alemão ocupado; criou-se a Organização das Nações Unidas, instituição internacional que, à semelhança da Liga das Nações, tornada letra morta, que se destinava a promover o entendimento entre as nações e a proscrever a guerra para sempre. Ledo engano a paz perpétua tão sonhada. Os desentendimentos entre os aliados da véspera se tornaram ex-

tremamente agudos, devido a questões ligadas à ocupação da Alemanha, seguidos de uma forte corrida armamentista que já conta mais de 30 anos. O mundo se tornou bipolar, com a estruturação de dois blocos político-militares em permanente confrontação: a Organização do Tratado do Atlântico Norte e o Pacto de Varsóvia.

De 1950 até nossos dias, a presença dos acidentes foi constante. Quase todas as nações filiadas à ONU foram envolvidas por muitos tipos de conflito: guerras limitadas, guerras revolucionárias, guerras de descolonização, guerrilhas, terrorismo e agressões psicológicas de vários tipos.

Reconhecemos que os conflitos da era nuclear têm sido ricos em episódios estratégicos, quase todos ocorridos fora da área militar. Poucas foram as ocasiões em que, nos conflitos mencionados, se praticaram ações estratégicas nos teatros de operações militares. Temos, apenas, notícia de manobras dessa natureza, realizadas na China, na Coreia, e no sudeste asiático.

Em virtude dos riscos imensuráveis de uma guerra termo-nuclear, vários organismos nacionais e internacionais – fundações, universidades e outros centros de pesquisa – bem como personagens de renome mundial, têm-se dedicado ao estudo das relações internacionais, onde se apreciam, entre

outros temas, as modalidades das guerras possíveis.

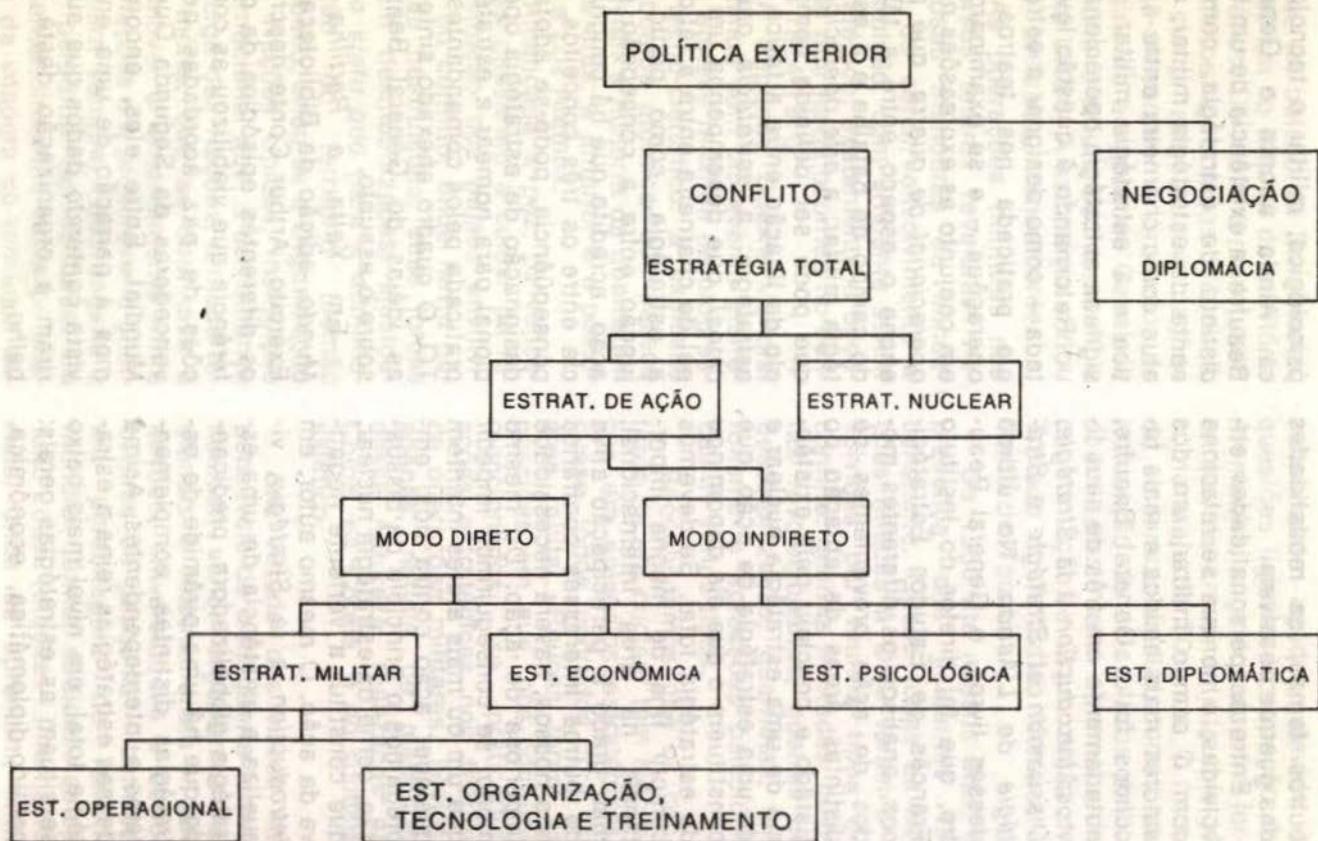
Entre as personalidades envolvidas, e no que se relaciona com o campo militar, um dos autores mais lúcidos e mais fecundos foi o General Beaufre, notadamente em três de seus livros: *Introduction à la Stratégie*, *Dissuasion et Stratégie* e *Stratégie de L'Action*. No último desses livros, o General Beaufre, que foi diretor do Instituto Francês de Estudos Estratégicos, analisou os diferentes modos de ação provenientes de distintas áreas de atuação do Estado e concluiu pela existência de uma estratégia nuclear e de uma estratégia de ação, que constituem o que ele denominou de estratégia total. Se devemos cumprir fins de magna importância na área internacional, mau grado a participação ativa de outros interesses contrários aos nossos, haverá necessidade imperiosa de ação. Do mesmo modo, se conseguirmos impedir que um ou mais atores intentem qualquer ação contra nós, empregamos o princípio da dissuasão, cerne da estratégia nuclear, que constitui a vertente negativa da ação. O mesmo autor, em *Introduction à la Stratégie*, visualiza a existência de uma estratégia globalizadora, predican-do que há uma pirâmide de estratégias distintas, complementares e interdependentes. Acima dessas estratégias reina a estratégia total; em nível mais baixo se situam as estratégias gerais: político-diplomática, econômica,

psicológica, militar e tecnológica. Ainda aponta o General Beaufre, a existência de um tipo distinto de estratégia, componente da estratégia militar, que atua como charneira entre a tática e a estratégia militar, designada estratégia operacional.

Retornando à questão levantada — como designar a estratégia praticada nos teatros de operações — e se examinarmos em conjunto as expressões *nível operacional de guerra*, que preenche o espaço entre a tática do campo de batalha e a estratégia militar; a *arte operacional*, que pode ser definida como o elo de ligação entre a tática e a estratégia; a *estratégia operacional*, que desempenha um papel de charneira entre a tática e a estratégia, como ponto de junção entre a concepção e a ação, acredito que há congruência entre os três conceitos. Em consequência, pode-se adotar a designação de estratégia operacional para nomear a estratégia praticada pelos comandantes do TO. O quadro anexado sintetiza as idéias do General Beaufre sobre o assunto.

Em *Yalta, a Partilha do Mundo*, edição da Biblioteca do Exército, Arthur Conte descreve os diferentes episódios da conferência que viabilizou as condições de paz acordadas pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Entre eles, encontramos a narração de uma entrevista contendo dados que sugeriram a organização deste trabalho.

VINCULAÇÃO DA ESTRATÉGIA À POLÍTICA



No primeiro encontro entre o Presidente Roosevelt e o Marechal Stalin, eles se informaram reciprocamente sobre o esforço a que seus povos estavam submetidos, declarando os efetivos desdobrados. O presidente norte-americano declarou que o General Eisenhower, comandante de teatro europeu no Ocidente, enfrentava os alemães com 85 divisões; um quarto delas, divisões blindadas. Por sua vez, o Marechal Stalin informava que nas diversas "frentes" soviéticas, numa extensão de mais de 1.000 km, ele enfrentava o adversário com 150 divisões. Não há cabimento em discutir esses números, que devem corresponder à realidade. O importante para nós é visualizar esses números, a grandeza e a complexidade dos teatros de operações; é saber como se articularam as diferentes peças da batalha, em largura e profundidade; é conhecer a ordem de grandeza das principais forças mantidas em reserva; é analisar as ações estratégicas cumpridas por exércitos e grupos de exércitos; é a existência de uma doutrina que presidiria a estratégia operacional, aperfeiçoada e ampliada no calor das batalhas. Em síntese, importa conhecer as manobras desenvolvidas em cada episódio concreto; como se aproveitou o sucesso na ofensiva; como se valeu a defesa, da contra-ofensiva, e quais as manobras que produziram resultados decisivos.

Pouco sabemos dos princí-

pios e processos da estratégia operacional soviética, que levou suas tropas ao coração da Alemanha. Do lado norte-americano dispomos da análise sucinta do Major Higgins, o autor mencionado no início, que aponta motivos históricos, geográficos e culturais que explicam por que o Exército dos Estados Unidos não sentiu necessidade de consolidar uma estratégia operacional completa. Justamente o contrário do que ocorreu com os alemães, cujo território, durante mais de dois séculos, fora parte do espaço privilegiado das lutas européias, o que os levou a implementar uma estratégia operacional em constante evolução.

Segundo o Major Higgins, o Exército norte-americano, grandemente ampliado a partir do início dos anos 40, mesmo contando com grandes unidades blindadas, deu maior ênfase ao poder de fogo, em detrimento da manobra, mantendo-se fiel à experiência de 1914-1918. Por esse motivo, não dispuseram de uma doutrina operacional confiável. Assegura aquele autor: "três exceções a esse estilo genérico vêm agora à lembrança — as operações Cobra e Market Garden e a contra-ofensiva das Ardenas, do General George S. Patton."

As atuais preocupações do Exército dos Estados Unidos, para assegurar-se o domínio de uma estratégia operacional eficaz, são plenamente justificáveis, no momento em que passamos a dar pouca credibilidade

à hipótese da guerra nuclear. A estratégia da dissuasão tem funcionado; a paz entre os Grandes vem sendo mantida e a hipótese da guerra convencional vem sendo cultivada como sendo a possível alternativa no futuro.

É importante destacar nossa própria posição. Dispomos de um ensino de comando e de estado-maior de alto nível para o escalão divisão, tático por excelência. Ao longo de nosso curso superior, recebemos noções gerais sobre as tarefas de um exército de campanha, como quadro para o estudo da Zona de Administração, a que todos os tipos de unidades terrestres estão vinculadas. Recebemos também idéias sucintas sobre a organização do TO. Entretanto, não chegamos a ver e a entender as ações dos grandes agrupamentos de combate e o funcionamento dos principais comandos existentes no teatro de operações. Ainda não visualizamos o ambiente de aplicação da estratégia operacional.

Na batalha típica da guerra convencional poderemos vir a operar em frentes extensas, de 500 ou mais quilômetros, em áreas profundas. Nesses ambientes tão mais complicados, os fatores que influem nas tomadas de decisões são difíceis de definir:

- as *informações* são numerosas, imprecisas e de oportunidades incertas;

- as *possibilidades* do adversário cobrem uma ampla gama de ações e são de sintetização complicada;
- os *dispositivos* terão de ser mais profundos;
- as *reservas* serão numerosas, dispostas em largura e profundidade;
- a *conduta* da batalha tenderá para exigir mais tempo (semanas ou meses);
- os *suprimentos* necessários podem alcançar centenas ou milhares de toneladas por dia;
- o *sistema de transporte* exigirá certo controle.

O quadro se tornará crescentemente mais agudo quando a estratégia operacional impuser a roçada de grandes unidades reservadas, de um para outro extremo da linha de combate, numa diagonal que implique no cruzamento, de parte ao menos, dos eixos de suprimentos.

Até agora estivemos tratando de estratégia operacional. É bem de ver, contudo, que os diversos modos e tipos de estratégia estarão sendo aplicados simultaneamente. Se outras estratégias são concomitantes e combinadas com a estratégia operacional, nem por isso o estudo dessa última implica, obriga ou exige o estudo conjunto de todas elas, pois as estratégias não-militares são elaboradas e aplicadas por autoridades

e instituições que independem da autoridade militar.

Quaisquer que sejam as conjunturas sucessivas que nosso País venha a enfrentar nos próximos 25 anos, não de encontrar-nos economicamente mais fortes e social e politicamente mais integrados. Vivemos nesse futuro, numa sociedade pós-industrial que poderá ser pacífica ou, ao contrário, perturbada, como está sendo a do último quartel do século XX.

Abstraída a hipótese de um conflito nuclear, conforme as perspectivas atuais nos fazem crer, é razoável encarar para o Brasil, a hipótese de ver-se envolvido em guerras continentais ou mesmo extracontinentais de nível convencional. Uma dose modesta de prudência aconselha, pois, que comecemos a conceber a política internacional como um jogo que seguramente terá profundas consequências para as gerações futuras.

Conceber cenários e imaginar situações de conflito; elaborar fórmulas e conceitos para uma renovada doutrina militar e uma estratégia ajustada às várias conjunturas; antever as características das guerras convencionais no início dos anos 2000; imaginar a natureza das forças necessárias nas diversas circunstâncias, eis os desafios que nos são impostos, para a salvaguarda de nossos interesses e, principalmente, salvaguarda de nossa soberania.

Por ser a estratégia uma disciplina mais estável (um dos

tantos aspectos que essa arte configura) é aconselhável atualizar nossas idéias a respeito, notadamente sobre a estratégia operacional como foi praticada no teatro de operações do leste europeu nos anos 43 e 44, tomadas como matriz de uma evolução possível, considerados os progressos a esperar da tecnologia do armamento e demais equipamentos das Forças Armadas.

Dentro dessa moldura, recomenda-se realizar uma metódica pesquisa sobre estratégia militar e com esse objetivo parece mais adequada a constituição de um grupo de estudos e pesquisas sobre a estratégia operacional, viga-mestra da arte militar.

É claro que não se trata de compilar métodos e processos oriundos de fontes externas, ainda que esses conhecimentos possam ajudar-nos na busca de uma solução própria. Do mesmo modo, deveremos convocar a experiência de especialistas; mesmo que tenhamos de convidar conferencistas estrangeiros.

Contudo, só poderemos encontrar inspiração com estudos e pesquisas próprios, principalmente estudos de história militar, à luz das principais batalhas germano-soviéticas nos dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial.

Se não sugerimos a organização de um instituto de ensino próprio, como criar um Grupo de Estudos e Pesquisas Estratégicas (GEPE) e como regular seu

funcionamento? Imagino que o procedimento inicial mais indicado seria organizar esse Grupo de Estudos junto à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), pela experiência já acumulada no trato das operações combinadas, características dos TO terrestres.

É claro que a adjudicação desse Grupo à ECEME acarretará mais preocupações e despesas, além de uma pequena alteração no número de oficiais instrutores. Uma distribuição de recursos financeiros específicos para a ECEME e a superintendência de seu funcionamento por parte do comandante da Escola constituem a solução mais simples e flexível.

Um trabalho bem orientado poderá dar-nos, em poucos anos, não somente uma doutrina para a estratégia operacional, mas também a formação de especialistas para as escolas de estado-maior das três forças — Marinha, Exército e Aeronáutica — em assuntos referentes às ações combinadas, características dos teatros de operações.

O sucesso do Grupo de Estudos e Pesquisas Estratégicas dependerá decisivamente da qualificação de seus integrantes. Por esse motivo, sugiro que na elaboração de um critério para a escolha de seus membros, se leve em conta as seguintes exigências: (1) tenham demonstrado aptidão para estudos militares avançados; (2) tenham desempenhado funções de instrutor na ECEME; (3) tenham sido

considerados, ao longo da carreira, com dotes destacados de inteligência.

Nestas páginas, percorremos um longo caminho histórico, tratando de investigar o significado do vocábulo Estratégia. Que conclusões devemos adotar?

Até o fim da Primeira Guerra Mundial, se adotou, praticamente, a definição do General Moltke: "a estratégia fixa a maneira geral de atingir os fins da guerra; formula os planos de campanha e determina a marcha das operações; estabelece os princípios que devem regular a direção e a distribuição das forças no teatro de operações."

Considerada até então como a arte dos generais, a estratégia era o instrumento utilizado para a aplicação da força na solução dos conflitos entre os Estados.

No caso das mudanças ocorridas a partir de 1920, passamos a somar, às ações militares, um conjunto de ações de outro tipo: político-diplomáticas, econômicas, psicológicas e técnicas, constituindo uma nova compreensão da estratégia: a arte de aplicar o poder do Estado para a conquista de seus objetivos no contexto internacional. Ela se transferiu, assim, para a órbita de chefe do Estado, que passou a ser o Senhor da guerra.

Há várias abordagens na compreensão da estratégia. Ela é ao mesmo tempo:

- um método de análise de situação e de tomada de decisões;

- um dote pessoal, como o é a música, a pintura e a escultura; um conjunto de dons especiais com que nascem certas criaturas, exercidos segundo princípios e técnicas particulares a cada uma delas;
- uma disciplina que, praticamente, se destina ao ensino de regras, técnicas e princípios de concepção e ação.

A estratégia é reconhecível pela obra de arte criada: a manobra estratégica que se realiza em potência, velocidade e surpresa. Do mesmo modo que o quadro pictórico é a obra do pintor, a partitura a do músico e a estátua em mármore, a do escultor.

A guerra moderna se cumpre com a realização de ações pro-

venientes de todos os campos do poder. As ações militares se mostram em toda sua grandeza, nos teatros de operações. Em função disso, a estratégia praticada nos TO é designada como estratégia operacional. É um retorno, de alcance mais restrito, à arte do general-em-chefe.

A ampliação da área estratégica, para abarcar o nível da estratégia nacional ou total, deixou-nos enamorados da grande arte de nível governamental, em prejuízo do conhecimento aprofundado das diversas estratégias componentes. Não estaremos divorciados da realidade se afirmarmos que esse prejuízo é genérico e que, no passado, desviamos nossa atenção para conhecer e aplicar uma arte, a estratégia total, que permanece ainda envolta em brumas.



A GUERRA DAS MALVINAS: CONFLITO INEVITÁVEL QUE NUNCA DEVERIA TER OCORRIDO

Joseph S. Tulchin

Muito já se escreveu sobre a Guerra das Malvinas e durante algum tempo ainda o assunto ocupará a atenção de analistas e estudiosos, por seu conteúdo rico de ensinamentos.

Neste artigo, transcrito da revista Política e Estratégia (Out-Dez, 1986), o autor faz uma análise crítica dos mais consistentes relatos do conflito — inevitável, como expressa o título, mas que nunca deveria ter ocorrido.

A razão de este ensaio ter sido adiado por tanto tempo não está simplesmente na indolência do autor. Depois da primeira enxurrada de livros e artigos que se seguiu às hostilidades, com a derrota argentina no campo de batalha, parecia razoável esperar-se que, mais cedo ou mais tarde, aparecessem volumes de memórias, escritos por participantes ou deduzidos com base em informações extra-oficiais

vazadas para jornalistas que poderiam, então, escrever a crônica da versão argentina da história, com detalhes razoavelmente convincentes.

Isso não aconteceu, embora corram boatos, em Buenos Aires, de que tanto Nicanor Costa Mendez, ministro de Relações Exteriores durante a guerra, quanto Eduardo Roca, o embaixador argentino junto às Nações Unidas durante o conflito, estejam em vias de publicar livros

tratando de seu papel no episódio. Ao invés de esperar mais tempo, fica aqui minha promessa de procurar pôr-me em dia com essas notícias, se e quando elas forem publicadas. Mais curioso é o fato de nenhum estudioso, nos Estados Unidos ou na Europa, ter publicado um relato abrangente do episódio. Teremos de arranjar-nos com aquilo de que dispomos – e não posso afirmar que tenha lido tudo, mas simplesmente tudo o que conseguimos sobre o assunto.

Para lidar coerentemente com uma literatura tão vasta e com assunto tão complexo, pareceu-me útil organizar o material de forma seqüencial e de acordo com diversos componentes ou elementos explicativos: os antecedentes históricos e legais do conflito; o desfecho da crise, com especial atenção para as percepções divergentes dos principais participantes e o contexto no qual foram tomadas as decisões em cada país; os preparativos militares para a verdadeira condução da guerra; as implicações estratégicas da mesma; as implicações da guerra para nossa compreensão do sistema internacional; e, finalmente, como o conflito poderia ser resolvido no futuro.

Antes de lançar-me a essa revisão sistemática da literatura, permitam-me indicar minhas preferências entre as obras aqui relacionadas, para os leitores que, por acaso, queiram lê-las. A introdução mais fácil ao ema-

ranhado legal e diplomático subjacente ao conflito é o reduzido livro de Hoffmann e Hoffmann. É fácil de ler, bem organizado, e nunca tergiversa. Ele se baseia bastante em Julius Goebel, que continua sendo a fonte básica depois de quase 60 anos, e que foi recentemente reeditado pela Yale University Press. Já o trabalho mais excitante e completo sobre as hostilidades é o livro de Hastings e Jenkins, que também continua a ser a melhor análise do contexto inglês de tomada de decisões, apesar de seu pendor jornalístico e da rapidez com que foi publicado. Quanto ao lado argentino, há dois livros que merecem ser lidos. O de Virginia Gamba, *El Peón de la Reina*, constitui uma excelente análise da elaboração da política argentina, prejudicado apenas pela disposição da autora no sentido de "comprar" Costa Mendez pelo seu valor nominal, algo que nenhum outro observador fará. A melhor descrição da guerra e do contexto político no qual foram tomadas as decisões está no livro de Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy: um relato sério, embora um pouco dramatizado, escrito por três jornalistas que entendem tanto de política externa quanto a maioria dos professores. Embora ainda não disponhamos de qualquer análise acadêmica plena sobre a guerra, os capítulos escritos por Alberto Coll (no livro organizado por Roberto Russel) são os melhores já publicados até agora.

Embora ambos sejam textos preparados às pressas para conferências organizadas logo depois da guerra, são excelentes, e certamente estimularão o leitor a pensar. Naturalmente, houve relatos oficiais, de Lord Franks pelo lado britânico e do general Rattenbach pelos argentinos, mas trata-se aí de compilações secas, que interessarão apenas aos especialistas. E, por fim, para os leitores que quisessem dar início a suas teses de doutoramento sobre o tema, há diversas resenhas literárias, muito mais abrangentes do que esta. A melhor delas é o ensaio em duas partes, publicado pelo falecido Roberto Etchepareboroda, na *Revista Interamericana de Bibliografia*, um tributo à energia daquele estudioso e sua capacidade de organizar com sucesso grandes quantidades de informação.

A guerra entre a Inglaterra e a Argentina pelas Ilhas Malvinas foi estranha sob diversos aspectos. Todas as partes envolvidas previram-na com meses de antecedência e, ainda assim, ninguém pôde ou se dispôs a detê-la; há um caráter de inevitabilidade no advento das hostilidades que me reporta à Primeira Guerra Mundial. Ninguém tinha dúvidas sobre quem venceria a fase militar da luta e, ainda assim, esse conhecimento não contribuiu para reduzir o nível de violência ou para induzir qualquer das partes envolvidas no conflito a mudar de compor-

tamento. Muitos observadores, a partir de então, acham que houve no conflito um caráter de laboratório. Os planejadores militares de todo o mundo assistiram à batalha com um entusiasmo que beirava as raias do regozijo de ver, na prática, como suas armas mais recentes se comportavam sob fogo. O campo de batalha parecia tão distante do campo normal do conflito entre os Estados que muitos observadores se sentiram desligados da luta, friamente não envolvidos, de forma que as repercussões imediatas da mesma mal se fizeram sentir fora da zona de guerra. É claro que, tivesse a guerra se arrastado por mais tempo do que durou, esse isolamento geopolítico teria sido quebrado. Em flagrante contraste com a Guerra do Vietnã, a verdadeira contenda se desenrolou longe das câmaras. Neste caso, o que as televisões de todo o mundo mostraram foi a manobra diplomática, com muita negociação de gabinete. Por causa das equipes de TV, sempre presentes, ambos os beligerantes foram mostrados manipulando as informações liberadas para suas populações, embora só os dirigentes argentinos alegassem estar ganhando a guerra, quando as notícias que chegavam ao grande público indicavam o contrário. Por fim, o resultado da luta, até aqui, não beneficiou ninguém, e a solução do conflito subjacente talvez esteja tão distante quanto sempre esteve. Isso torna ainda mais

trágica e sem sentido a perda de vidas.

Os antecedentes diplomáticos ou históricos do conflito são longos e complicados. Têm sido publicados centenas de livros e artigos sobre as diversas reivindicações com relação às ilhas em questão, 99% deles escritos por argentinos, numa tentativa de mostrar que as ilhas foram, são e devem ser argentinas, e que a ocupação inglesa das mesmas foi e é ilegítima. Os ingleses têm-se mostrado obstinadamente desinteressados na discussão legal; mas são eles os ocupantes do território. Roberto Etchepareborda, em artigo publicado na *Revista de Historia de America*, faz uma boa resenha dos trabalhos principais. Uma descrição sólida e adorável das ilhas, sob o título *Soberania Argentina*, foi publicada pela Universidade de La Plata, em 1983. Sobre a controvérsia inicial, o estudo mais convincente continua a ser o de Julius Goebel, recentemente reeditado pela Yale University Press. Goebel é dono de uma imensa erudição e faz um judicioso manejo das evidências. Os livros de Del Carril e Ferrer Vieyra são resumos dos mesmos documentos e fatos. Em vista do esforço superior desenvolvido pelos estudiosos argentinos, não seria de espantar que o consenso, entre os que se viram em apuros para analisar os antecedentes

do conflito, seja o de que as reivindicações argentinas sobre as ilhas são superiores às dos ingleses. O que é mais surpreendente é que as autoridades inglesas começaram, já em 1910, a questionar a reivindicação de seu país quanto ao território e a sugerir que se devia encontrar uma forma honrosa de restituir as ilhas aos argentinos. Peter Calvert constitui a mais declarada exceção a esse consenso. Devo dizer que o professor Calvert prestou um desserviço à sua reputação acadêmica ao escrever um livro lamentável. Seu resumo histórico da política e história argentina é constrangedor.

Mas, se a reivindicação argentina sobre as ilhas é superior à dos ingleses, o argumento argentino é, conforme disse Carlos Escude numa série recente de artigos publicados no *Buenos Aires Herald* (25 e 27 de novembro de 1986), apenas ligeiramente melhor que o dos ingleses. Ao dizê-lo, Escude não estava, de maneira alguma, tentando solapar as reivindicações argentinas. Ele pretendeu, simplesmente, salientar que sempre houve uma questão de disputa e que uma alegação de direito de posse não poderia ter servido de base para a invasão das ilhas. Ele se mostra ansioso por demonstrar que a noção do direito claro e inequívoco sobre as ilhas é um dos diversos mitos que vêm, há anos, toldando a percepção dos argentinos, e que foi usado pelo governo militar

para justificar suas ações. Realmente, a maioria dos estudos sobre a disputa, publicados pelos argentinos antes de 1982, reforçavam esse mito. Foi só nos últimos dois anos que os argentinos se inclinaram bastante, e de forma bastante razoável, a insistir na natureza relativa das reivindicações argentinas.

Típica do esforço argentino para ganhar a argumentação a nível legal e diplomático de forma definitiva é a obra em três volumes, publicada pelo Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), e que trata dos esforços desenvolvidos junto às Nações Unidas desde 1945, no sentido de levar os ingleses à mesa de negociações. A mais abrangente coleção de documentos em inglês é de autoria de Rafael Perl, intitulada *The Falkland Islands Dispute in International Law and Politics* (NY: Oceana Publications, 1983). A partir desses estudos, poder-se-ia dizer que diversos fatos estão fora de questão: os ingleses tomaram as ilhas à força; a natureza da colônia argentina assim desalojada era, na melhor das hipóteses, precária; as ilhas não tinham uma população indígena; as ilhas foram governadas, no século passado, por um monopólio conhecido como Falkland Islands Company; os argentinos jamais deixaram de protestar contra a ocupação britânica das ilhas; o governo inglês punha em dúvida a validade de sua

pretensão sobre as ilhas; depois de 1930, o governo inglês ficou convencido de que a posse das ilhas não valia a pena e sentiram que se devia encontrar uma maneira de devolvê-las aos argentinos; e, depois de 1968, quando se tornou intensa a pressão argentina sobre os ingleses para negociar uma solução para a contenda, a Falkland Islands Company formou um *lobby* em Londres, que acabou conseguindo frustrar todos os esforços do Foreign Office no sentido de restituir as ilhas aos argentinos, fazendo com que o preço político de tal processo, para o governo inglês, parecesse maior do que o preço de nada fazer.

Apesar de toda a energia gasta, os argumentos legalistas me chocam pela fatuidade. As regras do jogo internacional são, tradicionalmente, estabelecidas pelos jogadores maiores. Até que o princípio da participação universal começasse a transformar as Nações Unidas, depois de 1960, o direito internacional era um conjunto de regras pelas quais as principais nações do Ocidente resolviam os conflitos entre si. Aquilo que se costumava chamar de leis da civilização, ou das nações civilizadas, eram regras que legitimavam o controle dos fracos pelos mais poderosos. Nas últimas décadas, em virtude dos conceitos de universalismo e da paridade de direitos entre as nações, o tamanho e poderio passaram a não mais se tradu-

zir, necessariamente, na capacidade de uma nação em impor sua vontade além de suas fronteiras. Não obstante, não se pode dizer que o direito internacional tenha-se tornado mais forte. Ele tem sido honrado tanto na teoria quanto na prática. Nos últimos anos, os Estados Unidos, geralmente o mais veementemente proponente de princípios e de leis em sua política externa, recusaram-se a aceitar a jurisdição da Corte Internacional de Justiça numa disputa envolvendo a Nicarágua, e a União Soviética se recusou a acatar a jurisdição da Corte na questão da invasão do Afeganistão. É claro que, de modo geral, precisamos de regras aceitas de comportamento para orientar o comportamento dos Estados; e inclino-me a aceitar a afirmação de diversos autores da coletânea organizada por Coll e Arend, no sentido de que a violação dessas regras por parte da Argentina contribuiu para o fracasso das nações do Terceiro Mundo em seu apoio à causa argentina; esses mesmos autores, porém, admitem que o episódio, em seu todo, demonstrou uma vez mais o quanto as organizações internacionais são ineficazes para evitar ou deter as hostilidades quando as grandes potências estão em desacordo. Concordo com Escude em que uma solução para a disputa pelas Malvinas surgirá de apelos pragmáticos a interesses políticos.

II

Como estudo de administração de uma crise, o conflito das Malvinas é um pesadelo. É difícil imaginar tantos erros de julgamento sendo cometidos por tanta gente. Virginia Gamba realiza um excelente trabalho ao explicar a sequência do processo argentino de tomada de decisões, em seu primeiro livro, *El Peón de la Reina*, e acrescenta-lhe uma bela análise das versões inglesa e americana do caso, em seu segundo livro, *Estrategia*. . . A Dr^a Gamba é uma ótima acadêmica, com especialização na Inglaterra, e que desfruta de acesso especial aos responsáveis pelas decisões a nível civil e militar, que foram e são os formuladores da política argentina. Gamba possui um estilo vigoroso e claro, e torna os difíceis conceitos da análise estratégica acessíveis ao não-especialista. O livro de Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy também é esplêndido em seu resumo da formulação da política argentina. Os autores esforçam-se um bocado para encontrar escândalo e vilões, mas seu profissionalismo salva-os dos excessos. Em tudo e por tudo, eles adotam uma posição notavelmente isenta e tecem uma narrativa que se sustenta à luz das informações subseqüentemente tornadas públicas desde que eles publicaram seu trabalho. A sutil análise que Cardoso faz dos assuntos internacionais pode ser encontrada, semanal-

mente, no *Clarín* de Buenos Aires. Em flagrante contraste, o artigo de Garcia Lupo é um pastiche trivial. Há aí enormes quantidades de palpites obscuros sobre segredos, mas sem qualquer substância palpável que apóie qualquer das acusações veladas. O livro se constitui uma compilação desconexa de artigos jornalísticos.

Todos concordam em que a liderança argentina interpretou de forma completamente errônea, ou calculou absolutamente mal o nacionalismo inglês, e também a sua determinação, e, assim sendo, entrou em crise com a firme convicção de que os ingleses não iriam e não poderiam articular uma resposta militar à invasão suficientemente eficaz para desalojar as tropas argentinas sem perdas militares intoleráveis. Tão convictos estavam disso que jamais formularam, e muitos menos implementaram, planos para defender as ilhas contra tal resposta. Até o fim, a Junta parecia aturdida ante o fato de a frota inglesa ter conseguido deslocar-se até o Atlântico Sul. A falha da Junta no aquilatar a resposta britânica de forma correta demonstrou bastante claramente a natureza do regime e a qualidade de seus assessores. Conforme expliquei noutro artigo (em *A América Latina e a Política Mundial*, de Joseph S. Tulchin e Heraldo Muñoz, publicado no Brasil pela Editora Convívio, 1986), a Junta nunca esteve aberta a múltiplas correntes de

informação ou opinião. Suas estruturas decisórias eram severamente restringidas, e a imprensa era autocensurada, de forma que não havia acesso a informações que pudessem não "bater" com as da cúpula dirigente. Em virtude de seu isolamento político, os membros da Junta eram assessorados por amadores, e não tomavam qualquer providência sistemática no sentido de checar essa assessoria. Não se davam ao incômodo de checá-la porque ela tendia a reforçar sua própria visão de mundo. Eles acreditavam firmemente estar conduzindo seu país a uma posição nova e proeminente nas relações externas, assim como acreditavam que seu irredutível anticomunismo e sua disposição de se alinhar na luta anticomunista na América Central houvessem conquistado para eles um lugar entre os principais atores da cena mundial, e que seus pontos de vista, seus interesses e suas ações seriam considerados seriamente pelos outros atores principais, e que sua liderança seria aceita pelas outras nações latino-americanas. Eram, nessa visão, apoiados pelo homem por eles indicado para ficar à frente do Ministério de Relações Exteriores nessa crise, Nicanor Costa Mendez, que os convenceu de que entendia de ingleses, de americanos e de relações internacionais. No fim, Costa Mendez acabou revelando que não entendia de nada disso, e continua a ser um dos vilões da his-

tória, apesar dos esforços de Virginia Gamba para defendê-lo. O volume escrito por Cardoso e outros é especialmente bom ao descrever os delírios de grandeza dos membros da Junta e seu isolamento de qualquer discussão sobre os fatos mundiais.

Uma das fontes desses grosseiros erros de cálculo reside no fato de que toda a cúpula decisória se caracterizava por uma notável ignorância do sistema político dos Estados Unidos e da maneira pela qual são tomadas as decisões naquele país. O erro os levou a tomar algumas observações descuidadas feitas pelo assistente legislativo do senador Jesse Helms, e por Vernon Walters, como férreas garantias do governo dos Estados Unidos no sentido de que, em troca do apoio na América Central, os Estados Unidos apoiariam os esforços argentinos para retomar as Malvinas, ainda que fosse necessário o emprego de força, e ainda que os Estados Unidos garantissem que a Inglaterra não reagiria fortemente. Quando perguntei aos participantes argentinos daquelas reuniões decisivas se haviam compreendido onde os mensageiros se encaixavam no complexo padrão de tomada de decisões e que influência deles se poderia esperar na formulação da política, a resposta que me deram indicou que eles viam os Estados Unidos como uma espécie de ator unitário, cujos porta-vozes proferiam declarações cabais como

se fossem as palavras de algum ser antropomórfico. Assim, eles ouviam o que queriam ouvir e não permitiam que a realidade alterasse seus pontos de vista.

Naturalmente, os ingleses não estão isentos de culpa pela precipitação do conflito. Apesar da reabilitação promovida pelo Comitê de Conselheiros Privados sob a direção de lord Franks (*Falkland Islands Review: Report of a Committee of Privy Councillors* - London: HMSO, 1983), praticamente todos os observadores concordam em que houve falhas significativas de inteligência do lado inglês, e que o erro principal cometido pelos responsáveis pelas decisões inglesas foi simplesmente a ignorância dos antecedentes da disputa e da relevância que lhe conferiam os argentinos. Até mesmo os funcionários civis mais antigos do Ministério do Exterior subestimaram a seriedade argentina de propósitos nos últimos anos de negociações infrutíferas, e jamais fizeram grande pressão sobre seus chefes políticos no governo, no sentido de forçar um entendimento na Câmara dos Comuns. Sempre que se estava às portas de um entendimento ou de uma proposta de entendimento, depois de 1968, o *lobby* das Falklands pressionava o Ministério do Exterior e acabava convencendo o governo a recuar em vez de arriscar-se a provocar uma tempestade na Câmara dos Comuns. Os burocratas da política externa nunca aumentaram

suficientemente a aposta, porque eles mesmos não estavam suficientemente convencidos de que os argentinos chegassem um dia a fazer algo além de falar. Eles interpretaram perigosamente mal os sinais de Buenos Aires nos dois anos que antecederam a declaração das hostilidades, e foram insolitamente ingênuos ao não conseguirem perceber como os argentinos interpretariam os sinais que estavam enviando a respeito da atitude britânica sobre o conflito e a mais provável resposta inglesa a um ato de agressão.

O livro de Hastings e Jenkins é bastante claro em seus julgamentos sobre o lado inglês e chega a ser sóbrio em seus julgamentos; e, mais uma vez, parece que Virginia Gamba está bem próxima da razão em sua análise (*Estratégia*). Em face da pouca prioridade conferida às ilhas e a toda a região pelos governos britânicos, a questão continua a ser a de se qualquer governo teria feito algo diferente, e se teria sequer aferido corretamente o alcance do fervor argentino e de suas prováveis ações. O ensaio de Robert Burns, um dos participantes pelo lado inglês, é um adorável argumento em prol da análise sistemática das situações de política externa por parte dos responsáveis pelo processo decisório, um apelo ao uso mais amplo da teoria no definir a prática. Burns sugere que, tivessem os ingleses se lançado a qualquer reflexão sistemática da situação

no Atlântico Sul, teriam percebido que estavam dando sinais aos argentinos de estar inclinados à mesma interpretação que os argentinos faziam deles, e de que o governo estava tomando uma série de decisões implícitas em decorrência da pressão exercida pelo *lobby* das Falklands, decisões essas que os ingleses não tomariam explicitamente. O ensaio de Burns é uma peça maravilhosa, concisa, tranqüila e civilizada. Fico imaginando se a coisa teria funcionado da forma como ele sugere. Parece tão óbvio, tão fácil.

A vitória opera prodígios para evitar recriações domésticas, mas os ingleses fizeram-se algumas. Tom Dalyell, membro trabalhista da Câmara dos Comuns, bateu-se valentemente para obstruir o avanço precipitado de Margaret Thatcher para a guerra, e usou de todos os expedientes parlamentares conhecidos para trazer ao conhecimento geral informações sobre o processo decisório, numa tentativa de forçar a primeira-ministra a buscar uma solução diplomática para o conflito. Dalyell foi particularmente afrontado pelo afundamento do *Belgrano*, que, na ocasião e desde então, foi visto pela maioria dos observadores como um fato que chegou exatamente no momento em que os esforços diplomáticos do presidente peruano Fernando Belaunde Terry estavam em vias de obter êxito (*Thatcher's Torpedo*). Um volume subsequente (Arthur Gavshon e

Desmond Rice, *The Sinking of the Belgrano*, Londres: Secker and Warburg, 1984) chega praticamente à mesma conclusão condenatória. As mais vigorosas críticas de Dalyell se equiparam às de seus próprios colegas da bancada trabalhista, que tentaram chauvinizar Thatcher ao apoiar o emprego da força (*One Mans' Falklands...*). A coletânea de opiniões compiladas por Cecil Woolf e Jean Moorcroft Wilson chega à mesma conclusão: a maioria dos ingleses estava relutante em criticar publicamente seu governo durante o conflito, com medo de solapar os esforços britânicos. Uma vez cessadas as hostilidades, as críticas foram tiradas do armário. Tanto o *Latin American Bureau* quanto o *Latin American Newsletters* publicaram obras criticando o governo inglês. O primeiro tentou definir uma posição para a esquerda política, mas conseguiu apenas uma fraca declaração de que havia uma "praga nas duas casas", o que não explica o porquê de Dalyell parecer lutar por conta própria para deter a campanha de Thatcher pela guerra. São dignos de citação dois comentários que aparecem na coletânea de Woolf e Moorcroft Wilson. Brigid Bhoppy disse: "Há uma causa em defesa da qual uma força-tarefa deveria fazer-se ao mar rumo ao arquipélago das Falklands, a saber, proteger da morte sua população nativa de baleias, pássaros e peixes, bem como sua classe escrava de carneiros,

uma classe importada e explorada." Penelope Gilliatt fez uma abordagem mais pensativa: "Uma ilha (as Falklands) é um pedacinho de terra inteiramente cercado de conselhos."

Se, por um lado, seria um exagero dizer-se que os Estados Unidos desempenharam um papel insignificante no desenrolar do conflito, é certamente verdade que esse país não desempenhou aí um papel dominante. A Argentina nunca fora íntima aliada dos Estados Unidos, e a política exterior dos dois países muitas vezes pareceu fora de sincronismo. As alterações no seio da administração, especialmente entre a embaixadora dos Estados Unidos junto à ONU, Jeanne Kirkpatrick, e o secretário de Estado Alexander Haig, não contribuíram para melhorar as coisas, e ninguém se beneficiou da charada do exaustivo périplo de Haig entre Washington, Buenos Aires, Londres e Washington. Ninguém, exceto talvez alguns dirigentes argentinos que, com base naquilo que Vernon Walters possa ter-lhes dito, duvidaram que, quando o empurrão final fosse dado, os Estados Unidos se alinhariam à Inglaterra e que a Argentina estaria fadada à derrota. Na verdade, Haig passou a maior parte do tempo, depois da primeira rodada de conversações, tentando convencer os argentinos da ineludibilidade dessa derrota. David Gompert, que acompanhou Haig em sua missão, resume otimamente a coi-

sa, no dizer: "Deliberou-se extraordinariamente pouco e mal para se decidir sobre a invasão das Falklands, e é pouco provável que isso aconteça de novo. Mas a fúria não desaparecerá da Argentina. ... Se foram a frustração e o erro de cálculo o que levou à guerra, a rigidez determinou que ela seguisse seu curso militar lógico" (Coll e Arend, 108-9). Os dirigentes americanos podiam ter desempenhado um papel construtivo, interpretando os combatentes em potencial uns para os outros na medida em que a tensão atingiu níveis perigosos, mas os Estados Unidos nunca entenderam muito bem a Argentina, e os acontecimentos na região não receberam, em Washington, uma prioridade muito maior do que em Londres.

III

Quando se trata de descrever o que aconteceu durante a luta, os ingleses são melhores. Hastings e Jenkins compilaram uma narrativa envolvente que se desenrola como um corte rápido ao mesmo tempo que fornece detalhes mais do que suficientes para satisfazer o leitor médio. Eles realizaram um trabalho de mestre, combinando suas respectivas habilidades de análise política doméstica com a reportagem de campo, diretamente do campo de batalha. Da mesma forma, a Equipe de Analistas do *Sunday Times* reuniu seus esforços num volume de

fácil manejo, que pode até receber a preferência de alguns leitores pelo simples fato de não ser matizado pelo tom superior, quase antipático mesmo, que se depreende da prosa de Hastings e Jenkins em diversas ocasiões. O livro de Dobson e outros está repleto de erros factuais, além do que a obra é superficial e perniciosa em seu tom. É um pouco triste ler um livro que se propõe a estabelecer a crônica de fatos mas fica a todo instante se gabando visivelmente. Essa postura poderia ser admissível num documento de campanha ou num panfleto de guerra.

Todos esses autores fazem comentários sobre a ausência de esforços comparáveis por parte de seus colegas argentinos. A explicação para essa falta de material do lado argentino reside, em parte, no fato de a Argentina ter perdido a guerra. Mas resulta também da maneira pela qual os militares argentinos tratavam a imprensa. Sempre suspeitosa da imprensa, a Junta controlava cuidadosamente o acesso dos meios de comunicação aos soldados e utilizava consistentemente toda informação como propaganda. Esses esforços não apenas põem em relevo a distinção entre as democracias e as ditaduras, o que foi um recurso decisivo na estratégia de Thatcher, como também se tornaram patentemente absurdos quando as equipes de televisão do mundo inteiro desceram em Buenos Aires e fize-

ram entrevistas ao vivo para os telejornais vespertinos de Nova York e Londres. Na medida em que se tornou óbvio que a guerra estava caminhando para uma espécie de fim inexorável, com uma derrota argentina, os esforços do regime para manipular as informações da zona de guerra começaram a parecer patéticos, e só fizeram por aumentar o sentimento de traição e amargura que pesava sobre o povo argentino, quando terminaram as hostilidades. Esse insulto ao público e à imprensa contribuiu para acelerar o processo de deposição do governo Galtieri, ao fim da guerra.

A maioria dos trabalhos publicados pelos argentinos sobre a guerra tem sido relatos de testemunhas oculares, deliberadamente fragmentários e destituídos de qualquer pretensão de análise. Muitos deles são narrativas tocantes, contadas nas palavras dos próprios combatentes, como o livro de Kasanzew, *Malvinas a Sangre y Fuego*, que narra a história do ponto de vista do soldado de infantaria, revelando muitos aspectos da falta de liderança e das falhas logísticas que solaparam a luta argentina, aspectos que viriam a ser retomados com maiores detalhes mas sem nova compreensão no relatório oficial posteriormente publicado pela Comissão Rattenbach. Ainda mais tocante é a série de entrevistas com jovens veteranos argentinos da guerra, reunidas por Daniel Kon sob o título *Los Chicos*

de la Guerra; são entrevistas que nos dizem tanto sobre os efeitos da guerra sobre os indivíduos que lutaram quanto sobre as próprias batalhas. O livro de Kon se transformou num filme que foi muito bem recebido em Buenos Aires.

Outro tipo de relato de testemunha ocular, menos comovedor talvez, mas igualmente fascinante por aquilo que conta sobre a falta de coordenação no lado argentino, são livros como o de Pablo Marcos Carballo, *Dios y los Halcones*, e o de Carlos M. Turolo Jr., *Malvinas, Testimonio de su Gobernador*. O primeiro é a história da Força Aérea Argentina que voou, missão após missão, contra a força-tarefa britânica e que, por si mesma, esteve perto de elevar o preço da guerra, para os ingleses, a níveis insuportáveis. O livro, escrito num tom que me faz lembrar dos velhos filmes de John Wayne, nada faz para diminuir o respeito que todo mundo sente pelo heroísmo dos pilotos, nem para contestar a afirmação feita por muitos especialistas militares no sentido de que a Força Aérea jamais sincronizou suas atividades com a de outros ramos das Forças Armadas. O segundo livro, testemunho do governador militar argentino das ilhas e suposto comandante local das Forças Armadas, é seco e cauteloso em demasia para acrescentar o que quer que seja ao debate, mas, ainda assim, uma leitura nas entrelinhas pode permitir encon-

trar-se evidência para os argumentos de que os argentinos não estavam preparados para a guerra que começaram e de que a estrutura de comando rompeu-se sob a pressão dos acontecimentos. O General Menendez está tentando limpar seu nome. No entanto, se parece verdade, a partir de seu relato, que ele não tenha sido culpado de conduta ilegal nem de negligência grosseira, ele também não pode alegar que haja demonstrado qualquer particular habilidade ou sucesso na condução de seu dever. Seu relato reafirma as acusações feitas por Kon e Kasanzew, de que os soldados não eram bem tratados nas Malvinas, e freqüentemente faltava para eles material disponível na ilha. Os soldados de infantaria, eles também, foram vítimas de uma curiosa estratégia militar — ou da falta de estratégia — na qual só os soldados profissionais, ou comandos, eram mandados ao encontro do inimigo. Todos os recrutas, a grande maioria do Exército, foram designados para posições fixas nas trincheiras e mandaram-nos esperar ali. Eles pouco ou nada sabiam sobre o desenvolvimento da batalha até que o inimigo começou a surgir no horizonte. Nesses momentos críticos, a ausência de comandantes experimentados foi significativa.

Os geopolíticos argentinos tinham começado a se pronunciar sobre a condução da guerra. A maioria de seus artigos foi publicada em veículos profissio-

nais, altamente especializados, como o *Cruz del Sur*, o *Boletín del Centro Naval* e a *Revista de la Escuela de Defensa Nacional*, não sendo, provavelmente, acessíveis ao grande público. Exceção é a série de *Cuadernos* publicada sob a direção do General José Teofilo Goyret no jornal *Armas y Geoestrategia*, brilhante e profusamente ilustrada. Essas matérias transmitem a mensagem da resistência heróica dos militares argentinos, resistência essa protagonizada pelo Exército, e do incrível heroísmo das forças especiais e da Força Aérea. Essa resistência e esse heroísmo foram muito maiores do que os ingleses esperavam e transformaram o choque num duro embate. Esses estudos também deixavam claro, embora isso jamais seja contado na mesma linguagem crua e sem rodeios das conversas particulares com membros das Forças Armadas argentinas ou outros especialistas, que os argentinos se ressentiram da falta de liderança nas ilhas, que lhes faltou coordenação logística, que lhes faltou discernimento tático no campo, e, o pior de tudo, que eles nunca conseguiram estabelecer coordenação entre as Armas em serviço. Eles não levaram para a campanha o armamento adequado às condições das ilhas, nunca foram capazes de instalar ali uma infraestrutura de comunicações que lhes permitisse conduzir uma campanha bem-sucedida e estavam, simplesmente, desprepa-

rados para o choque. Isto foi parte da recusa mfope da Junta em acreditar na iminência da guerra. Não se poderia deixar de salientar que, uma vez afundado o *Belgrano*, os argentinos tiveram a audácia de não reabastecer as ilhas por mar e foram forçados a confiar no transporte aéreo. Em consequência, não poderiam mesmo ter conseguido pôr em combate qualquer artilharia pesada, o que lhes custou muito caro.

A Força Aérea comportou-se com nobreza, mas jamais coordenou seus esforços como parte de uma estratégia de campanha. Alguns especialistas ingleses e norte-americanos observam, em acordo com alguns militares latino-americanos com que falei, que teria sido muito mais eficaz a ação da Força Aérea Argentina se seus pilotos tivessem desfechado seus ataques contra as forças de terra, ao invés de lançá-los contra os grandes navios ingleses fundeados ao largo. Quanto à Marinha argentina, depois do afundamento do *Belgrano*, ela foi simplesmente não-participante. Esta é uma pílula particularmente amarga para muitos argentinos, já que o representante da Marinha na Junta, o Almirante Anaya, é geralmente apontado como o membro mais beligerante da Junta e o mais insistente na escalada do incidente da Geórgia do Sul, que antecedeu a preparação da verdadeira invasão.

Já os ingleses, pelo contrário, embora sua execução não

tenha em momento algum beirado a perfeição, e suas linhas de suprimento fossem perigosamente estreitas, estabeleceram com clareza seus objetivos e foram profissionalmente eficientes na consecução desses objetivos.

Uma das queixas mais amargas dos argentinos é contra a "traição" dos Estados Unidos e, mais especificamente, tem a ver com o apoio material dado pelos norte-americanos aos ingleses durante o conflito. Esse argumento sustenta que um país pobre possivelmente não poderia lutar contra duas das mais fortes potências democráticas do mundo, e que esse entendimento levou a uma certa atitude derrotista por parte dos dirigentes nacionais. Essa afirmação é difícil de sustentar, e o único autor sério que chega a sugerir sua validade é Virgínia Gamba. A maior parte dos dirigentes argentinos sabia que os Estados Unidos não iam envolver-se militarmente. Além do mais, não há evidência de que o desapontamento experimentado pela liderança militar tenha contribuído para afetar a sua disposição de continuar a guerra, ou mesmo sua estratégia diplomática. Por outro lado, para ser justo com os argentinos, é necessário rejeitar afirmações feitas por alguns comentaristas ingleses (dois exemplos são Dobson e Calvert), no sentido de que a ajuda norte-americana aos ingleses foi insignificante. Ela pode não ter representado muito,

em termos militares, mas foi decisiva para a causa britânica. O emprego de satélites americanos de inteligência possibilitou aos ingleses patrulhar os movimentos dos vasos argentinos de superfície. Será que a Marinha argentina se teria aventurado para fora do porto depois do afundamento do *Belgrano* se os satélites norte-americanos não estivessem patrulhando os movimentos de seus navios? Não se sabe. O uso da Ilha de Ascensão certamente acelerou a chegada da frota britânica à zona de guerra. Não tivesse a frota chegado quando chegou, ela teria de enfrentar o mau tempo do Atlântico Sul, e talvez tivesse que alterar seu plano de guerra.

IV

A possibilidade de tirar lições militares e estratégicas da Guerra das Malvinas tem atraído uma multidão de autores. Especialistas em assuntos militares vêm estudando o conflito com a fria atenção aos detalhes de um patologista durante uma autópsia — esta arma funcionou bem, esta outra não — e com o mesmo pouco caso pela identidade do cadáver que está sendo analisado. Há nessa literatura várias coisas que são chocantes. A maioria dos autores está convencida de que os navios de superfície estão aqui para ficar, e que as principais potências estão erradas em reduzir seus

gastos com tais forças. A guerra, para eles, constitui-se uma clara prova de que as democracias ocidentais devem aumentar seus gastos com defesa. E os mesmos especialistas argumentam, ainda, em prol de uma abordagem mais flexível da administração da crise; afirmam que cada potência deveria ter à disposição forças capazes de se movimentar rapidamente até pontos distantes da crise para fazer face a um conflito que se desenrole dentro de suas fronteiras, seja por meios geográficos ou diplomáticos. Ao invés de aceitar a necessidade de escolhas ou de fixar prioridades entre objetivos diversos, eles parecem dizer que devemos gastar mais para fazer face a todas as contingências possíveis. O livro de Koburger é a mais clara expressão do que poderíamos chamar uma abordagem neo-Mahan. Para ele, a guerra foi quase fortuita pelas lições que dela puderam tirar os Estados Unidos e a Inglaterra com respeito às forças navais. É perturbador o fato de Koburger nunca perguntar, mesmo da perspectiva de uma pessoa ligada à Marinha, por que a Inglaterra haveria de querer manter as Falklands, e que preço político ou econômico poderia custar a sua manutenção.

O trabalho de Watson e Dunn é detalhado e abrangente. Embora os organizadores e autores admitam que sua análise dos fatos é feita da perspectiva norte-americana, é perturbador

ver a guerra ser travada outra vez dessa maneira, sem dar atenção às fontes argentinas. Achei bastante espantoso um ponto abordado no apêndice do volume I – a elevada proporção de bombas argentinas que nunca chegaram a explodir. O que poderia ter acontecido se elas tivessem explodido? E por que não explodiram? Virginia Gamba toca nesse ponto e me deixa com a impressão de que ela acha que alguns dos dirigentes argentinos acreditam que essas bombas não explodiram porque estavam com defeito, e esse teria sido outro ingrediente da traição por parte dos Estados Unidos. Um dos analistas militares sugere que o fato de elas não terem explodido possa ser consequência de terem sido lançadas baixo demais ou demasiado perto dos alvos, uma circunstância a que os pilotos se viram forçados pela necessidade de voar sobre as ondas para evitar o radar inglês e os caças *Harrier*. A conclusão de Peter Dunn me pareceu sóbria e convincente, depois que li todos aqueles especialistas militares de salão – disse ele que não houve lições militares. Todo o material de alta tecnologia já tinha sido usado antes; soldados superiores e comandos superiores tinham vencido antes; a superioridade aérea já tinha, antes, sido decisiva. A principal lição, para ele, foi o fato de ter a vontade política dos ingleses, juntamente com uma cuidadosa coordenação entre os serviços, permitido

a execução de uma estratégia coerente. Essas observações, permeadas de comentários de líderes argentinos sobre a ausência dessa coordenação e coerência no lado argentino, são profundamente persuasivas. Mas, em todos esses livros, fica estranhamente faltando uma lição. E, no entanto, essa mesma lição constitui o cerne mesmo de um pequeno volume publicado pelo SIPRI, e é a seguinte: que a guerra se constituiu um feroz incentivo armamentista. Até o fim de 1983, os argentinos já tinham substituído todo o armamento pesado que perderam em combate (Jozef Goldblat e Victor Millan, *The Falkland/Malvinas Conflict: A Spur to Arms Build-Ups* – Estocolmo: SIPRI, 1983).

Uma das consequências críticas da guerra foi o golpe mortal desfechado contra o regime militar e a pressão inexorável exercida sobre os militares no sentido de que restituíssem o governo aos civis. Muitos de nós, a distância, fomos tentados a dizer que, talvez, e apesar mesmo da terrível perda de vidas, a guerra houvesse valido a pena pelo simples fato de ter conseguido arrancar um país da ditadura, ditadura essa que ceifara mais vidas argentinas do que as armas inglesas. A guerra, ao expor a lamentável falta de adestramento profissional dos militares, veio completar o processo de desilusão pública, iniciado com o horrível derramamento de sangue da “guerra

suja" e aprofundado pelo malogro cada vez mais óbvio do plano econômico do regime, matéria aliás de grandes especulações, e que fora o pretexto para muitas das duras medidas repressivas das sucessivas juntas militares. Quase no mesmo instante em que a luta terminou, teve início o processo de transição política. Mas, o que teriam os militares argentinos aprendido com a guerra? E de que maneira eles inseriram a guerra na sua experiência de governo durante o período de 1976 a 1983?

A maioria dos argentinos que escreveram no período imediatamente seguinte à guerra mostra-se simplesmente contente em ver os militares deixarem o poder. Estavam com raiva e não questionaram a resposta dos militares à derrota: para esses autores, derrotados foram os militares, não o país. Apenas Cardoso e outros, em sua obra, salientaram que os militares deixaram o poder, não foram forçados a fazê-lo; caíram, não foram derrubados. A oposição civil não tivera tempo de se organizar em grupos coerentes, com políticas claras. Isto se tornou claro quando dos primeiros esforços do governo Alfonsín no sentido de processar os membros da Junta por crimes cometidos durante a ditadura. As acusações de má condução da guerra acabaram sendo deixadas ao julgamento dos próprios militares. Num estudo recente, Carlos J. Moneta, que há

mais de dez anos vem estudando atentamente os militares argentinos, conclui que a experiência das Malvinas não parece ter-lhes ensinado coisa alguma. Pois eles não só estão antevendo a próxima campanha para libertar as Malvinas como também consideram suas chamadas derrotas políticas e econômicas, ou seus erros políticos e econômicos, como sendo meramente resultado de as soluções por eles propostas não terem sido aplicadas com suficiente firmeza ou por tempo suficiente. A julgar pelas entrevistas feitas por Moneta com autoridades militares em 1984 e 1985, a visão de mundo que eles têm é tão míope quanto era em 1981 e 1982, e sua falta de compreensão dos assuntos mundiais continua a ser a mesmíssima de então. Embora jamais seja didático, Moneta coloca muito claramente seu ponto de vista. O ensaio de Moneta é uma leitura desalentadora (Veja, Moneta, com E. Lopez e A. Romero, *La Reforma Militar* - B. Aires: Legasa, 1985).

Embora a maioria dos argentinos tenha-se contentado em deixar para autores ingleses e norte-americanos as implicações militares e geopolíticas, eles têm revelado enorme interesse nas implicações da guerra para o sistema internacional e para as relações interamericanas em particular. Chamaram-me a atenção três livros principais, que se encaixam nessa categoria. Dois, a edição especial de

Estudios Internacionales e o volume organizado por Roberto Russel, são coletâneas de ensaios escritos por participantes do projeto RIAL; enquanto isso, o terceiro, de Juan Carlos Puig, é um ensaio de fôlego. O professor Puig, que, nos últimos dez anos, lecionou na Venezuela, é um prolífico escritor na área de relações internacionais. Nesse livro, ele analisa cuidadosamente os principais paradigmas existentes para a compreensão do sistema internacional, que dominaram o pensamento das elites de política externa na Inglaterra e na Argentina. Esses conceitos, pondera o autor persuasivamente, levaram ambos os lados à série de desastrosos erros de cálculo expostos em detalhes nas obras anteriormente discutidas. O autor faz um resumo dos sistemas legais, políticos, econômicos e culturais dominantes no plano internacional, e explica as repercussões de cada um deles sobre a crise das Malvinas. Trata-se, pois, de uma obra de argumentação bem amarrada, um livro claro que vale a pena ler. A conclusão — de que a Argentina deve alterar seu foco de atenção historicamente obsessivo na Europa Ocidental, passando, ao invés, a visar os termos políticos e econômicos de laços mais próximos à América Latina e ao resto do Terceiro Mundo — é também compartilhada pela maioria dos autores latino-americanos cujas obras figuram noutras resenhas, mas a posição

torna-se mais convincente no ensaio de Puig. Todos os especialistas latino-americanos estão convencidos de que o episódio demonstra, de uma vez por todas, que o sistema interamericano não funciona, exceto para a conveniência dos Estados Unidos, e que a futura segurança da América Latina só poderá ser assegurada através de uma organização regional sem os Estados Unidos, através da integração econômica da região e de uma nova ordem econômica. Isto pode ser verdade, mas seria politicamente exequível? Eu deveria dizer que alguns dos comentaristas são excessivamente otimistas, ao ver no episódio das Malvinas uma prova cabal e definitiva, para os latino-americanos, de que os Estados Unidos não são confiáveis, e que eles, latino-americanos, devem e irão finalmente se unir entre si para garantir seu próprio benefício e segurança. Como conclusão a ser devotamente desejada, esta posição está além da crítica. Como descrição da atual distribuição de forças no hemisfério, acho-a ilusória, tão ilusória quanto a visão de mundo do General Galtieri e seus colegas. Além de advogar uma maior cooperação latino-americana, os pontos de vista expressos nas coletâneas de ensaios enfatizam que os regimes autoritários não conseguem proteger os interesses nacionais das nações latino-americanas, e que só os regimes democráticos o podem, porque só estes são

dotados de intrínseca legitimidade; os Estados Unidos não deveriam interpor a ideologia em sua política externa, porque isso só pode desorientar as nações latino-americanas; e que os regimes militares tornam mais flagrante a vulnerabilidade externa das nações latino-americanas. No caso da guerra das Malvinas, a natureza do regime argentino e seu execrável recorde de violações dos direitos humanos sem dúvida desempenharam um papel importante na relutância demonstrada pelas outras nações do Terceiro Mundo em apoiar a posição argentina em momentos cruciais, nas Nações Unidas, ou em sair em defesa da Argentina a qualquer momento, durante a guerra.

V

E o futuro? Será que a guerra das Malvinas resolveu qualquer questão internacional? Temo que a resposta seja não. A legitimidade do direito argentino às ilhas, profundamente sentida, continua forte. O governo Alfonsín começou a pleitear a causa de seu país perante as Nações Unidas quase ao mesmo tempo em que subiu ao poder. Não muito depois, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Dante Caputo, reuniu-se em Genebra com diplomatas ingleses numa tentativa de estabelecer as bases para a reentabulação de negociações bilaterais que pudessem levar, em última análise, à transferência das ilhas para a soberania

argentina. Mas os ingleses não aceitaram. É cedo demais. O lobby da Falkland Islands Company ainda é muito poderoso, poderoso o bastante para lançar num redemoinho a Câmara dos Comuns, à simples menção de uma possível solução pacífica para a disputa.

Por enquanto, as previsões mais sombrias com respeito ao custo exorbitante, para os ingleses, da manutenção de uma fortaleza nas Falklands mostraram-se verdadeiras. Os próprios ilhéus foram ficando cada vez mais desiludidos; enquanto isso, registra-se um aumento de índice de alcoolismo nas ilhas, a emigração atingiu proporções significativas, e a depressão econômica que passou a assolar a ilhas desde o final dos anos 70 é hoje pior do que nunca. Não é uma situação sustentável, do ponto de vista britânico. Um autor argentino, Haroldo Foulkes, numa obra simpática e inteligente sobre os ilhéus, *Los Kelpers: en las Malvinas y en la Patagonia*, prevê a inexorabilidade de uma solução diplomática, e prevê que as ilhas venham a ser pacificamente transferidas para a Argentina, de vez que haja uma combinação de um regime democrático em Buenos Aires, com um governo trabalhista em Londres e um governo democrata em Washington. Por enquanto, só a primeira dessas previsões se concretizou, de forma que teremos de esperar ainda alguns anos pela concretização das outras.

O fato de muitos membros da elite militar argentina não terem mudado sua visão de mundo em consequência da guerra é motivo de alarme. Felizmente, os participantes civilizados do processo decisório mudaram a deles. Diversos participantes reconheceram que sua ignorância do mundo e sua visão míope contribuíram diretamente para a crise. Desde o retorno à democracia, não menos do que quatro centros de estudos de relações internacionais começam a funcionar em Buenos Aires. E, o que é mais significativo, eles conversam entre si. Eles devem contribuir para uma discussão séria e informada dos assuntos, coligindo informações, examinando dados, e propondo alternativas e opções a um governo empenhado em abrir a discussão dos assuntos políticos. Embora um governo democrático não seja, em si mesmo, uma garantia de paz, e nenhum governo argentino, civil ou militar, de esquerda, centro ou direita, venha a se dispor a relaxar a pressão sobre os ingleses ou, por qualquer forma, diminuir seus esforços para obter o controle das Malvinas mediante negociações, é de se esperar que as perspectivas de soluções pacíficas sejam melhores com um governo democrático, com liberdade de imprensa e com uma abordagem pluralista do processo decisório. Tal governo se beneficiará de forma significativa da melhor qualidade do discurso acadêmico sobre as questões

internacionais. A falta desse discurso reforçou aquilo que Carlos Escude chamou de "os mitos da política externa argentina". Numa recente palestra num dos novos centros da política internacional, no Instituto Torcuato Di Tella, o ex-ministro de Relações Exteriores, Oscar Camilion insistia em que já era tempo de os argentinos se verem como os outros os vêem e de começarem a entender o mundo; para isso, porém, disse Camilion, eles deviam formular uma política exterior razoável, que defenda seus interesses nacionais sem aliená-los da comunidade internacional. Dessa maneira, e não por meio de aventuras militares ou da arrogância, a Argentina alcançará o destino que lhe foi prometido por tantos e diferentes governos no século passado.

BIBLIOGRAFIA

- Burns, Robert Andrew, *Diplomacy, War, and Parliamentary Democracy: Further Lessons From the Falklands or Advice from Academe* (Lanham, MD: University Press of America, 1985).
- Calvert Peter, *The Falklands Crisis. The Rights and the Wrongs* (NY: St. Martin's Press, 1982).
- Carballo, Pablo Marcos, *Dios y los Malvinas* (B. Aires: Editorial Abril, 1983).
- Cardoso, O. R., R. Kirschbaum, e E. Van der Kooy, *Malvinas. La Trama Secreta* (B. Aires: Sudamericana, 1983).
- Coll, Alberto R. e Anthony C. Arend, org., *The Falklands War. Lessons for Strategy, Diplomacy and International Law* (Boston: Allen and Unwin, 1985).
- Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, *Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur* (B. Aires: C.A.R.I., 1983-85), 3 vols.
- Dalyell, Tam, *One Man's Falklands...*

- (London: Cecil Woolf, 1982).
- *Thatcher's Torpedo* (London: Cecil Woolf, 1983).
- Del Carril, Bonifácio, *El Futuro de las Malvinas* (B. Aires: EMECE, 1982).
- Destefani, Laurio H., *The Malvinas, The South Georgias and the South Sandwich Islands: The Conflict with Britain* (B. Aires: Edipress, 1982).
- Dobson, Christopher, John Miller, e Ronald Payne, *The Falklands Conflict* (London: Coronet Books, 1982).
- Eddy, Paul et al., *The Falklands War. The Full Story* (London: Sphere Books Ltd., for the Sunday Times Insight Team, 1982).
- Estudios Internacionales, *América Latina Después de las Malvinas*, Estudios Internacionales, Año XV, nº 60, Out-Dez 1982.
- Etchepareborda, Roberto "La Bibliografía reciente sobre la cuestión Malvinas," (duas partes) *Revista Interamericana de Bibliografía*, vol. XXXIV, nºs 1 e 2, 1982.
- "La cuestión Malvinas en perspectiva histórica," *Revista de Historia de América*, nº 90, Jul-Dez 1983.
- Ferrer Vieyra, Enrique, *An Annotated Legal Chronology of The Malvinas (Falklands) Islands Controversy. Cronología Legal Anotada Sobre la Cuestión Malvinas* (B. Aires: Editora Cordoba, 1985).
- Foulkes, Haroldo, *Los Kelpers en las Malvinas y en la Patagonia* (B. Aires: Corregidor, 1983).
- Gamba, Virginia, *El Peón de la Reina* (B. Aires: Sudamericana, 1984).
- *Estrategia: Intervención y Crisis* (B. Aires: Sudamericana, 1985).
- García G, Rigoberto, "La Cuestión de las Malvinas (Falklands)," Institute of Latin American Studies, Estocolmo, *Occasional Papers* (Jun 1982).
- García Lupo, Rogelio, *Diplomacia Secreta y Rendición Incondicional* (B. Aires: Legasa, 1983).
- Goebel, Julius, *The Struggle for the Falkland Islands* (New Haven: Yale University Press, 1927 e 1982).
- Goyret, Jose Teofilo, org., "Ejército Argentino en Malvinas," *Armas y Geoestrategia*, vol 2, nº 6 (Mai 1983).
- org., "El Ejército Argentino en la Guerra de las Malvinas," *Estudio Especial* (B. Aires: 1983).
- org., "Argentina en la Guerra de Malvinas", *Cuadernos* (B. Aires: Editorial Clio, 1983).
- Hastings, Max e Simon Jenkins, *The Battle for the Falklands* (NY: Norton, 1983).
- Hoffmann, Fritz L. e Olga Mingo Hoffmann, *Sovereignty in Dispute. The Falklands/Malvinas, 1493-1982* (Boulder: Westview, 1984).
- Kasanzew, Nicolas, *Malvinas. A Sangre y Fuego* (B. Aires: Editorial Abril 1982).
- Koburger, Charles W. Jr., *Sea Power in the Falklands* (NY: Praeger, 1983).
- Kon, Daniel, *Los Chicos de la Guerra. Hablan los Soldados que Estuvieron en Malvinas* (B. Aires: Editorial Galerna, 1982).
- Latin American Bureau, *Falklands/Malvinas. Whose Crisis?* (London: Latin American Bureau, 1982).
- Latin American Newsletters, *The Falklands War: the Official Story* (London: Latin American Newsletters, 1983).
- Marcella, Gabriel, "The Malvinas/Falklands War of 1982. Lessons for the United States and Latin America," (Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1983).
- Puig, Juan Carlos, *Malvinas y Regimen Internacional* (B. Aires: Depalma, 1983).
- Russell, Roberto, org., *América Latina y la Guerra Del Atlantico Sur. Experiencias y Desafios* (B. Aires: Editorial de Belgrano, 1984).
- Turolo, Carlos M., Jr., *Malvinas. Testimonio de su Gobernador* (B. Aires: Sudamericana, 1983).
- Watson, Bruce W., e Peter M. Dunn, *Military Lessons of the Falkland Islands War. Views from the United States* (Boulder: Westview, 1984).
- Woolf, Cecil e Jean Moorcroft Wilson, org., *Authors Take Sides on the Falklands* (London: Cecil Woolf, 1982).

JOSEPH S. TULCHIN é professor de História e diretor de Programas Internacionais da Universidade da Carolina do Norte. Seu livro *A América Latina e a Política Mundial* foi publicado pela Editora Convívio (1986).



A PROBLEMÁTICA DO CONE SUL

Carlos de Meira Mattos

Therezinha de Castro

Exposição de dois renomados geopolíticos, e assíduos colaboradores de A Defesa Nacional, feita na 1ª Sessão do IV Seminário promovido pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES). Transcrita do Caderno nº 5, de junho de 1984, desse Centro, constitui subsídio precioso para os estudiosos do assunto, de interesse atual assinalado.

INTRODUÇÃO (M. M.)

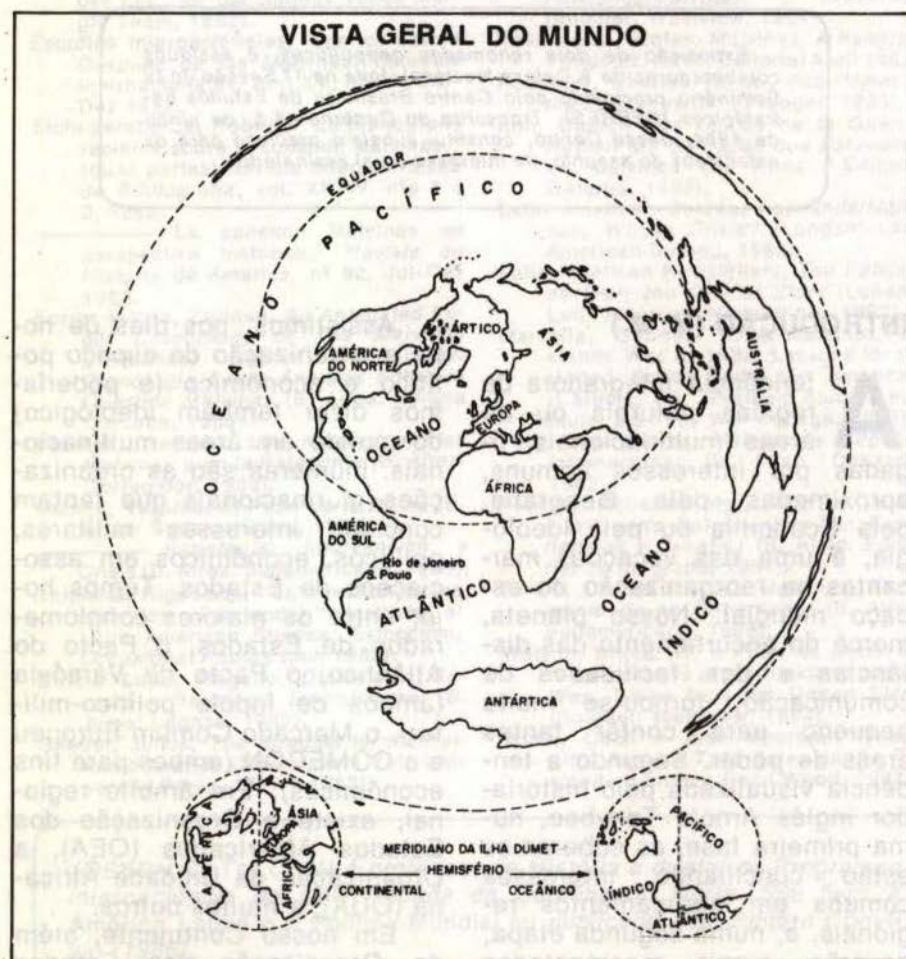
A tendência integradora de regiões naturais ou de áreas multinacionais, ligadas por interesses comuns, aproximadas pela Geografia, pela Economia ou pela Ideologia, é uma das vocações marcantes na reorganização do espaço mundial. Nosso planeta, mercê do encurtamento das distâncias e das facilidades de comunicação, tornou-se muito pequeno para conter tantas áreas de poder. Segundo a tendência visualizada pelo historiador inglês Arnold Tonybee, numa primeira fase, as soberanias estão conciliando interesses comuns em agrupamentos regionais, e, numa segunda etapa, deverão surgir macroestados multinacionais.

Assistimos, nos dias de hoje, a organização do espaço político e econômico (e poderíamos dizer também ideológico) do mundo em áreas multinacionais. Inúmeras são as organizações plurinacionais que tentam conciliar interesses militares, políticos, econômicos em associações de Estados. Temos hoje, entre os maiores conglomerados de Estados, o Pacto do Atlântico, o Pacto de Varsóvia (ambos de índole político-militar), o Mercado Comum Europeu e o COMECON (ambos para fins econômicos). Em âmbito regional, existe a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização da Unidade Africana (OUA), e muitos outros.

Em nosso Continente, além da Organização dos Estados Americanos, temos, para fins

mais específicos ou de âmbito mais regionalizado, o Tratado da Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, a Organização dos Estados Centro-Americanos, a Organização dos Estados do Caribe (que surgiu agora no conflito de Granada), e outros menores.

O chamado Cone Sul (V. Mapa 1) (expressão geométrica-geográfica, ultimamente muito citada por inúmeros autores de Geopolítica e de Política) não chega a ser ainda uma área com *status* regional. Inexiste pacto, tratado ou acordo político que o delimite e regule procedimentos

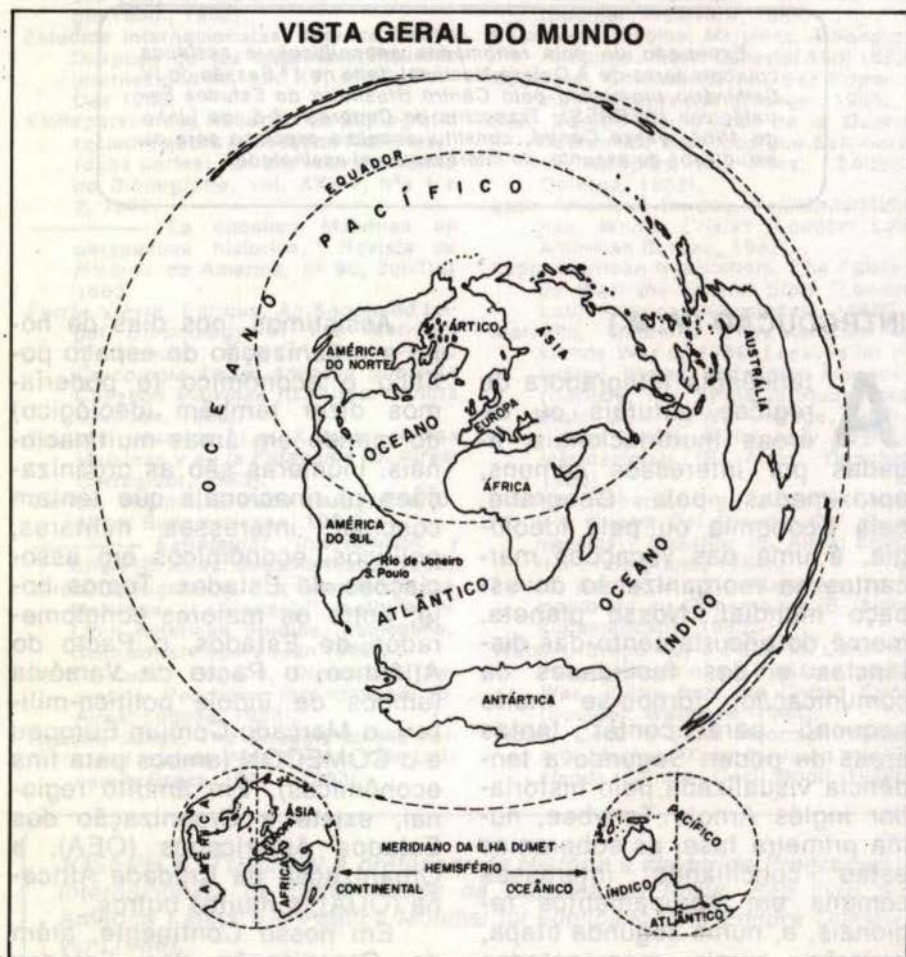




Mapa 2

mais específicos ou de âmbito mais regionalizado, o Tratado da Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico, a Organização dos Estados Centro-Americanos, a Organização dos Estados do Caribe (que surgiu agora no conflito de Granada), e outros menores.

O chamado Cone Sul (V. Mapa 1) (expressão geométrica-geográfica, ultimamente muito citada por inúmeros autores de Geopolítica e de Política) não chega a ser ainda uma área com *status* regional. Inexiste pacto, tratado ou acordo político que o delimite e regule procedimentos



Mapa 1

regionais de interesse comum. Parece-nos mais uma área de vocação estratégico-militar, cuja regionalização vem se impondo toda vez que se trata de problemas referidos ao extremo meridional de nosso Continente, em forma de cone. Sua abrangência não está clara, já que não é regulada por nenhum protocolo ou tratado. É um nome (como a "Bota da Itália" é um nome, o "Chifre da África" é um nome) com que se apelida uma região. Cada autor lhe dá uma abrangência geográfica, a seu bel-prazer, ou do interesse de seu país. O geopolítico argentino, General Juan Henrique Gugglielmeli, inclui todo o território brasileiro no seu Cone Sul, o que nos parece exagerado e ilógico, pois haverá interferência no mesmo de áreas regionais já definidas e politicamente estruturadas.

A Professora Therezinha de Castro propõe a área ao sul do paralelo de 200. O paralelo de 200 é o de Vitória. A nossa proposta é (V. Mapa 2): partindo a leste do paralelo de 200, acompanhar os limites da Bacia do Prata (área já definida em tratado) até o ponto extremo oeste da referida bacia, em Arica, na fronteira entre o Chile e o Peru. (Aí está a nossa proposta do Cone Sul.)

Por que a nossa proposta é esta? Não vemos porque mutilar a área geográfica da Bacia do Prata; por isso, a incluímos totalmente na nossa proposta do Cone Sul, por constituir a mais

importante unidade geográfica e econômica da região extremo sul do nosso Continente. É uma unidade estrutural e capaz de funcionar dentro de um *status* regional. O Cone Sul, assim definido, incluirá três grandes regiões naturais sul-americanas: a Platina, a Andina (ao sul de Arica), e a Patagônica além da região costeira do leste e sul do Brasil, abrangendo ao todo, território de seis países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e o extremo sul da Bolívia.

A justificativa inicial para um Pacto do Cone Sul seria político-militar, dentro de um conceito estratégico regional. (V. Mapa 3), isto é, vigilância e proteção da rota do Cabo da Boa Esperança e, particularmente, das passagens meridionais do Continente: Estreito de Magalhães, passagens ao sul da Terra do Fogo e Estreito de Drake, e ilhas adjacentes de conexão entre os dois maiores oceanos do Globo. E, ainda, bases para a exploração econômica e estratégica do Continente Antártico. Do ponto de vista estratégico-militar, não podemos deixar de considerar as projeções do Cone Sul sobre o segmento do Continente Antártico compreendido entre os meridianos extremos da região do referido Cone. Essas projeções, mais o interesse de manter o controle da navegação no Estreito de Drake, desaconselhariam a presença de potências outras que não as do Cone Sul ou suas aliadas, do lado oposto à extremadura do Conti-

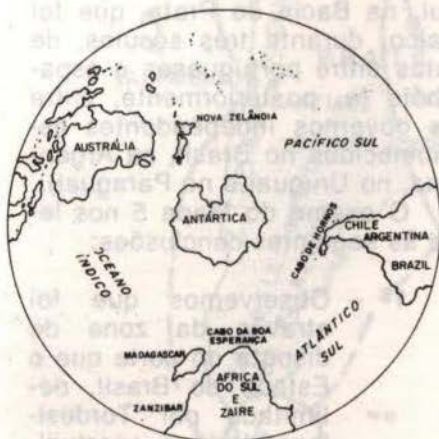
nente Sul-americano. No futuro, poderiam vir prevalecer razões econômicas, para o que seria necessária uma articulação vial interior, terrestre, que melhor integrasse as três regiões naturais, hoje inteiramente isoladas: a Platina, a Andina e a Patagônica.

INDIVIDUALIDADE GEOISTÓRICA (T.C.)

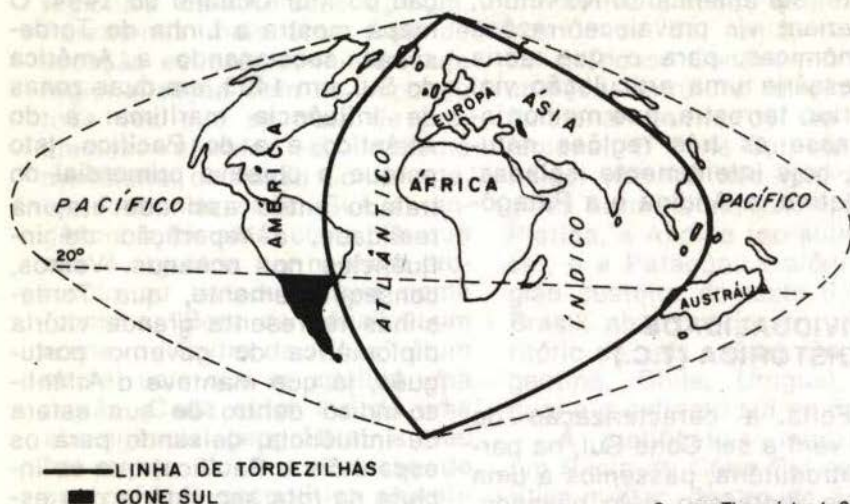
Feita a caracterização do que vem a ser Cone Sul, na parte introdutória, passemos a uma rápida digressão pelo passado, para compreendermos a individualidade geoistórica dos países do Cone Sul.

ção do Mar Oceano de 1494. O mapa mostra a Linha de Tordesilhas seccionando a América do Sul, em 1493, em duas zonas de influência marítima: a do Atlântico e a do Pacífico. Isto porque o objetivo primordial do tratado então assinado era, na realidade, a repartição de influências nos oceanos. Vemos, conseqüentemente, que Tordesilhas representa grande vitória diplomática do governo português, já que manteve o Atlântico-Índico dentro de sua esfera de influência, deixando para os espanhóis o Pacífico, que se incluía na rota secundária das especiarias. Observado esse mapa em função do tema proposto, considerando-se o paralelo de 20° como o limite norte do Cone Sul, vemos que a área meridional do Continente Americano ficaria toda envolvida na rota secundária do Pacífico, totalmente dentro da dependência geopolítica da Espanha. Depois de gravar bem a Linha de Tordesilhas (que no Mapa 4, vemos representada por um traço espesso), observaremos o Cone Sul (representado em cinza), num posicionamento secundário na época das grandes navegações, quando o Continente foi repartido geopoliticamente.

Esse posicionamento secundário vai ser, em parte, o causador da ocupação descontínua do Cone Sul, da formação de uma área de disputa no território melhor posicionado no Cone Sul (justamente do lado do Atlântico), e vai ser o fator remoto pa-



Vamos começar examinando o Mapa 4, bastante conhecido de todos nós, ou seja, a reparti-



Org. por Therezinho de Castro

Mapa 4

ra o estabelecimento de duas zonas de tensão existentes na atualidade: uma no extremo norte e a outra no extremo sul.

Para compreendermos melhor o que acabamos de dizer com relação à ocupação da América do Sul, e em especial do Cone Sul, examinemos o Mapa 5. Ele mostra a fase de ocupação do nosso Continente pelos povos ibéricos. Entre os limites administrativos coloniais destacam-se duas grandes áreas (uma ao norte e outra ao sul) que ficaram durante muito tempo abandonadas e, conseqüentemente, despovoadas, e que constituíram duas zonas geopolíticas neutras do nosso Continente.

Entre as duas zonas geopolíticas neutras, em meios-círculos barrados, um ao norte, e outro ao sul, duas zonas de disputa: a

do norte envolvendo invasores holandeses e franceses que conseguiram formar o quisto geopolítico das Guianas; e a do sul, na Bacia do Prata, que foi palco, durante três séculos, de lutas entre portugueses e espanhóis (e, posteriormente, entre os governos independentes estabelecidos no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai).

O exame do Mapa 5 nos leva às seguintes conclusões:

- 1ª — Observemos que foi através da zona de disputa do norte que o Estado do Brasil, delimitado por Tordesilhas, teria a oportunidade de se expandir pela vasta zona geopolítica neutra formada pela Amazônia. E foi através da zona de



Org. por Therezinha de Castro

disputa do sul que o Estado do Brasil pode ultrapassar a linha de Tordesilhas e se envolver, em parte, no Cone Sul.

- 2ª - Em se tratando do Cone Sul, é no período de ocupação que se vai caracterizando a sua individualidade geoistórica. Assim, enquanto os portugueses se mantiveram numa única frente (constituída pelo Estado do Brasil, inteiramente dependente do Atlântico), o cantonalismo geopolítico espanhol se projetou na América através de várias frentes administrativas.

O cantonalismo geopolítico aí se caracteriza através de duas zonas de defesa, autênticas marcas medievais formadas: ao norte pela Capitania da Venezuela (zona posicionada numa área de pirataria intensa, o Caribe), e ao sul pela Capitania do Chile (num ângulo morto do Pacífico, no desguarnecido Cone Sul). O cantonalismo geopolítico se apresenta, ainda, na zona de passagem da Audiência de Quito, no norte, e no Estabelecimento da Patagônia, em zona geopolítica neutra do desguarnecido Cone Sul.

Vemos ainda, centralizando todo o poder espanhol na América do Sul, o Vice-Reino do Pe-

ru, com a próspera economia da mineração, posteriormente desmembrado para formar: no norte, o Vice-Reino de Nova Granada (vivendo da agropecuária e sobrevivendo como zona de passagem para a movimentada região de exportação do Istmo do Panamá); e ao sul do paralelo de 20º, o Vice-Reino do Prata, com seu território do norte na mais estreita dependência da rota comercial com o Peru, e seu território do sul integrado ao contexto pecuarista voltado para a rota de comércio fluvial do Prata, e que vivia na parte marginalizada do Cone Sul, transformada em zona de disputa quando, por esta área, vieram a se interessar os portugueses.

- 3ª - Na área específica do Cone Sul, a individualidade geoistórica seria tônica, no passado colonial, em torno de duas áreas administrativas:

- a) A Capitania do Chile, com o porto de Valparaíso atraído para o Istmo do Panamá, e, numa intensidade bem menor, via Estreito de Magalhães, atraído para o Atlântico Sul. A individualidade geoistórica da Capitania do Chile se forjou no isolamento, em território encurralado no Pacífico pelos Andes.
- b) O Vice-Reino do Prata, que se individualizou no

isolamento, pela distância que o separava do Vice-Reino do Peru. O Vice-Reino do Prata, voltado para o Atlântico, teria que viver numa mentalidade bem mais marítima, na atração exercida pela bacia fluvial e transformando-se, pela marginalização em que vivia, numa intensa zona de contrabando e área de disputa no Cone Sul.

5ª – A quase marginalização da parte meridional do Continente Americano fez com que, de um modo geral, o Cone Sul ficasse mais a salvo da cobiça estrangeira, e se mantivesse dentro da individualidade geoistórica da Península Ibérica, escapando do mosaico étnico que se implantaria nas Guianas.

6ª – Analisando, ainda, o Mapa 5, observamos que a falta de um porto habilitado para o comércio com a Metrópole no litoral do Pacífico pertencente ao Vice-Reino do Prata (que vemos assinalado por um círculo), contribuiria para o quase despovoamento daquela área, fato que será de suma importância porque levaria a Bolívia (que herdou, após a independência, aquele território) a perdê-lo para o Chile, formando hoje uma zona de tensão no Cone Sul.

A exclusão da mobilidade marítima sempre constitui um fator negativo para o Cone Sul, apresentando ainda hoje os seus reflexos na área do Pacífico em geral. Pelo fato de o Pacífico se constituir num oceano

4ª – No contexto geoistórico, se observarmos as duas entidades geopolíticas espanholas instaladas no Cone Sul, as veremos como núcleos secundários, vivendo em função da orientação mercantilista do Vice-Reino do Peru, na órbita primordial do Atlântico Norte, via Istmo do Panamá. Mesmo assim, dentro do aspecto geoistórico, em se tratando da área do Cone Sul dependente do Pacífico, seu aspecto secundário é bem marcado. Isto porque a ação espanhola extrapolou esse terminal de rotas, para se envolver, com muito maior intensidade, no eixo Peru-Novas Hébridas, e México-Filipinas, portanto, bem mais ao norte.

de navegação extensiva, a individualidade geoistórica se mantém, como vemos no Mapa 5, através do fato quase constante de a capital ser uma cidade interiorizada, e não o porto de mar que em geral a servia. Assim, de norte para sul, temos Santa Fé (atual Bogotá) e não Cartagena, como capital do Vice-Reino de Nova Granada; Quito, capitaneando a Audiência de Quito, e não Guayaquil; Lima, e não Calao, no Vice-Reino do Peru. Essa individualidade geoistórica se estendeu ao Cone Sul através de Santiago, e não Valparaíso. A própria Buenos Aires não é um porto de mar. Enquanto, em sua área de influência, Assunção, no interior isolada, muito contribuiria para a formação individualista do Território de Missões. Caracas, que foi fundada em 1567, no norte, e Montevidéu, em 1726, no sul, no Cone Sul, mostram uma exceção; mas uma exceção mais defensiva do que propriamente administrativa. Na Capitania da Venezuela, foi instalada no litoral para fazer frente aos flibusteiros que infestavam o Caribe. Enquanto Montevidéu surgia no Vice-Reino do Prata, para fazer frente aos portugueses estabelecidos desde 1680 na Colônia do Sacramento, que nem a presença de Buenos Aires conseguiu expulsar.

Observamos ainda, dentro da individualidade geoistórica do Cone Sul, que, enquanto o Vice-Reino do Prata viu-se sempre mais envolvido na con-

tenda pela posse da bacia hidrográfica, a Capitania do Chile tomava a si o processo inicial da exploração da região transandina, que se constituía numa zona geopolítica neutra, destacada no Mapa 5 sob o nome de Estabelecimento da Patagônia. Embora hoje incluída no domínio político da Argentina, a Patagônia se mantém ainda como zona geopolítica neutra, e apresenta, no âmbito do Cone Sul, uma zona de tensão com o Chile, que vemos assinalada por um círculo.

Podemos concluir este item afirmando que a individualidade geoistórica alimentada pelo cantonalismo geopolítico espanhol, associada ao fator fisiográfico, iria contribuir para a balcanização do Cone Sul, que subdividiu a área em seis países que destacamos no Mapa 6.

Vemos aí o Chile como uma nesga de terra imprensada no Pacífico pelos Andes, começando num deserto de areia e acabando num deserto gelado. É o país que possui maior litoral todo integrado no Cone Sul. Em seguida, vemos uma dupla Bolívia: a do altiplano, atraída pelo Peru (que não se integra no Cone Sul), pela Argentina, e também envolvida pelo Chile; e a zona da planície, voltada para a Bacia do Prata e envolvida na Bacia Amazônica. Como zona de atração, em função de seus vizinhos, a Bolívia quase transformou-se numa "Polônia da América". Expediente da história, como a Bolívia, o Uruguai

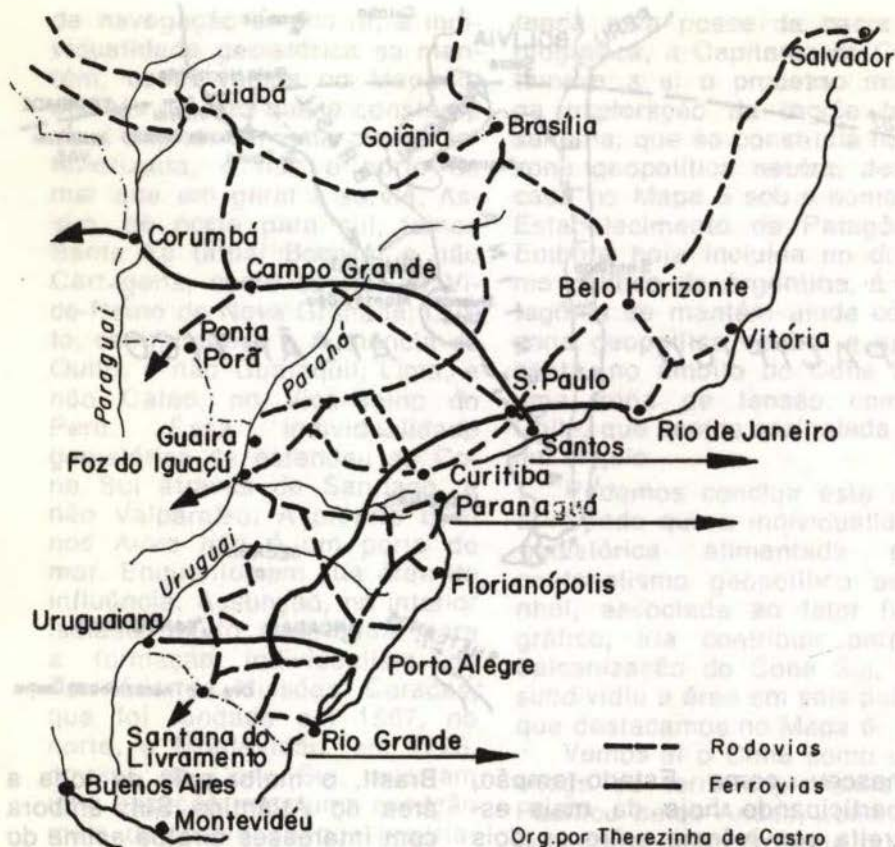


nasceu como Estado-tampão, participando hoje da mais estreita convivência entre os dois grandes do Cone Sul: o Brasil e a Argentina. Como o Uruguai, o Paraguai se envolve todo no Cone Sul: sem litoral, do isolamento em que viveu no passado, passou a ter uma posição central e dinâmica na Bacia do Prata, importante pólo geopolítico do Cone Sul. No terminal Atlântico do Cone Sul se encontra a Argentina, com perspectivas muito mais continentais do que marítimas, já que 80% do seu litoral praticamente se encontram ociosos para o âmbito internacional. E, finalmente, o

Brasil, o maior país de toda a área do Atlântico Sul; embora com interesses diretos acima do paralelo de 200, se envolve parcialmente, porém decisivamente, no Cone Sul, pois é aí que possui o seu ecúmeno estatal, através do triângulo geopolítico pontilhado que une São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro (V. Mapa 6.).

O CONE SUL E O PÓLO GEOPOLÍTICO DA BACIA DO PRATA (T.C.)

Ao analisar as individualidades geoistóricas do Cone Sul, destaquei, como zona de dispu-



ta que durou três séculos, a região da Bacia do Prata. Terminada em 1870 a fase crucial das disputas, estava garantida a livre navegação no Prata, beneficiando-se os portos de Buenos Aires e Montevideu. Beneficiavam-se, dentro do aspecto fisiopolítico da Bacia, apresentando-se num eixo natural norte-sul, que, com a atração, levava os países interiorizados (o Paraguai e a Bolívia) a obter na Argentina e no Uruguai as suas

saídas diretas para o Atlântico. O próprio *hinterland* platino brasileiro, representado, sobretudo, pelo Estado de Mato Grosso, sem litoral, ficou durante muito tempo nessa dependência.

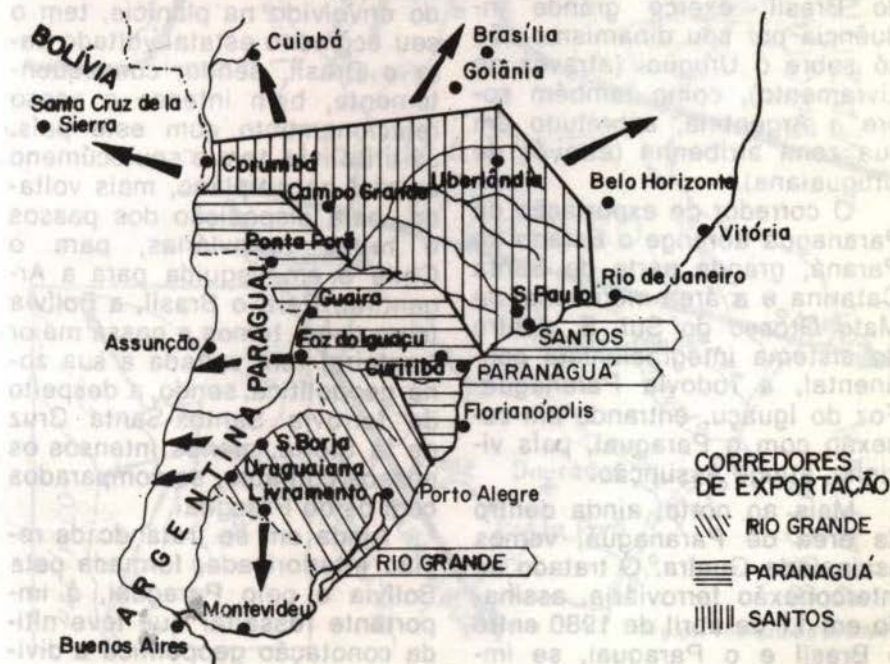
Posteriormente, dentro do enfoque geopolítico de que a chave de controle da Bacia se encontrava no Paraguai, tornou-se possível a implantação do eixo transversal de saída dos dois países interiorizados, também pela costa brasileira. Eixo que

se positivou tendo em vista que, das sete fronteiras binacionais coexistentes no âmbito da Bacia Platina, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas, marcando, pois, sua presença constante nessa sub-região do Cone Sul.

Vemos no Mapa 7, num confronto com o eixo geoviário concêntrico de Buenos Aires-Montevideu, que se impôs o traçado leste-oeste paralelo no corte geopolítico das redes de comunicação que o Brasil vem desenvolvendo no âmbito da Bacia do Prata. Ao geocentrismo da foz, se impuseram as várias saídas brasileiras canalizadas em especial para os portos do Rio Grande, de Paranaguá e de

Santos, desmarginalizando-se, conseqüentemente, as áreas interiores do complexo fluvial.

Os "corredores de exportação" deram maior amplitude geoestratégica a essa bacia, não só no âmbito do Cone Sul, mas do próprio Atlântico Sul, já que, dotada de variadas opções portuárias, não pode, num caso de conflito, ser tão facilmente bloqueada como foi no passado. Rio Grande, Paranaguá e Santos são três corredores de exportação instalados na região platina, onde, afirmava o geopolítico Mário Travassos, o Brasil dava "exemplo notável de ações neutralizantes sobre o poder concêntrico das bacias hidrográficas", e, se viesse a



Mapa 8

conjugar as comunicações terrestres, dobrando e ligando as comunicações fluviais, poderia sentir toda a dinâmica da vertente atlântica, "onde culminam os traços decisivos do *facies* político sul-americano".

Observando o Mapa 8, concluiremos que os corredores de exportação constituem variadas opções para o escoamento do vasto *hinterland*. Senão vejamos: o corredor de exportação do Rio Grande se transformou em pólo de atração para o escoamento de produtos do Rio Grande do Sul e da parte ocidental de Santa Catarina. Por outro lado, constituindo o Rio Grande do Sul o núcleo do semicírculo marginal geopolítico do Brasil, exerce grande influência por seu dinamismo não só sobre o Uruguai (através de Livramento), como também sobre a Argentina, sobretudo em sua zona arribenha (através de Uruguiana).

O corredor de exportação de Paranaguá abrange o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina e a área meridional de Mato Grosso do Sul. E, dentro do sistema integracionista continental, a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, entrando em conexão com o Paraguai, país vizinho, atinge Assunção.

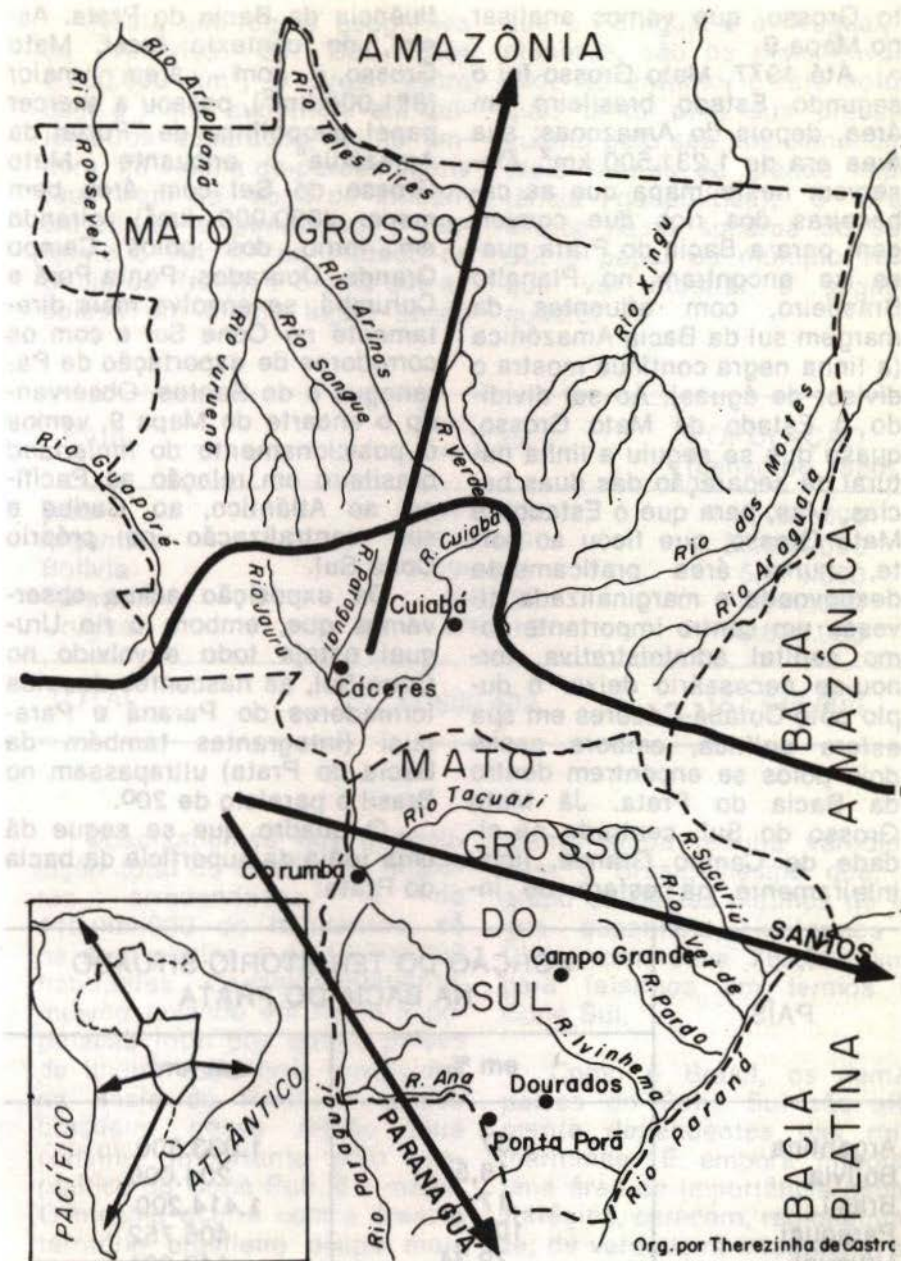
Mais ao norte, ainda dentro da área de Paranaguá, vemos assinalada Guaíra. O tratado de interconexão ferroviária, assinado em 11 de abril de 1980 entre o Brasil e o Paraguai, se implantará, na prática, com a

união das vias férreas nas proximidades desse pólo interiorizado de Guaíra. E irá se constituir na proveitosa "Ferrovia da Soja".

O corredor de exportação de Santos, pela importância, serve a um vasto *hinterland* brasileiro, que extrapola os limites da Baía do Prata e do próprio Cone Sul, embora o mapa só mostre a área de influência relacionada com o Estado de São Paulo, Norte do Paraná, Sul e Oeste de Minas Gerais, e ainda Mato Grosso do Sul.

Ora, em se tratando da região interiorizada, formada pelos dois países vizinhos, a Bolívia e o Paraguai, temos que nos ater a um contraste. O Paraguai, todo envolvido na planície, tem o seu ecúmeno estatal voltado para o Brasil, sendo, conseqüentemente, bem intenso o nosso relacionamento com este país. Já a Bolívia, tem o seu ecúmeno estatal no altiplano, mais voltado, pela disposição dos passos e redes ferroviárias, para o Chile e em seguida para a Argentina. Para o Brasil, a Bolívia (com quem temos a nossa maior fronteira) tem voltada a sua zona geopolítica, sendo, a despeito da ferrovia Santos-Santa Cruz de la Sierra, menos intensos os nossos contatos, se comparados com os do Paraguai.

Ainda em se tratando da região interiorizada, formada pela Bolívia e pelo Paraguai, é importante ressaltar que teve nítida conotação geopolítica a divisão, em 1977, do Estado do Ma-



Mapa 9

to Grosso, que vamos analisar no Mapa 9.

Até 1977, Mato Grosso foi o segundo Estado brasileiro em área, depois do Amazonas; sua área era de 1.231.500 km². Observem neste mapa que as cabeceiras dos rios que convergem para a Bacia do Prata quase se encontram no Planalto Brasileiro, com afluentes da margem sul da Bacia Amazônica (a linha negra contínua mostra o divisor de águas). Ao ser dividido o Estado de Mato Grosso, quase que se seguiu a linha natural de separação das duas bacias. Mas, para que o Estado de Mato Grosso, que ficou ao norte, numa área praticamente despovoada e marginalizada, tivesse um centro importante como capital administrativa, tornou-se necessário deixar o duplo pólo Cuiabá-Cáceres em sua esfera política, embora esses dois pólos se encontrem dentro da Bacia do Prata. Já Mato Grosso do Sul, centrado na cidade de Campo Grande, ficou inteiramente na esfera de in-

fluência da Bacia do Prata. Assim, no contexto local, Mato Grosso, com área maior (881.000 km²), passou a exercer papel geopolítico de "Portal da Amazônia", enquanto Mato Grosso do Sul com área bem menor (350.000 km²), girando em torno dos pólos Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Corumbá, se envolve mais diretamente no Cone Sul e com os corredores de exportação de Paranaguá e de Santos. Observando o encarte do Mapa 9, vemos o posicionamento do *hinterland* brasileiro em relação ao Pacífico, ao Atlântico, ao Caribe e sua centralização no próprio Cone Sul.

Da exposição acima observamos que, embora o rio Uruguai esteja todo envolvido no Cone Sul, as nascentes dos rios formadores do Paraná e Paraguai (integrantes também da Bacia do Prata) ultrapassam no Brasil o paralelo de 20°.

O quadro que se segue dá uma idéia da superfície da bacia do Prata:

PAÍS	PORÇÃO DO TERRITÓRIO SITUADO NA BACIA DO PRATA	
	em %	em km ²
Argentina	37	1.033.800
Bolívia	18,5	204.000
Brasil	17	1.414.200
Paraguai	100	406.752
Uruguai	79,34	140.901

Nesta sub-região geográfica da América do Sul, com 3.200.000 km², o Brasil entra com a maior superfície em quilômetros quadrados, muito embora, na coluna de porcentagens (que trata da "zona de influência direta e ponderável", conforme o Art. 1º do Tratado da Bacia do Prata), é o país que se coloca em último lugar, sendo

que o Paraguai e o Uruguai, os menores, são os mais envolvidos. No entanto, é fato notório que, tanto pela sua presença quanto pelo seu posicionamento (dois fatores de grande importância geopolítica), o Brasil exerce nesta subárea do Cone Sul o papel de múltiplo vetor, que vai mostrar o seguinte quadro:

PAÍS	Área (em km ²)	POPULAÇÃO (censo de 1980)
Brasil	8.511.965	119.061.000
Argentina	2.776.899	27.064.000
Bolívia	1.098.581	5.570.000
Paraguai	406.752	2.970.000
Uruguai	176.215	2.880.000
TOTAL	12.969.402	157.545.000

Observando-se que a população total do Brasil, em números arredondados, é de 119.000.000 de habitantes, só na área platina é de 49.700.000 habitantes. Conseqüentemente, mesmo levando em conta a população total dos quatro países de língua espanhola envolvidos na Bacia do Prata, o efetivo brasileiro nessa região (que constitui importante pólo geopolítico do Cone Sul), é o maior. O mesmo ocorre com a área: o território brasileiro ocupa mais da metade da área total da Bacia do Prata. Esse posiciona-

mento ainda resulta vantajoso para o Brasil, mesmo que, ao grupo de países platinos de língua espanhola, juntarmos o Chile, com seus 765.000 km², para falarmos em termos de Cone Sul.

Como o Brasil, os demais países do Cone Sul são altamente dependentes das rotas marítimas. E, embora integrem uma área de importância geoestratégica, carecem, regionalmente, de verdadeira integração, sobretudo, ante a constância das fronteiras-faixas.

INSTRUMENTOS E DISPOSITIVOS DE DEFESA QUE ABRANGEM O CONE SUL E ÁREAS DE ATRITO. (M.M.)

O principal, o primeiro instrumento de defesa, surgiu em janeiro de 1942, na Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, que criou a Junta Interamericana de Defesa (JID). A JID é mais antiga do que a OEA, criada em 1948.

Depois, veio o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, assinado na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança, realizada no Rio de Janeiro. Seguiu-se o pouco conhecido CONDECA, criado pela Carta da Organização dos Estados Centroamericanos (ODECA), assinada em 1962. Os atuais problemas do Caribe estão dando lugar a esforços para se reativar o tratado correspondente a essa Carta.

Depois, veio o Tratado de Tlateloco, de proscrição das armas nucleares no Continente Americano, assinado no México em 1967.

Temos, também, um acordo chamado CAMAS (Comando da Área Marítima do Atlântico Sul) sobre controle de tráfego marítimo, que funciona regularmente. Pertencem ao CAMAS o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Paraguai. De dois em dois anos a sede desse Comando muda de Buenos Aires para o Rio de Janeiro e vice-versa. Es-

se órgão prepara a mobilização para um controle completo do tráfego marítimo, em casos de emergência.

E existe agora a nova e famosa OECO (Organização dos Estados do Caribe Oriental), que participou, com 400 ou 500 homens, da invasão de Granada, mas cuja criação por tratado não consegui descobrir onde se deu (embora tenha procurado no *Newsweek*, no *Time* etc.).

Além desses tratados e acordos, existem organismos regionais (como seja um comando norte-americano na área do Canal do Panamá, o "United States Southern Command", que tem a seu cargo o preparo da defesa do Continente em associação com os países latino-americanos). Há, ainda, certos mecanismos periódicos de incentivo à preparação militar para a defesa coletiva (tais como as Conferências de Chefes de Estado-Maior dos países do Hemisfério Ocidental), programas de exercícios combinados (tais como a Operação UNITAS, treinamento anual conjunto das forças navais norte-americanas com forças de vários países do Continente), exercícios táticos em Porto Rico (com participação dos nossos fuzileiros navais), e, recentemente, em Honduras, um exercício tático muito suspeito de que tenha sido realmente apenas um exercício tático.

Vale lembrar que em 1965, face ao conflito surgido na República Dominicana, foi convocada uma Reunião de Consulta

dos Chanceleres, que por 2/3 dos votos dos países membros, aprovou a criação de uma Força Interamericana de Paz, força multinacional que realizou uma intervenção coletiva naquela república do Caribe, pacificando-a e restabelecendo o regime democrático. Sou um pouco suspeito para dizer, mas parece que a missão foi muito bem cumprida, e, das "forças de paz" até aqui instituídas, ignoro outra que tenha cumprido tão bem a sua missão. Chegou à área conflagrada, restabeleceu a ordem, restabeleceu a paz, garantiu uma eleição democrática (com observação de organismos e instituições de todo o Mundo), e saiu e deixou a República Dominicana em paz até hoje. O Brigadeiro Lavenère-Wanderley, que foi Chefe do EMFA naquela época, poderá dar seu testemunho sobre este assunto.

Examinemos agora as áreas de conflito.

O Professor John Child, da American University, em Washington, na tese que apresentou no *meeting* anual da LASA, Bloomington, Indiana, em 1980, listou vinte áreas de conflitos internacionais no Continente Americano, sendo quatorze entre países latino-americanos (por questões territoriais), e seis de países do Continente com países extracontinentais.

No Cone Sul, três conflitos destacam-se: um na região central dos Andes (entre o Chile, o Peru e a Bolívia); outro na fronteira da Bolívia com o Chile

(envolvendo também o Peru); e o terceiro, no extremo sul do Continente (entre a Argentina e o Chile). Há um conflito interno, meio desativado, mas que todas às vezes, que a oposição quer subir ao poder o reativa: o conflito entre o Paraguai e a Bolívia, remanescente da Guerra do Chaco. Entre os conflitos envolvendo interesses de nações extracontinentais, destaca-se, por sua importância, a questão das Malvinas, entre a Argentina e a Inglaterra.

O primeiro, localizado no extremo setentrional do Cone Sul, é resultante de antigas indefinições sobre fronteiras entre Audiências, Gobernaciones españolas da América colonial, e se acirrou por ocasião da chamada Guerra do Pacífico, de 1879 a 1883, entre os três países, Chile, Bolívia e Peru, da qual restituiu a perda, pela Bolívia, para o Chile, do seu litoral no Pacífico e do seu porto principal, Antofagasta; e, para o Peru, na perda, para o Chile, do seu litoral de Arica e Tarabaca. O Tratado de Ancon, de 1883, estabeleceu as condições de paz, entregando os portos de Tarabaca e Antofagasta aos vitoriosos chilenos, e colocando as províncias de Tacna e Arica sob controle chileno até 1929, quando ficou estabelecido que Arica continuaria com o Chile e Tacna voltaria à soberania peruana. As soluções diplomáticas encontradas jamais satisfizeram às nações envolvidas no litígio, sendo que a maior ferida, ainda viva, é a

permanente reivindicação boliviana de reconquistar uma saída marítima na área que perdeu. Perdeu militarmente e, depois, diplomaticamente.

O segundo conflito, no extremo sul do Continente, situa-se na região de Beagle, na Terra do Fogo, envolvendo a questão de soberania de três pequenas ilhas, onde se confrontam interesses argentinos e chilenos. Esse litígio já foi por duas vezes submetido à arbitragem internacional: primeiro, da Rainha Elizabeth, e segundo, do Papa João Paulo II. Nenhum dos laudos foi aceito pelo governo argentino, continuando a questão em clima de reivindicação, muitas vezes tenso (como aconteceu em 1978, que provocou início de mobilização militar entre os dois países).

O terceiro conflito, entre o Paraguai e a Bolívia, é remanescente do tratado de paz da Guerra do Chaco, de 1932 a 1935. A área litigiosa encontra-se num triângulo formado pelos

rios Paraguai, Parabeti e Pio-pomai. Esta questão, aparentemente em repouso, volta à tona, de tempos em tempos, com reclamações veementes de grupos políticos minoritários paraguaios. A região litigiosa é supostamente rica em petróleo, em gás e contém as principais fontes de geração de áreas flageladas pela seca.

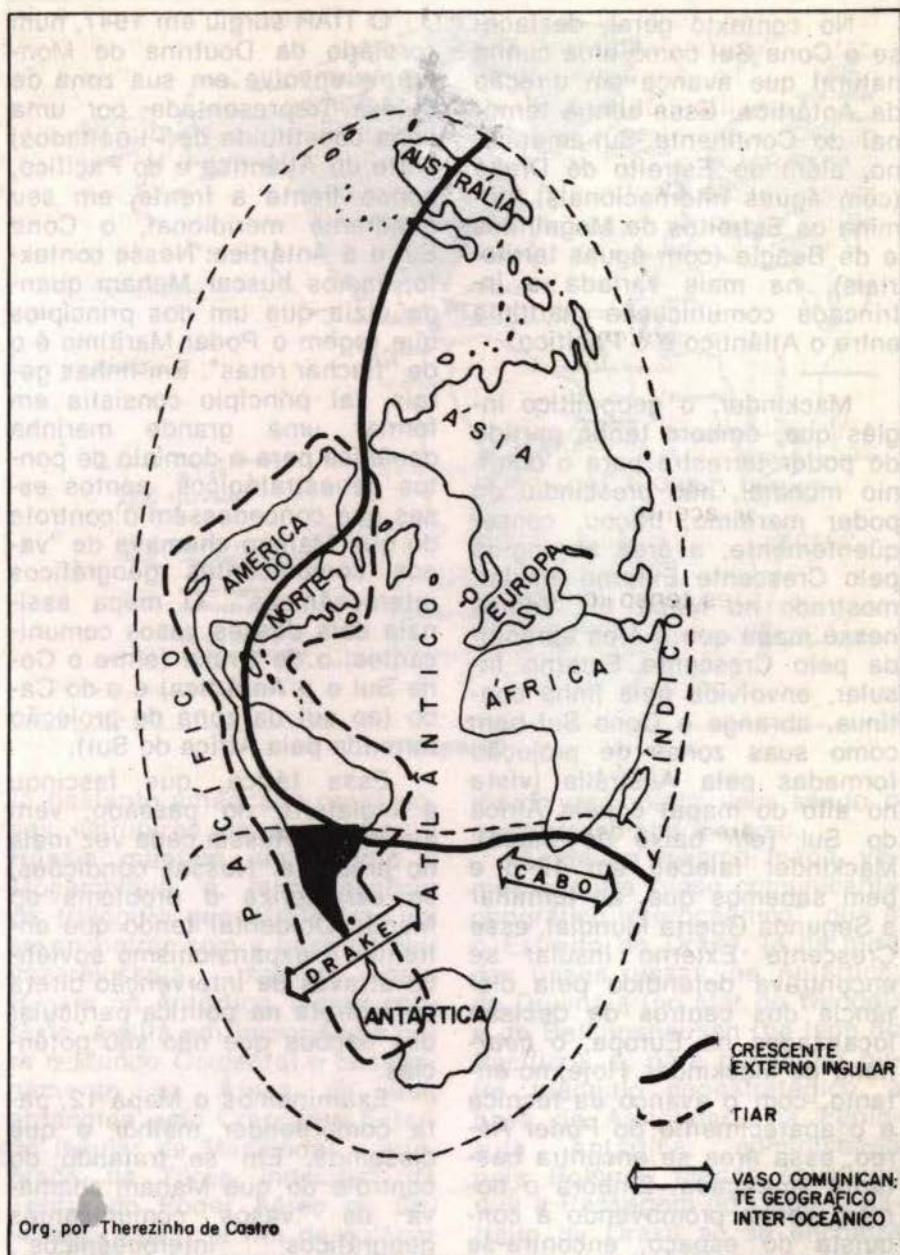
**ZONAS DE PROJEÇÕES
NO CONE SUL (T.C.)**

Observando o Mapa 10, vemos o Mundo em três posições diferentes, assinalado sempre o paralelo de 20º, considerando-se que o Cone Sul deixou de ser, pela sua significação geoestratégica, uma área de importância apenas continental, para se tornar internacional. Como zona de projeção do Cone Sul, destacaremos a Antártica (como plataforma giratória), a África do Sul (numa atração direta), e a Austrália (num posicionamento mais remoto).



Org. por
Therézinha de Castro

Mapa 10



No contexto geral, destaca-se o Cone Sul como uma cunha natural que avança em direção da Antártica. Essa cunha terminal do Continente Sul-americano, além do Estreito de Drake (com águas internacionais), domina os Estreitos de Magalhães e de Beagle (com águas territoriais), na mais variada e intrincada comunicação marítima entre o Atlântico e o Pacífico.

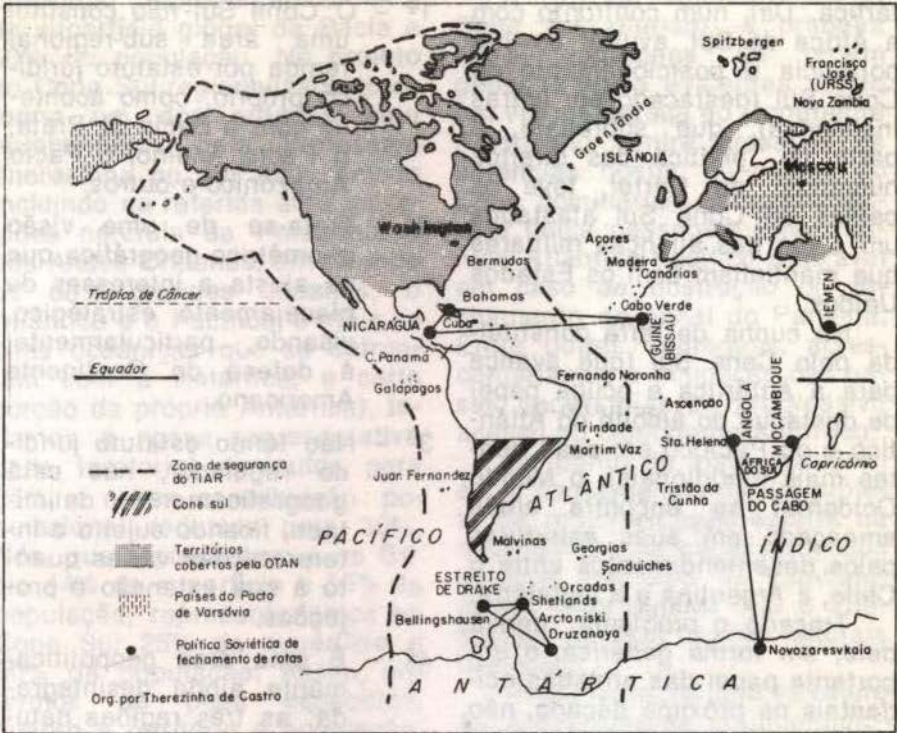
Mackinder, o geopolítico inglês que, embora tenha partido do poder terrestre para o domínio mundial, não prescindiu do poder marítimo, traçou, conseqüentemente, a área abrangida pelo Crescente Externo Insular, mostrado no Mapa 11. Vemos nesse mapa que a área abrangida pelo Crescente Externo Insular, envolvida pela linha contínua, abrange o Cone Sul bem como suas zonas de projeção formadas pela Austrália (vista no alto do mapa) e pela África do Sul (em baixo do mapa). Mackinder faleceu em 1946 e bem sabemos que, ao terminar a Segunda Guerra Mundial, esse Crescente Externo Insular se encontrava defendido pela distância dos centros de decisão localizados na Europa, o *heartland* de Mackinder. Hoje, no entanto, com o avanço da técnica e o aparecimento do Poder Aéreo, essa área se encontra bastante ameaçada. Embora o homem venha promovendo a conquista do espaço, encontra-se ainda muito dependente das rotas marítimas.

O TIAR surgiu em 1947, num corolário da Doutrina de Monroe, e envolve em sua zona de defesa (representada por uma linha constituída de 11 deitados) parte do Atlântico e do Pacífico, pondo frente a frente, em seu quadrante meridional, o Cone Sul e a Antártica. Nesse contexto, vamos buscar Maham quando dizia que um dos princípios que regem o Poder Marítimo é o de "flechar rotas". Em linhas gerais, tal princípio consistia em formar uma grande marinha oceânica para o domínio de pontos geoestratégicos, pontos esses que concedessem o controle do que Maham chamava de "vasos comunicantes geográficos interoceânicos". O mapa assinala dois desses vasos comunicantes: o de Drake (entre o Cone Sul e a Antártica) e o do Cabo (ao sul da zona de projeção formada pela África do Sul).

Essa tática, que fascinou a Inglaterra no passado, vem atraindo a Rússia cada vez mais no presente. Nessas condições, se caracteriza o problema do Mundo Ocidental tendo que enfrentar o expansionismo soviético através da intervenção direta ou indireta na política particular das nações que não são potências.

Examinemos o Mapa 12, para compreender melhor o que dissemos. Em se tratando do controle do que Maham chamava de "vasos comunicantes geográficos interoceânicos", vemos que o constituído pela Rota ou Passagem do Cabo es-

44



Mapa 12

tá bastante ameaçado pelas novas estruturas de apoio que a Rússia mantém em Angola e Moçambique, e, numa espécie de triângulo geoestratégico, vai se encontrar com a base de Novozarevskaya, mantida pela Rússia na Antártica. Nesse contexto, avulta em importância para o Mundo Ocidental o posicionamento da África do Sul, abrangida pelo Crescente Externo Insular de Mackinder e integrada na "área indecisa" da Teoria do Poder Aéreo de Seversky. Assim, a fim de solapar o seu posicionamento da África do Sul no Mundo Ocidental, a

tônica comunista vem sendo o combate ao apartheidismo.

Ainda no mesmo mapa, vemos o outro "vaso comunicante geográfico interoceânico", que é o Estreito de Drake, já na mira das bases russas, na Antártica, de Druynaia (no Mar de Weddel) e de Bellingshausen (no lado do Pacífico), e, para completar outro triângulo geoestratégico, a base de Arctoviski, na Península Antártica, administrada pela Polônia. Menos envolvido que a Passagem do Cabo, o Estreito de Drake só se encontra ameaçado indiretamente pelas bases russa e polonesa na An-

tártica. Daí, num confronto com a África do Sul, avultar em importância o posicionamento do Cone Sul (destacado por listras inclinadas), que sobretudo, a partir da "política dos direitos humanos" de Carter, teve os países do Cone Sul afastados um a um das alianças militares que mantinham com os Estados Unidos.

Na cunha de terra constituída pelo Cone Sul (que avança para a Antártica e ocupa papel de destaque no âmbito do Atlântico e do Pacífico em suas frentes mais meridionais), o Mundo Ocidental se encontra ainda ameaçado em suas estruturas pelos desentendimentos entre o Chile, a Argentina e a Inglaterra.

Traçado o problema, deriva dele, em forma genérica, o importante papel das armadas ocidentais na próxima década, não somente no setor da defesa nacional, como também na de âmbito regional, orientado para a proteção das passagens vitais que vinculam os países do Mundo Livre. No caso específico do Cone Sul, só existem núcleos navais pequenos, muito embora se deva ressaltar a importância da África do Sul, de um lado, e do próprio Cone Sul, do outro.

CONCLUSÕES (M.M.)

Algumas conclusões ressaltam das considerações que fizemos até aqui. Vamos alinhá-las.

- 1ª - O Cone Sul não constitui uma área sub-regional regida por estatuto jurídico próprio, como acontece com a Bacia do Prata, o Pacto Andino, o Pacto Amazônico e outros.
- 2ª - Trata-se de uma visão geométrico-geográfica que se ajusta a interesses de planejamento estratégico, visando, particularmente, à defesa do Continente Americano.
- 3ª - Não tendo estatuto jurídico regulador, não está geograficamente delimitado, ficando sujeito a interpretações várias quanto à sua extensão e projeções.
- 4ª - É uma área geopoliticamente ainda desintegrada: as três regiões naturais que a compõem permanecem separadas.

Vejamos, agora, a posição do Brasil em face de um futuro Cone Sul institucionalizado.

O Brasil já pertence à maior e mais rica comunidade sub-regional da região meridional do Continente, a Bacia do Prata, cuja área de 3.000.000 de km² equivale ao território da Índia, e cuja população, da ordem de 100.000.000 de habitantes, é a mais rica e mais próspera da América Latina. Nessa Bacia (cujo estatuto jurídico de regionalização funciona proveitosamente há treze anos em benefício dos seus cinco estados

membros) representamos 44% da superfície global da Bacia e 50% da população. No projeto do Cone Sul regionalizado (conforme um dos critérios aqui apresentados pela Professora Therezinha ou por mim, ambos incluindo na referida área as regiões naturais da Patagônia e dos Andes Chilenos, envolvendo os dois grandes oceanos, o Atlântico e o Pacífico, e mais as ilhas oceânicas que se defrontam com a Antártica, e certa porção da própria Antártica), teríamos a nossa representatividade territorial diminuída para 25%, a nossa contribuição populacional reduzida para 30%. Nós, que representamos na Bacia 44% da superfície e 50% da população, representaríamos no Cone Sul 25% da superfície e 30% da população. Assim, em termos de peso específico, quanto a território e população, nossa posição na Bacia é mais proeminente do que seria numa projetada institucionalização da sub-região do Cone Sul.

Por outro lado, enquanto a Bacia do Prata é uma unidade regional integrada, em termos de geografia e de comunicações, o Cone é ainda um conjunto desintegrado de três regiões naturais (a Bacia do Prata, a Patagônia e os Andes), cuja articulação terrestre muito deixa a desejar. Para se tornar uma comunidade geopolítica, exigirá grande esforço na implantação de uma infra-estrutura de comunicações terrestres.

A favor da regionalização do Cone ressaltariam, à primeira vista, vantagens de ordem geoestratégica evidentes, tendo em vista a defesa do Continente Americano contra ameaças de potências hostis: os países do Cone dominariam completamente a única passagem interoceânica Atlântico-Pacífico utilizável em caso de obstrução ou fechamento do canal do Panamá. Entre outras vantagens, acrescentaríamos a ocupação das bases necessárias ao progressivo acesso ao Continente Antártico.

Do ponto de vista econômico, a conveniência de um projeto de regionalização estaria na dependência da capacidade dos estados membros de estabelecerem uma política viável e integradora de suas regiões naturais distintas.

Finalmente, no que se refere às conveniências político-diplomáticas, com essa regionalização herdaríamos reflexos dos conflitos internacionais entre a Argentina, o Chile, o Paraguai, a Bolívia e o Peru. E, mais recentemente, herdaríamos, também, o agravamento da confrontação Argentina-Inglaterra. O bom funcionamento do Cone Sul como unidade sub-regional integrada, regulada por tratado, dependeria muito da capacidade em absorver ou anular tais conflitos.

Como palavra final, diremos que, a não ser que sobrevenha uma necessidade maior de defesa do Continente, no quadro de um conflito contra potências extracontinentais hostis (quando

as dificuldades acima mencionadas poderiam ser obviadas), dificilmente assistiremos a uma regionalização do Cone Sul. No quadro de relativa normalidade internacional, basta ao Brasil o Tratado da Bacia do Prata (cada vez mais efetivo), e manter nos-

as relações pacíficas e profícuas com o Chile. Evitaríamos, ao menos no presente, nos envolvermos com antagonismos que não nos dizem respeito e cuja existência muito dificultaria a implementação de uma efetiva integração sub-regional.



O General-de-Divisão R/1 Carlos de Meira Mattos é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.



Profª THEREZINHA DE CASTRO – Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ), especializou-se em Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.



CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO (CPEAEx)

Cel Synésio Scofano Fernandes

A profissão militar tem uma característica muito singular que a distingue das demais profissões: o profissional militar se prepara, durante toda a vida, para um ato que não deseja que aconteça, que poderá nunca acontecer ou acontecer uma única vez. É como um cirurgião que se preparasse ao longo da vida para participar de apenas uma cirurgia.

E mais. Em decorrência da espantosa evolução dos meios de combate e do envolvimento crescente dos fatores não-militares nos conflitos modernos tem que estar preparado para manipular instrumentos em circunstâncias inéditas, em sua grande parte.

Dai a necessidade de uma reciclagem periódica, através de cursos e estágios que lhe permitam ampliar os conhecimentos, a capacidade de discernir e a visão da realidade atual e prospectiva, de modo a permitir-lhe assumir as responsabilidades que se acumulam ao longo da carreira.

Com esse sentimento, está sendo implementado o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, matéria de que se ocupa o presente artigo.

A partir do mês de março de 1988, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) dará início às atividades do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx),

que terá a duração de 1 (um) ano letivo e se destinará a coronéis ou tenentes-coronéis já diplomados por um dos Cursos de Altos Estudos Militares e a coronéis graduados em áreas de interesse da Força Terrestre.

O CPEAEx foi instituído, no Sistema de Ensino do Exército, pela Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986, que alterou dispositivos da Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975 – Lei do Ensino no Exército.

Essa iniciativa culminou num longo processo de estudos e reflexões, iniciado em 1974, sobre a necessidade de se estabelecer uma atividade educacional sistematizada, com o objetivo de preparar recursos humanos capacitados para o estudo de questões relacionadas à política e à estratégia das Forças Terrestres.

Os Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM), integrantes do Subsistema de Ensino Militar Bélico – Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM), Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços para Oficiais Intendentes (CEEMS)/Int e Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços para Oficiais Médicos (CCMES/Sau) – e do Subsistema de Ensino Militar Científico e Tecnológico – Curso de Direção para Engenheiros Militares (CDEM) – não abordavam e não podiam abordar, em decorrência mesmo de suas destinações, os problemas produzidos nos mais altos níveis da administração do Exército Brasileiro e que se referem, basicamente, à formulação de políticas e ao planejamento estratégico de preparo e de emprego da Força Terrestre.

O advento do CPEAEx decorreu, portanto, de uma exigência, de natureza estrutural,

do próprio Sistema de Ensino do Exército, desde que os CAEM e, basicamente, o CEEM, concentram seus esforços educacionais em atividades relacionadas a problemas de nível tático.

Assim, a ECEME tem se firmado como um instituto de ensino e, também, de pesquisa, na área da tática de nível Brigada e Grandes Comandos (Divisão de Exército e Exército de Campanha). Mas não tem tido oportunidade de trazer uma contribuição tão expressiva ao ensino e à pesquisa, no âmbito da doutrina da Força Terrestre, em nível estratégico. Essa lacuna, na expressão de ilustre Chefe Militar, "... decorre de fatores vários: históricos, estruturais e, sobretudo, de controvérsias em torno da percepção do fenômeno estratégico na área militar que, no conceito de alguns, transcende do clássico para um universo mais amplo, que inclui a concepção de políticas e planejamento de ações referentes à organização, preparo e alta administração da Força".

Portanto, o CPEAEx veio ocupar um espaço perfeitamente delimitado dentro do Sistema de Ensino do Exército e atender a uma preciosa necessidade de recursos humanos, altamente capacitados para o exercício de cargos e funções existentes na estrutura organizacional da Força Terrestre.

Os trabalhos de planejamento e implantação do CPEAEx foram iniciados em decorrência da Diretriz Ministerial baixada pela

Portaria nº 247, de 18 de março de 1987. Esse diploma legal, em alguns aspectos modificados pela Portaria Ministerial nº 818, de 7 de agosto de 1987, estabeleceu os referenciais necessários a orientar a organização do CPEAEx, de acordo com os objetivos previstos na Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986.

Inicialmente, foi elaborado um modelo do Curso, que configurava as características das atividades educacionais a serem desenvolvidas.

Deste modo, ficou estabelecido que o CPEAEx seria ministrado no decorrer de um ano letivo, de acordo com os seguintes pressupostos:

- estimular e solicitar a participação do estagiário;
- enfatizar a bidirecionalidade da informação, proporcionando, aos estagiários, oportunidades para que expressem e descrevam suas experiências em relação ao tema focalizado;
- concentrar, em sua maior parte, o esforço das ações docente e discente, na pesquisa e no debate, de modo que o estagiário possa desenvolver sua capacidade de crítica e apresentar soluções construtivas e adequadas;
- na área afetiva dos objetivos educacionais, desenvolver, primordialmente, o atributo criatividade, propiciando espaço para que o estagiário aprimore sua capacidade de identificar e

compreender modificações em estruturas perceptivas e possa, em consequência, comportar-se, produtivamente, em relação a situações sujeitas à mutabilidade continuada, que produzem diferentes e variados cenários.

O modelo preconizava, também, em obediência à determinação da Lei que criou o CPEAEx, a existência de um Curso de Preparação ao CPEAEx, a ser desenvolvido pelo Sistema de Telensino - ensino a distância.

O CURRÍCULO DO CPEAEx

O currículo do CPEAEx foi elaborado de acordo com a metodologia adotada em todo o Sistema de Ensino do Exército.

Portanto, inicialmente, foram delimitados e descritos os objetivos gerais do Curso; depois, selecionadas as matérias curriculares, escolhidos os assuntos de cada matéria, ao mesmo tempo em que eram delimitados e descritos os objetivos particulares e específicos, das matérias e dos assuntos, respectivamente. Após esta fase, relacionada à identificação de conteúdos, foram estabelecidos os procedimentos didáticos e dimensionadas as cargas horárias em seus diversos níveis.

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

A definição dos objetivos do CPEAEx foi um dos passos fun-

damentais no conjunto de atividades de elaboração curricular, pois envolveu a necessidade da precisa identificação do Curso, dentro do Sistema de Ensino do Exército, e da percepção clara das necessidades institucionais que motivaram a sua criação.

As fontes de informações para esse estudo foram:

- diplomas legais;
- perfil profissiográfico do concludente do CPEAEx; e
- formação geral mínima desejável.

Os diplomas legais utilizados como fonte de informações foram, basicamente, a(o):

- Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975 - Lei do Ensino no Exército;

- Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986 - que instituiu o CPEAEx;

- Portaria Ministerial nº 247, de 8 de março de 1987, que aprovou a Diretriz Ministerial para os Trabalhos de Planejamento e Implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército e Portaria Ministerial nº 818, de 7 de agosto de 1987, que reformulou, em alguns aspectos, a diretriz anteriormente emitida.

- Diretriz para os Trabalhos de Planejamento e Implantação do CPEAEx, do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; e

- Regulamento da ECEME.

O perfil profissiográfico do concludente do CPEAEx, utilizado como fonte de objetivos para o Curso, resultou de um trabalho desenvolvido, em conjunto, pela ECEME, e pelo Centro de Estudos de Pessoal (CEP). No decorrer dessa pesquisa, foi realizado um levantamento preliminar de dados junto a oficiais-generais do Exército Brasileiro, indicados pelo Estado-Maior do Exército.

O perfil profissiográfico, além de realizar uma descrição sumária das funções e dos cargos para os quais o CPEAEx prepara recursos humanos, indica alguns requisitos básicos, relacionados a atributos da personalidade, e conhecimentos fundamentais ao exercício desses cargos e funções. Esboça, também, uma projeção para o futuro, do cenário em que o concludente do CPEAEx, provavelmente, exercerá suas atividades. Esse cenário e as suas consequências para o perfil profissiográfico do oficial egresso do CPEAEx pode ser descrito do seguinte modo:

- as técnicas, as metodologias e os conhecimentos utilizados no exercício dos cargos e das funções a serem desempenhados pelos concludentes do CPEAEx, provavelmente, sofrerão nas próximas décadas, rápidas e continuadas transformações. Essa mutação decorrerá da constante evolução das disciplinas do conhecimento humano e das alterações súbitas dos cenários político, econômico,

psicossocial e militar, em que, possivelmente a Força Terrestre atuará.

A configuração desse ambiente, altamente cambiante e complexo, exigirá do assessor de alto nível, uma sólida base de conhecimentos, particularmente, aqueles necessários à implementação de decisões na alta administração do Exército, bem como a formulação da política e ao planejamento estratégico militares terrestres.

De outro lado o perfil desse tipo de assessor deve estar dotado de atributos de personalidade que facilitem perceber mudanças no quadro perceptivo e identificar e extrapolar tendências de acontecimentos ou de processos de natureza política, econômica, psicossocial e militar.

Portanto, as necessidades de formação educacional, decorrentes da configuração do provável quadro futuro em que o concludente do CPEAEx atuará, indicam que o currículo do CPEAEx deve:

- possibilitar, ao educando, o domínio de conceitos e de técnicas adequados a identificar e a extrapolar tendências de acontecimentos e de processos de natureza política, econômica, psicossocial e militar;
- tratar, com certa profundidade, de aspectos das ciências do conhecimento humano (Economia, Administração, Política, Estratégia, Relações Internacionais, Mobilização etc.) que pos-

sam contribuir para a formulação da política e o planejamento estratégico militares terrestres;

- abordar, em profundidade, as técnicas e o método de formulação da política e do planejamento estratégico militares terrestres;

- desenvolver, no educando, atitude favorável a identificar e compreender mudanças nos campos político, econômico, psicossocial e militar;

- desenvolver, em particular, os atributos criatividade, decisão e objetividade.

Constata-se, portanto, que essa fonte de objetivos do Curso enfatiza a cogitação do futuro, o que influenciou, expressivamente, a organização do currículo do CPEAEx.

A formação geral mínima desejável consistiu na configuração daqueles conhecimentos e daquelas atitudes necessários para que o concludente do CPEAEx não estivesse apenas capacitado a usar técnicas e métodos específicos, mas que fosse, também, o sujeito do aprimoramento dessas técnicas e desses métodos e que, dado o nível do Curso, fosse capaz de visualizar objetivos e planejar estratégias adequadas aos escalões da mais alta decisão, dentro da Instituição.

Os resultados dos estudos relacionados à definição dos objetivos gerais do CPEAEx produziram algumas conclusões sobre o posicionamento desse

Curso dentro do Sistema de Ensino no Exército, a saber:

— dado que os Cursos de Altos Estudos Militares preservam seus objetivos originais, as questões relativas à estratégia operacional devem continuar a ser tratadas nesses Cursos. Por outro lado, em decorrência da existência do Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, as questões relativas à estratégia das Forças Combinadas, em nível TO, não devem ser objeto de interesse central do CPEAEx. Portanto, o campo de cogitação básica do Curso está situado no âmbito da política e da estratégia militar — de emprego e de preparo — da Força Terrestre.

No entanto, o Curso deve abordar, subsidiariamente, os níveis mais abrangentes da política e da estratégia, de modo que seja possível configurar, com precisão, o quadro em que a política e a estratégia da Força Terrestre estão situadas. Sem essa percepção estrutural não seria possível focalizar, com propriedade, as questões fundamentais do Curso:

— o estudo da administração, no nível de interesse do Curso, se relaciona, inextricavelmente, com a problemática da política e da estratégia. Pois o conceito de administração está contido no de planejamento, o qual, por sua vez, envolve o de estratégia.

O planejamento, em sentido amplo, compreende a formula-

ção política e a execução (estratégia). A política (como formulação ou elaboração) e a estratégia (como desdobramento e execução) constituem partes do planejamento; a política na parte estática e a estratégia na parte dinâmica.

Do nome CPEAEx não deve decorrer a bipolarização atividade-meio (Alta Administração) e a atividade-fim (Política e Estratégia) porque ambas atividades vinculam-se, essencialmente, ao tema central da formulação política e do planejamento estratégico.

SELEÇÃO DAS MATÉRIAS E DOS ASSUNTOS E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARTICULARES E ESPECÍFICOS

a. Tipo de Modelo Curricular

O desenvolvimento dessa fase dos trabalhos exigiu a opção por um tipo de currículo: currículo de matérias isoladas.

Essa decisão decorreu de exigências de diversas naturezas.

Inicialmente, as questões relacionadas à política e à estratégia — e, em decorrência, as administrativas — nos mais altos níveis de decisão, são interdisciplinares, pressupõem a percepção, sob diferentes ópticas, dos fatos envolvidos na situação problemática: seja sob o ponto de vista das Ciências da Administração, seja da Economia,

seja das Relações Internacionais etc.

O domínio, apenas, de uma técnica, de uma metodologia ou de uma doutrina relacionada a esses tipos de questões – políticas e estratégicas de alto nível – não garante, por si mesmo, a eficiência e a eficácia das soluções apresentadas.

O fator subjacente a todo o processo de decisão, de avaliação e de planejamento, nesses níveis, reside no conhecimento dos diversos e múltiplos aspectos inerentes à realidade, que é percebida, analisada e compreendida pela inteligência do homem.

Portanto, a preparação de recursos humanos com as capacitações acima descritas pressupõe a seleção das disciplinas do conhecimento que conduzam à compreensão, mais abrangente e profunda possível, dos diversos aspectos dessa realidade, que configuram o quadro complexo e ambíguo em que as questões políticas e estratégicas se inserem.

Essa exigência conduz à opção por um currículo de matérias isoladas.

Por outro lado, o futuro – sua projeção, seu impacto sobre o presente – está indissoluvelmente relacionado ao processo do planejamento estratégico.

Planejamento, por natureza, a ser implementado em um período de 5 a 20 anos. Essa condição essencial de existir no futuro, própria do planejamento estratégico, exige a considera-

ção de cenários previsíveis e a percepção das prováveis características dos recursos humanos que irão desenvolver, no futuro, as atividades preconizadas no planejamento.

Nesse ponto, é preciso considerar que a aceleração constante do desenvolvimento científico e tecnológico está descrevendo, ao longo dos últimos anos, um cenário extremamente complexo, em que modificações produzem desequilíbrios continuados no processo adaptativo do homem ao seu ambiente físico e cultural. Esses desequilíbrios, muitas vezes, se superpõem pela rapidez com que novos princípios científicos são preconizados e novas tecnologias são implementadas, provocando a necessidade de constante readaptação, ainda mesmo quando não se tinham estabilizado os processos adaptativos anteriores.

Esse fenômeno de “encurtamento”, que antes ocorria em nível das distâncias, seja pela possibilidade de acesso mais rápido às mais longínquas regiões, seja pela rapidez com que as informações transitavam nos grandes espaços geográficos, está agora acontecendo em nível psicológico, exigindo respostas adaptativas mais rápidas, intensas e provisórias.

As normas e os padrões sociais, em decorrência, se tornam mais tênues. As dimensões cognitiva e afetiva do homem sofrem o impacto constante do processo de mudança, condu-

zindo-o à necessidade renovada de atualização em termos de conhecimentos, de valores, de atitudes.

Essas novas contingências produzem conflitos em nível pessoal, no âmbito social, e lançam suas vertentes nas relações internacionais.

Ora, a repercussão desse fenômeno na estrutura – cultural e física – destinada à guerra trará consequências profundas para a doutrina militar, a tecnologia de natureza bélica e, principalmente, para os recursos humanos voltados para o planejamento e para a execução das operações, em seus diversos níveis.

A percepção desse quadro, portanto, torna-se vital para as decisões e os planejamentos, que se produzem nos mais altos níveis da administração da Força Terrestre. A formulação de políticas e o planejamento estratégico não podem deixar de considerar a evidência inexorável dessa realidade.

Mas, o que pode a ação educacional do presente fazer para atender a essas contingências do futuro?

Na verdade, não é possível estudar a ciência e a cultura do futuro, porque simplesmente elas ainda não se produziram. Mesmo que seja possível delinear algumas tendências de evolução, em um esforço prospectivo, ainda assim, não será possível desenvolver um estudo sistematizado nessa área, do mesmo modo que a organização

estruturada das disciplinas do conhecimento humano, já codificadas, permitem, em razão mesma dos seus ajustamentos lógicos, que a própria história do conhecimento produzido tornou exequível. Mas, a História não é o futuro. Portanto, nesse sentido, no campo cognitivo, o compromisso curricular possível será o de propiciar uma razoável compreensão do atual estado da arte nas disciplinas que se relacionam com as questões políticas e estratégicas de alto nível. Base de conhecimento que possibilite acompanhar e compreender as novas teorias, as novas concepções, as novas tecnologias, as novas técnicas, que, certamente, ocorrerão, em uma sucessão cada vez mais rápida, no futuro.

No campo afetivo, por outro lado, tornar-se-á necessário desenvolver atitudes favoráveis à compreensão desse quadro cambiante acima descrito. Talvez aí se situe o espaço mais favorável ao compromisso da ação do presente com o futuro.

De qualquer modo, a consideração da problemática do futuro que, a um só tempo, torna possível e limita as questões políticas e estratégicas, aponta para a aceitação de um currículo de matérias isoladas.

Por outro lado, o exame do sistema de ensino militar permite identificar um perfil educacional do provável estagiário do CPEAEx em que ocorrem algumas carências de conhecimentos nas áreas das disciplinas

relacionadas às questões de política e estratégia de alto nível.

A constatação desse fato indica a necessidade de o Currículo do CPEAEx, no que for possível, em decorrência das limitações impostas pela carga horária disponível, tratar daqueles requisitos, em termos de conteúdos, fundamentais à compreensão dos problemas políticos e estratégicos de alto nível. Essa exigência, também, está a indicar um modelo de estrutura curricular que aborde, isoladamente, as disciplinas do conhecimento humano.

b. Trabalhos Desenvolvidos

A partir do perfil profissional do concludente do CPEAEx, foram selecionadas as disciplinas do Currículo.

Paralelamente, realizou-se um trabalho crítico e comparativo com as disciplinas constitutivas dos currículos do CEMCFA (ESG), do CPEM (EGN) e do CPEA (ECEMAR).

Para seleção dos assuntos e descrição dos objetivos específicos, elaboraram-se, inicialmente, modelos de Planos de Matérias (PLAMA), do seguinte modo:

- com base no perfil profissional do concludente do CPEAEx, identificaram-se assuntos, dentro de cada disciplina, que pudessem conduzir à capacitação exigida para o exercício das tarefas a serem

desenvolvidas pelo diplomado no CPEAEx;

- em seguida, os assuntos foram confrontados com a relação de assuntos estudados no CEMCFA, no CPEM, no CPEA e assuntos abordados em institutos de ensino e de pesquisa estrangeiros, que tratam do tema enfocado;

- selecionaram-se especialistas, de renome nacional, nas diversas disciplinas focalizadas;

- os modelos de PLAMA foram submetidos à crítica dos especialistas acima indicados, que ratificaram ou retificaram as propostas apresentadas;

- as modificações sugeridas foram analisadas em nível da coordenação educacional da Comissão de Planejamento e Implantação do CPEAEx.

Os projetos de PLAMA, elaborados do modo acima descrito, foram submetidos à apreciação de Chefes Militares e de outros especialistas nas disciplinas abordadas, antes de serem apresentados aos escalões superiores, à ECEME, para aprovação.

c. Matérias Curriculares

O currículo do CPEAEx é constituído das seguintes matérias:

- Economia;
- Política;
- Relações Internacionais;
- Ciência e Tecnologia;
- Administração;
- Prospectiva;

- Mobilização e Logística;
- Doutrina Militar;
- Estratégia;
- Conjuntura;
- Política e Planejamento Estratégico da Força Terrestre.

A análise do currículo do Curso permite identificar um conjunto de matérias que tratam de assuntos fundamentais à compreensão das questões relacionadas à formulação de políticas e ao planejamento estratégico. Esses assuntos são abordados dentro da estrutura e da lógica que caracteriza e informa cada disciplina do conhecimento selecionado. Outro conjunto de disciplinas tem um sentido mais instrumental e operativo e está voltado para o estudo de informações, de métodos e de procedimentos que possam capacitar recursos humanos para formulação de políticas e o planejamento estratégico da Força Terrestre. Essa organização proporcionará, inicialmente, ao estagiário, uma base teórica significativa, capaz de capacitá-lo para a compreensão, análise, avaliação e mesmo reformulação dos aspectos metodológicos, que serão enfocados na última metade do desenvolvimento curricular.

A matéria Economia, com a carga horária de 50 horas, abordará alguns conceitos básicos de macroeconomia e de microeconomia. Estudará, também, aspectos conjunturais, tais como: situação econômica internacio-

nal, dívida externa do Brasil e agricultura e abastecimento no Brasil.

A disciplina Política, com 125 horas, enfocará problemas fundamentais da Ciência Política, permitindo estudar, dentre outros, os seguintes aspectos:

- natureza do fenômeno político;
- significado da sociedade política;
- relação Estado/Poder;
- papel do Estado na sociedade contemporânea;
- diferentes regimes políticos contemporâneos;
- processos de participação política;
- evolução política do Brasil.

As Relações Internacionais serão focalizadas em 99 horas, dentro das seguintes Unidades Didáticas:

- relações internacionais contemporâneas;
- a atual situação internacional, com o estudo dos diferentes diálogos e confrontos entre países, bem como das negociações globais que ocorrem, atualmente, no cenário internacional;
- relações econômicas internacionais;
- relações internacionais do Brasil.

A matéria Ciência e Tecnologia será desenvolvida em 68 horas e terá como objetivos capacitar os estagiários a:

- caracterizar o papel que a

Ciência e Tecnologia desempenham no mundo contemporâneo;

- analisar as relações entre a Ciência e a Tecnologia e o Poder Nacional;

- avaliar o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, particularmente nas áreas de interesse da Força Terrestre;

- avaliar as conseqüências, para as relações internacionais, dos níveis diferenciados de desenvolvimento científico e tecnológico dos diversos países;

- avaliar tendências de evolução científica e tecnológica, particularmente nas áreas de interesse da Força Terrestre.

O estudo da Administração será realizado em 113 horas e enfocará, basicamente, as seguintes Unidades Didáticas:

- questões organizacionais;
- questões gerenciais;
- questões de planejamento e orçamento, abordando, fundamentalmente, o planejamento organizacional estratégico, a formulação e a avaliação de políticas públicas, as tentativas de racionalização dos gastos públicos no Brasil, as funções da orçamentação nas organizações governamentais, particularmente, no Exército Brasileiro;

- problemas atuais da administração pública brasileira;

- teorias da administração contemporânea;

- administração do Exército, analisando a estrutura e o funcionamento de diversos órgãos de direção geral, de direção se-

torial e de apoio setorial existentes no Exército Brasileiro.

O estudo de Prospectiva será feito em 48 horas, abordando, basicamente, as principais técnicas de previsão tecnológica e social, a avaliação tecnológica e as mudanças estruturais ocorridas no cenário internacional, nos últimos anos.

A matéria Mobilização e Logística, com a carga horária de 89 horas, focalizará as seguintes Unidades Didáticas:

- conceitos básicos;
- logística militar;
- mobilização nacional;
- mobilização industrial;
- mobilização nas forças singulares.

A disciplina Doutrina Militar tem em vista capacitar o estagiário a caracterizar o atual estágio de desenvolvimento da doutrina militar brasileira e estudará os principais aspectos da doutrina militar das forças singulares e os Sistemas Militares relacionados ao comando, ao controle e à defesa aeroespacial.

Na matéria Estratégia, como já foi dito, serão enfocados aqueles assuntos essenciais à compreensão e à análise dos problemas estratégicos. Desse modo, em 185 horas, serão abordados, dentre outros, os seguintes assuntos:

- conceito e tipos de conflito;
- conceito e formas de guerra;

- evolução do pensamento estratégico;

- estratégias atuais;

- estudos de estratégia comparada;

- crises internacionais e crises internas, focalizando, basicamente, a questão da gerência de crises;

- concepção estratégica brasileira.

Na disciplina Conjuntura, a ser desenvolvida em 211 horas, serão estudados:

- as diferentes políticas de governo;

- aspectos da conjuntura brasileira em diferentes áreas e setores de atividades;

- aspectos das conjunturas regionais do Brasil, nas áreas sob jurisdição dos Grandes Comandos da Força Terrestre.

Para isso, serão realizadas conferências por Ministros de Estados, painéis e debates com especialistas, civis e militares, e viagens a, pelo menos, três diferentes regiões do Brasil.

A matéria Política e Planejamento Estratégico da Força Terrestre é a matéria focal de todo o Curso. Será ministrada em 261 horas e permitirá ao estagiário:

- avaliar o papel que o Exército Brasileiro vem desempenhando na História da Sociedade Brasileira;

- analisar a doutrina de planejamento da ação governamental e a metodologia de planejamento de guerra adotada no Brasil;

- elaborar planos de operações da Força Terrestre do Teatro de Operações Terrestres (FTTOT);

- analisar e empregar a metodologia preconizada no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX);

- avaliar as atividades, os projetos e os estudos desenvolvidos no âmbito do Ministério do Exército, tendo em vista as políticas e os planos em vigor;

- participar da formulação da política e do planejamento estratégico relacionados ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.

OS PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Os procedimentos didáticos a serem utilizados no CPEAEx foram selecionados de acordo com a natureza dos objetivos educacionais e as orientações contidas na Diretriz para o Trabalho de Planejamento e Implantação do CPEAEx, expedida pelo Chefe do DEP.

Assim, serão empregados, para a dinamização do currículo, os seguintes procedimentos que exigem a participação do estagiário:

- discussões dirigidas;

- painel;

- simpósio;

- trabalho em grupo;

- viagem de estudo;

- pequena conferência;

- exercícios de antecipação;

- trabalhos sobre cenários;
- trabalhos com modelos de dupla entrada (*cross-impact*) e extrapolação de tendências;
- mini-Delphos.

Será enfatizada a técnica da pequena conferência, a ser desenvolvida do seguinte modo:

- distribuição, para os estagiários, da referência bibliográfica sobre o tema focalizado;
- preparação, individual ou em grupo, dos estagiários;
- exposição sumária feita por um ou mais especialistas sobre o assunto em estudo;
- debate entre os estagiários e o(s) especialista(s) e/ou alunos entre si (esses debates poderão se desenvolver por mais de uma jornada);
- elaboração, pelos estagiários, de um documento descritivo dos principais aspectos abordados e das conclusões obtidas.

Essas técnicas educacionais, de acordo com uma programação elaborada, tendo em vista o currículo do Curso, serão empregadas sob a orientação de Coordenadores - oficiais integrantes do estado efetivo da ECEME.

Os Coordenadores desempenharão o papel de verdadeiros "mentores" de um grupo, constituído, no máximo, de 10 (dez) estagiários.

As atividades educacionais preconizadas para o Curso procurarão estimular a participação ativa dos estagiários, proporcionando-lhes oportunidades para

debates, discussões e avaliações sobre os diversos temas estudados. De outro lado, será, também, incentivado o esforço de análise prospectiva, tendo em vista desenvolver, nos estagiários, a capacidade de delimitar e extrapolar tendências de acontecimentos - políticos, econômicos, militares e psicosociais.

Dessa forma, o CPEAEx será um espaço institucional com a função educacional básica de preparar recursos humanos, de alto nível, mas, também, produzirá conhecimentos e estudos sobre questões fundamentais relacionadas à política, à estratégia e à alta administração do Exército.

CURSO DE PREPARAÇÃO AO CPEAEx

A natureza das matérias a serem estudadas no CPEAEx exigiram a existência de uma atividade educacional propedêutica ao CPEAEx. O Curso de Preparação ao CPEAEx (CP/CPEAEx) será desenvolvido pelo Sistema de Telensino - ensino a distância, em dois módulos distintos. O Módulo I, que abordará algumas informações fundamentais para o acompanhamento do CPEAEx, será destinado a todos os oficiais a serem matriculados no Curso. O Módulo II, que tratará de assuntos básicos relacionados à estrutura organizacional e à doutrina da Força Terrestre, será

destinado aos oficiais matriculados no CP, que não possuam o Curso de Altos Estudos Militares:

No decorrer do CP/CPEAEx, que terá a duração de 6 (seis) meses, os oficiais selecionados para a matrícula no CPEAEx receberão, em suas Organizações Militares de origem, um conjunto de recursos instrucionais, cuidadosamente elaborados. Esses recursos de ensino, organizados em kits, com a finalidade de promoverem a consecução dos objetivos educacionais estabelecidos, serão distribuídos aos futuros estagiários do CPEAEx, segundo uma programação previamente estabelecida.

Serão abordadas, no CP/CPEAEx, as seguintes matérias:

No Módulo I:

- Filosofia, tratando, basicamente, de teoria do conhecimento e axiologia;

- Economia, que focalizará alguns conceitos básicos;
- Psicologia Social;
- Sociologia;
- Estratégia;
- Política e Planejamento Estratégico da Força Terrestre.

No Módulo II:

- Operações;
- Apoio Administrativo.

O advento do CPEAEx veio, portanto, atender a uma necessidade básica do Exército Brasileiro em recursos humanos altamente capacitados para responder aos desafios impostos pela exigência de modernização e aperfeiçoamento continuados e pelo impacto que, cada vez mais, a percepção do futuro traz nas decisões, de mais alto nível, envolvidas no processo de formulação de políticas e do planejamento estratégico da Força Terrestre.

Cel SYNÉSIO SCOFANO FERNANDES possui os Cursos de Formação de Oficiais, de Técnica de Ensino, de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Chefia e Estado-Maior de Serviços. Foi coordenador do Projeto Currículo, que deu origem à Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos - MERC - adotada pelo Exército Brasileiro, e do Projeto de Produção e Desenvolvimento de Programas- Padrão de Instrução - PRODE/PP. É autor de O Domínio Afetivo na Escola e de Operacionalização de Objetivos Educacionais, obras editadas pela Editora Rio. Atualmente, é Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e exerce, também, as funções de relator e coordenador educacional da Comissão de Planejamento e Implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx).



A INFORMÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO

Fernando de Castro Velloso Filho

O surgimento da informática "obriga a revisão de todas as estruturas e impõe ao homem a adoção de novos métodos de organização e de novos meios de ação".

Neste ensaio, o jovem autor apresenta os principais conceitos a serem observados na administração das empresas, em função do importante e revolucionário instrumento posto à sua disposição.

INTRODUÇÃO

A informática abre nova era no desenvolvimento das civilizações. "Com a informática, diz Robert Galley, o homem encontrou meios de complementar o cérebro como já tinha aprendido a complementar os músculos."

Uma revolução de tal importância obriga a revisão de todas as estruturas e impõe aos homens a adoção de novos métodos de organização e de novos meios de ação.

Compreende-se facilmente que a empresa se tenha tornado um campo de desenvolvimento privilegiado da informática.¹

Ao longo de quase quarenta anos de prática, no entanto, o

emprego do computador tem revelado significativos descompassos entre o desempenho planejado e o desempenho real.

A medida desse grau de variação tem-se constituído, talvez, no critério gerencial mais comum para avaliar o sucesso ou falha de um projeto. Entretanto, não é válido que se compare o desempenho planejado com o desempenho real, sem que se tenha estabelecido, *a priori*, um plano definindo os objetivos a alcançar e os critérios a serem seguidos.

É irrealístico o administrador criticar resultados do departamento de computação de uma empresa sem que suas expectativas tenham sido claramente articuladas no planejamento das ações.

Ironicamente, no entanto, o esforço computacional tem sido visivelmente abandonado nas atividades de planejamento e controle em muitas organizações.⁶

Neste trabalho, abordaremos alguns aspectos pertinentes ao emprego da informática nas empresas, com ênfase em considerações de ordem comportamental. Pretendemos prestar uma contribuição às tarefas de planejamento e controle que, uma vez implementadas, levarão a uma expectativa de maior sucesso no emprego dos computadores.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES A ADMINISTRAÇÃO

a. Da abordagem clássica à abordagem sistêmica

A abordagem clássica, presente no estudo tradicional das organizações, enfatiza o aspecto funcional das empresas. Al destacam-se Taylor e Fayol, como grandes mestres na ciência da Administração.

Entre os princípios gerais de administração, segundo Fayol, está a divisão do trabalho. E a forma de se obter esta divisão consiste na estruturação das organizações, segundo algum critério, com base em determinadas homogeneidades: as funções exercidas, os locais de abrangência ou influência, os processos desenvolvidos, os produtos gerados e/ou fornecidos etc.

Nessa abordagem clássica, o organograma das empresas se preocupa muito em mostrar as divisões do trabalho, exibindo a hierarquia entre as partes; mas essa divisão em departamentos não esclarece bem as relações entre segmentos de mesmo nível hierárquico. Daí a necessidade de regimentos muito detalhados, visando ao melhor esclarecimento dessas relações.

A falta de melhor explicitação a respeito do relacionamento entre departamentos, divisões ou seções — situados em mesmo nível ou não — pertencentes a mais de uma linha hierárquica, fez com que a essa abordagem funcional se seguisse novo tratamento, a concepção neoclássica.

A abordagem neoclássica das organizações enfatiza o relacionamento humano, as relações pessoais no trabalho, o aspecto comportamental das instituições. Essa nova teoria administrativa teve como pioneiro Gary W. Dickson que, na obra *Management and the Worker* (1939), iniciou a discussão da organização sob o ângulo do comportamento das pessoas.

Embora tenha tido o grande mérito de focar, com prioridade, o homem, atentando, inclusive, para a importância dos grupos informais no âmbito das organizações, e de ter criado a dinâmica organizacional, com ênfase especial nos aspectos de liderança interna, a abordagem neoclássica não apresen-

tou soluções para alguns problemas da administração das empresas.

Seguiu-se, então, a abordagem sistêmica. Sob esse enfoque, há preocupação em se dar maior ênfase às inter-relações entre os órgãos; preocupa-se menos com a estratificação estrutural e mais com o aspecto da organização.

É importante realçar que o tratamento sistêmico não pretende invalidar ou substituir as conclusões das outras abordagens; objetiva, apenas, completá-las.³

b. O enfoque sistêmico

Um sistema é um conjunto estruturado ou ordenado de partes ou elementos que se mantêm em interação, isto é, em ação recíproca, na busca da consecução de um ou de vários objetivos. Assim, um sistema se caracteriza, sobretudo, pela influência que cada componente exerce sobre os demais e pela união de todos, no sentido de gerar os resultados ou alcançar objetivo(s) bem definido(s).

A primeira idéia de sistemas, no enfoque científico, nasceu com Newton (1642-1727) quando, ao ver uma maçã cair, descreveu o fenômeno através da relação $[F = ma.]$

Uma formulação da Teoria de Sistemas só apareceu muito mais tarde, com o biólogo alemão Bertalanffy, Ludwig Von (1901-), em 1936.

Na década de 50, surgiu a expressão Abordagem Sistêmica, para caracterizar uma orientação para Gerência e Solução de Problemas.

Na sociedade industrializada, as empresas agigantaram-se em tamanho e complexidade. O sucesso das organizações sempre esteve apoiado na disponibilidade de Informação Apropriada para Tomada de Decisão. É preciso, pois, no contexto atual, a existência de modos de estruturar convenientemente os dados conhecidos, de modo a garantir a recuperação da informação necessária no momento apropriado. Este é o escopo do que passou a ser conhecido como Análise de Sistemas.

Análise de Sistemas é, pois, definida como o processo de analisar, projetar, implementar e avaliar sistemas voltados a fornecer informações que sirvam de apoio às operações e aos processos de tomada de decisão em uma empresa.⁴

Na administração moderna, a empresa é vista como um sistema, no âmbito da qual se desenvolve um sistema de informações, interligando seus três níveis fundamentais: estratégico, tático e operacional. A cada ciclo de informação se completa quando, a partir de dados gerados no nível operacional, tomam-se decisões no nível estratégico e se implementam novas rotinas no nível operacional.

Os componentes da empresa correspondem aos diver-



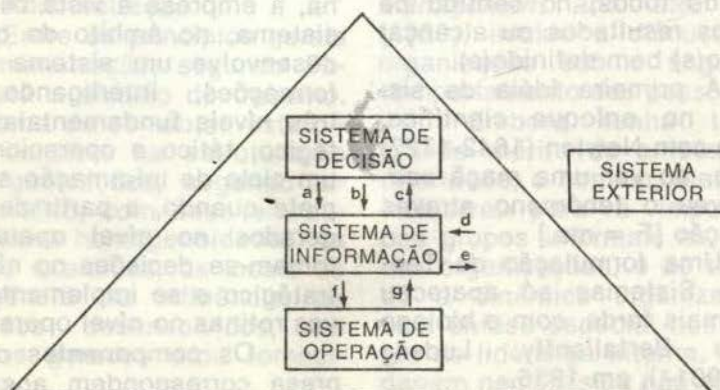
setores que executam as diferentes funções necessárias ao seu funcionamento: aí são desenvolvidos os sistemas aplicativos ou sistemas de informações à administração.

Um sistema de informações à administração é definido como um sistema de pessoas, equipamentos, procedimentos, documentos e comunicações que coleta, valida, transforma, armazena, recupera, apresenta e funciona com base em dados para uso no planejamento, no orçamento, na contabilização,

no controle e em outros processos administrativos para diversas finalidades administrativas.²

c. O ciclo da informação na empresa

O objetivo do sistema de informações numa empresa é o de assegurar ligação dinâmica entre os sistemas de decisão e de operação. Tomando-se por base a ilustração que se segue, podemos explicar sucintamente como se dá o Ciclo da Informação.



(a) O Sistema de Decisão fornece informação ao Sistema de Informação, do Tipo "ORDEM A TRANSMITIR", constituindo-se em decisão que indica ação a realizar; é a mensagem de execução. Exemplo: uma ordem de fabricação; ou uma ordem de serviço.

(b) O mesmo sistema de Decisão transmite ao de Informação "mensagens particulares", destinadas ao próprio Sistema de Informação, indicando, de maneira particular, os trabalhos de análise a efetuar e as transformações que devem sofrer os "modelos de decisões programadas" que são encargos do mesmo que, através do modelo recebido, elabora as mensagens de execução com base nos dados elementares. Exemplo: um modelo matemático de gestão de estoques permite calcular quantidades e datas de pedidos a partir de parâmetros, tais como os custos de armazenagem e aquisição, a frequência média de vendas, a demora do fabricante em entregar a mercadoria, o nível de estoque mínimo etc. O modelo poderá ser diretamente gerido pelo Sistema de Informação sem intervenção do Sistema de Decisão.

(c) Por sua vez, o Sistema de Informação fornece informações ao Sistema de Decisão, constituídas dos próprios dados elementares, em bruto, ou, como mais freqüentemente, mensagens gerenciais elaboradas, com a preocupação de síntese, tanto mais elaboradas na

medida em que o Sistema de Decisão esteja mais alto na estrutura hierárquica.

Essas mensagens gerenciais são a entrada para as decisões não programadas a cargo do Sistema de Decisão. São, por outro lado, o espelho das ações executadas pelo Sistema de Operação, ou indicadores que assinalam o estado desses sistemas. Exemplo: histórico de vendas; indicações de níveis de estoque; situação do caixa etc.

(d) e (g) Sistema de Informação recebe e armazena as informações provenientes do Sistema de Operação ou do exterior. Essas informações são constituídas de dados elementares com utilização múltipla, gerados por eventos internos e externos. Exemplo: pedido de mercadoria de um cliente; comunicação da ausência de um empregado; entrada de certa mercadoria no estoque; fatura de um fornecedor em cobrança bancária etc.

(e) O Sistema de Informação fornece as informações ao exterior, sejam mensagens traduzindo as operações efetuadas com o exterior (exemplo: fatura de venda), sejam mensagens impostas pelo exterior (exemplo: publicação do balanço nas S/A etc.), ou ainda mensagens tentando modificar as relações com o exterior (exemplo: publicidade).

(f) O Sistema de Informação fornece informação ao Sistema de Operação; são mensagens de execução. Essas men-

sagens são obtidas, seja pela análise das ordens recebidas do Sistema de Decisão, seja pela saída direta de decisão programada. (Exemplo: emissão de uma nota de entrega, ou uma ordem de fabricação etc).

É importante ressaltar que, no instante em que o Sistema de Direção emite uma ordem ou decisão, o estado do sistema controlado pode não ser mais aquele observado e transmitido.

Este fato é, realmente, de suma importância, uma vez que pode haver o caso de o sistema ser realimentado por uma ordem que não seja conseqüente da observação do seu estado atual. Como conseqüência, verifica-se que o ciclo de informação deve ter a menor duração possível.

Avulta, então, a importância da utilização do computador. Capazes de realimentar operações em tempo muito curto, os computadores permitem, hoje, o controle de quaisquer sistemas, com alto grau de precisão.⁴

d. O emprego do computador

Informática é informação automática. Esse termo foi adotado oficialmente pela primeira vez pela Academia Francesa, em abril de 1966. Trata-se da combinação de dois vocábulos que nomeiam procedimentos que se agigantaram: processamento da informação e mecanografia.

A informática pressupõe uma mecanização integral (automação) do processamento da informação.

Compreende-se facilmente que a empresa se tenha tornado um campo de desenvolvimento privilegiado da informática. Há muito tempo, as empresas buscavam a aplicação de meios automáticos de cálculo para resolver os problemas administrativos.

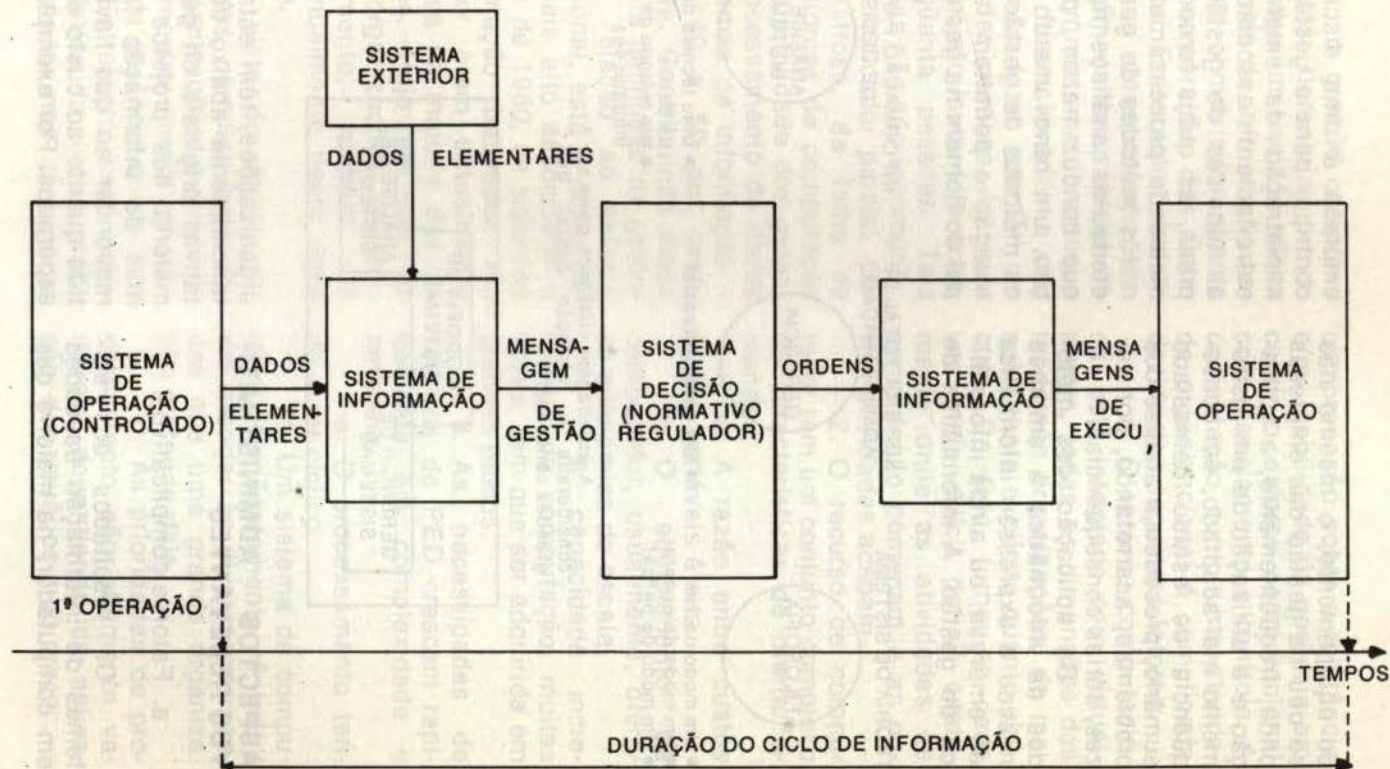
Importa reafirmar e ressaltar três aspectos essenciais ligados ao emprego da informática nas gestões das empresas:

I) A empresa é um centro autônomo de decisões fundadas sobre o processamento de um grande número de informações internas e externas. Sua gestão e sua administração aplicam várias disciplinas e técnicas que exigem o recurso de processamento muito complexo. A Informática constitui contribuição fundamental à resolução de problemas de gestão.

II) A utilização dos computadores eletrônicos na organização e na gestão das empresas progrediu rapidamente, devido ao aumento da capacidade de armazenamento das informações, já que, nesses casos, o número de dados a processar é sempre considerável.

III) Se nos domínios técnico e científico, que foram os primeiros campos de aplicação dos computadores, o conhecimento dos problemas e a elaboração dos métodos precederam, indiscutivelmente, a colocação

**A INFORMAÇÃO VAI DO NÍVEL OPERACIONAL AO ESTRATÉGICO;
A RESPOSTA RETORNA AO NÍVEL OPERACIONAL COMPLETANDO O CICLO.**



do equipamento, o mesmo não se deu na gestão das empresas onde, freqüentemente, a aplicação e a utilização de um instrumento mal-adaptado, em consequência de estudo demasiado sumário, precedeu a análise dos problemas, acarretando, por vezes, sérias consequências.

Da aplicação dos métodos da informática à empresa nasceu a expressão informática de empresa, ou ainda informática de gestão. A informática de

empresa é uma disciplina que contribui para a gestão e a administração da empresa. Está estreitamente associada a todas as técnicas de gestão da empresa, às quais fornece não só meios de processamento, como novos métodos de gestão. Com efeito, as análises rigorosas a que conduz trazem, por retroação, um renovamento de todos os métodos de gestão, de organização e permitem rever o papel do homem na gestão.¹

TEORIA DE SISTEMA



- Um modo de ver
- Um modo de encarar
- Um modo de pensar

SISTEMA TOTAL DE ADMINISTRAÇÃO



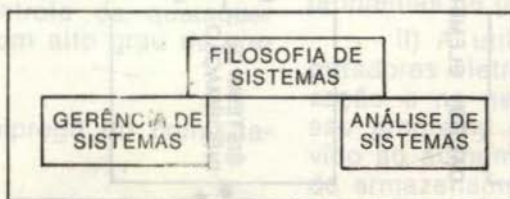
- Um estilo gerencial

INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO



- Uma técnica de tratamento de dados
- Um método de prover informações

A abordagem sistêmica pode ser considerada a interação desses três grandes conceitos:



ASPECTOS ADMINISTRATIVOS RELEVANTES

a. Fatores complicativos

Os resultados dos sistemas de informação baseados em computador, na maioria das

organizações, têm estado substancialmente abaixo das expectativas originais da gerência. A maioria dos projetos de sistemas de informação falhou em responder ao que havia prometido quanto ao custo e/ou prazo esperados. Por exemplo, Weyerl-

lauser Co., o grande complexo de produtos florestais, provavelmente deu um uso tão eficaz aos sistemas de informação baseados em computador quanto qualquer corporação dos Estados Unidos. Entretanto, eles tiveram seus desapontamentos. Quando começaram a desenvolver um novo sistema de estoque em linha, foram levados a crer que poderiam fazer isso em um ano, com dez pessoas. Ao invés disso, o projeto levou três anos, com cinquenta pessoas. Tais experiências não são incomuns.

Um indicador parcial, porém desastroso, da falha de muitos esforços de computação é a alta rotatividade dos gerentes de processamento de dados e de sistemas de informação — cerca de 40 a 50 por cento anualmente. Contribuindo ainda mais para a desilusão da gerência, com relação ao esforço computacional, está o custo cada vez mais alto associado a ele. Antes de 1960, os sistemas de informação baseados em computador eram virtualmente inexistentes na maioria das organizações. Hoje em dia, as grandes organizações gastam, freqüentemente, milhões de dólares anualmente nesta nova tecnologia.

Em vista do esmagador impacto dos computadores sobre as organizações, é alarmante vê-los receber menor atenção de parte da gerência que outras funções. Entretanto, uma análise mais detida da singularidade do computador nos dá alguma

compreensão sobre a relutância e/ou inabilidade da gerência em cobrir o esforço computacional com planejamento e controle. A computação como uma atividade organizacional é complicada devido aos seguintes fatores:

1. O recurso computacional está integrado com, virtualmente, todas as dimensões das modernas organizações, de maneira tanto explícita quanto obscura. De fato, tornou-se cada vez mais difícil definir exatamente onde as atividades de computação começam e as outras atividades acabam.

2. O recurso de computador tem um conjunto complexo de características de oferta/demanda:

- a. A razão entre custos fixos e variáveis é alta.

- b. O equipamento de computador, usualmente, oferece economias de escala.

- c. A capacidade incremental de computação, muitas vezes, tem que ser adquirida em grandes blocos.

- d. As necessidades de serviços de PED crescem rapidamente em complexidade e tamanho.

- e. O processamento tende a ser cíclico.

- f. Um sistema de computador, freqüentemente, é inábil em atender às diversas demandas que uma grande organização pretende dele.

- g. As prioridades de processamento são altamente variáveis, dependendo da aplicação, dos usuários e do prazo.

3. A tecnologia do computador é extremamente dinâmica e está mudando a uma taxa acelerada. A viabilidade econômica e técnica das novas aplicações de computador está se aperfeiçoando continuamente, resultando numa proliferação de aplicações adicionais de computador.

4. O pessoal especializado cria uma considerável incerteza. Os requerimentos de pessoal são, muitas vezes, tão dinâmicos quanto a própria indústria de computação. Habilidades e experiência altamente valorizadas há dez anos podem ser obsoletas e mesmo potencialmente prejudiciais hoje em dia.⁶

b. Alguns aspectos relevantes

Diante desse quadro, desprende-se que alguns aspectos precisam ser considerados com muita atenção, pelo administrador, ao implantar a informática na gestão de sua empresa.

O planejamento e controle dos sistemas de informação dizem respeito à seleção de projetos, gerência de projetos, gerência de operações e controle de custos. No desempenho de cada uma destas funções, a gerência deve considerar as propriedades dos projetos propriamente, em termos dos custos e benefícios visíveis ou não; seus graus de estruturação, estabilidade tecnológica e tamanho; a necessidade de haver controle de processamento e

documentação; e a necessidade de controlar os custos. Levar a termo estas funções não é um esforço trivial. Acima de tudo, requer uma alta gerência interessada, envolvida e que dê apoio.

A localização da função de processamento de dados dentro da organização é um aspecto-chave do planejamento e controle. Os graus de centralização e descentralização das operações do computador, análise de sistemas e programação são variáveis que devem ser resolvidas com base nas necessidades e requerimentos da organização. O esforço computacional deve ter uma localização dentro da organização, de tal forma, que possa servir a todos os usuários dos sistemas de informação e ter uma posição suficientemente importante para influenciar adequadamente a coordenação e integração do desenvolvimento das aplicações.

A gerência, frequentemente, considera e implementa sistemas de distribuição de custeio que fazem com que os departamentos dos usuários arcuem com as despesas do desenvolvimento e/ou operação de seus respectivos sistemas de informação. Pesquisas feitas indicam que estes sistemas de distribuição de custeio, de fato, fazem com que os usuários se tornem mais cômicos dos custos, resultando num melhor planejamento e controle dos sistemas de informação. Além disso,

os usuários apresentam atitudes mais positivas quanto aos serviços de informação que recebem, quando estão pagando por eles e têm mais controle sobre os mesmos.

Outra pesquisa indica que os objetivos de controlar os custos e melhorar as atitudes dos usuários podem ser atingidos por outros meios. Por exemplo, pode ser usado um comitê diretivo da alta gerência para alocar recursos de computação. Quando o usuário sabe que todos os projetos são revistos e aprovados pela alta gerência, eles tendem a apresentar o mesmo comportamento consciencioso de quando pagam pelos serviços. Esta abordagem tem a vantagem de assegurar uma melhor coordenação e integração dos projetos de sistemas de informação, devido aos esforços de coordenação e integração da alta gerência. Esta coordenação e integração pode ser mais difícil de se conseguir quando os usuários funcionam como "agentes de compra" de informação independentes.

O fato de ambas as abordagens conseguirem custos controlados e melhoria nas atitudes dos usuários indica que o aspecto-chave para se controlar custos e melhorar as atitudes dos usuários é envolver a alta gerência e tornar os usuários mais conscientes dos custos.⁶

c. Considerações comportamentais

É no aspecto da importância que deve ser conferida ao

homem, na preparação e implantação de um sistema informatizado de gestão, que se concentra o foco principal deste trabalho.

A informática, por se tratar de uma verdadeira revolução, modifica o quadro tradicional da empresa, transformando as técnicas, os métodos e os meios de comunicação. Por isto, é normal verificarmos, ante sua presença, todas as manifestações tradicionais da resistência do homem às inovações. Uma empresa é uma entidade jurídica, econômica e financeira mas, sobretudo, é uma coletividade humana. Seu objetivo é, em regra geral, o lucro, mas, além disso, sua finalidade coletiva é a melhoria das condições da vida social.

(1) Importância da motivação

A simplificação dos trabalhos, em consequência das novas ferramentas disponíveis, deve ser fator de libertação. Mas para isso é necessário que os homens a queiram adotar e dêem sua plena adesão ao novo quadro de atividades que a informática impõe. Este objetivo só pode ser atingido de uma forma: não esquecer, um só momento, a informação e a formação do conjunto do pessoal.¹

Nos processos de informatização, a meta é levar a empresa a:

- substituir arquivos físicos por arquivos eletrônicos;
- substituir procedimen-

tos convencionais por rotinas apoiadas em máquinas;

- criar condições de acesso fácil e rápido a qualquer informação;

- criar condições de transferir, eletronicamente, a informação.

Toda a organização deve ser preparada para receber a automação e habituar-se a conviver com ela. Devem ser favorecidos meios para que cada indivíduo considere, no que lhe compete, cada equipamento fácil de entender e simples de ser operado

A capacidade de colaboração individual só pode ser incrementada se forem dadas ferramentas adequadas às diversas atividades a serem realizadas.

Em processos de automação não tem sido pouco comum que se considerem os indivíduos como conglomerado humano a que se reservam missões. Nada mais errado, uma vez que é a cada indivíduo que caberá aprender, mudar, decidir e, enfim, fazer o melhor uso da moderna tecnologia.

Focalize-se cada homem. Dê-se a ele o máximo de atenção. O fruto será a maximização de sua criatividade, responsabilidade e motivação.

Portanto, os seguintes fatores essenciais devem ser:

- Perseguidos como metas básicas:

- satisfação

- motivação

- Considerados com muito critério:

- diferenças individuais

- Colocados à disposição do pessoal:

- ensinamentos adequados

- meios que auxiliem o desempenho.⁵

(2) Reações disfuncionais

Além dos analistas, programadores e demais técnicos, diretamente envolvidos no desenvolvimento e apoio aos sistemas de informações em implantação, há a considerar, na empresa, três outros grupos que participam e/ou são afetados pelo processo:

Pessoal de operação - inclui todo o pessoal não gerencial da organização, exceto aqueles classificados como pessoal técnico.

Gerência - inclui pessoal de posições que variam desde supervisor de primeira linha até média gerência, inclusive.

Alta gerência - inclui os executivos chefes da organização. O presidente e os vice-presidentes estão neste grupo.

As formas mais comuns de reação disfuncional aos sistemas são as seguintes:

Agressão - Este comportamento representa ataques (físicos ou não) com a intenção de perturbar ou destruir o sistema. O comportamento agressivo mais dramático é a sabotagem. O comportamento menos dramático e mais comum ocorre na forma de uma tentativa de "ven-

cer o sistema" ou perturbá-lo, sendo mais esperto que ele.

À medida que a tecnologia de computador começou a ser usada pelas organizações, muito foi dito e escrito sobre o desemprego de gerentes. Pareceu a muitos que a habilidade do computador para processar grandes volumes de dados e gerar soluções reduziria ou eliminaria a necessidade da gerência de operações. Compreensivelmente, os gerentes de operações eram, e muitas vezes ainda são, ameaçados pelo computador. Não é tão surpreendente que os gerentes de operações, freqüentemente, apresentem as três formas de comportamento disfuncional: agressão, projeção e fuga.

O computador pode tomar (e toma) um grande número de decisões anteriormente tomadas pelos gerentes de operações. Ele é bastante eficiente na tomada de decisões programadas com relação a problemas altamente definidos e estruturados. Entretanto, o computador não substitui os gerentes de operações. Ao contrário, estes gerentes foram liberados para conduzir problemas muito mais complicados e menos estruturados, criados por processos organizacionais mais complicados. Este padrão está apto a continuar. Portanto, a necessidade de gerentes de operações, com habilidades ainda maiores, ainda existe.

Entretanto, permanece o fato de que os gerentes de ope-

rações continuam a experimentar ansiedade quando novos sistemas de informação são desenvolvidos e postos em operação. Freqüentemente, é requerido deles que aceitem mudanças no conteúdo do trabalho, enquanto o computador assume tarefas de rotina. Para minimizar o comportamento disfuncional resultante destas circunstâncias, a alta gerência deve se abrir sobre as mudanças que virão e incluir a gerência de operações no projeto de novos sistemas de informação. Somente a alta gerência pode salientar convincentemente que os gerentes de operações desempenharão um papel mais desafiador e importante na organização, muito embora algumas de suas atividades de tomada de decisão sejam passadas para o computador.

Diretrizes Gerais

A discussão precedente tratou das diretrizes para minimizar o comportamento disfuncional dentro de cada grupo de comportamento. Um poucas diretrizes para minimizar comportamento disfuncional se aplicam a todos os grupos de comportamento. Estas diretrizes estão listadas abaixo.

1. Os sistemas de informação devem ser inteiramente testados e validados antes da implementação. Um sistema funcionando mal pode gerar comportamento indesejável da parte de todo o pessoal.

2. A programação do desenvolvimento e implementação deve ser realística. Se o pessoal for empurrado para dentro de um novo sistema, é provável que haja problemas e reações negativas.

3. Deve-se empenhar pela clareza dos sistemas, mantendo-os tão simples quanto possível, fornecendo treinamento adequado e projetando saídas dos sistemas que se ajustem às necessidades dos usuários. A falta de clareza dos sistemas encoraja o pessoal a manter seus próprios (privativos) sistemas de informação manuais, porque tem medo de usar ou depender dos sistemas de informação baseados em computador.

4. Quaisquer mudanças no conteúdo do trabalho, resultante de novos sistemas de informação, devem ser reconhecidas e ajustadas. Em particular, as avaliações do desempenho do trabalho e os sistemas de recompensa que o acompanham devem ser modificados para refletir as mudanças no trabalho.⁶

CONCLUSÃO

A introdução da informática na administração das empresas, processo irreversível e posto em prática em acelerado ritmo, acarreta a utilização de novos métodos de gestão, ao tempo em que propicia a otimização do funcionamento e do desenvolvimento das organizações. Os novos métodos utilizados agem,

indiretamente, na melhoria das redes de informação e de suas conexões.

Alguns aspectos ligados ao emprego do computador, nessas gestões, precisam, no entanto, ser considerados pelo administrador em suas atividades de planejamento, sob o risco de — em assim não procedendo — levar a sua empresa a um desempenho muito aquém de sua expectativa, com irreparáveis perdas.

Um dos segmentos que deve merecer atenção especial é o que se refere à adequada preparação dos recursos humanos.

Exposições, presença em seminários selecionados e sérios, visitas a empresas experimentadas, contatos com fabricantes de equipamentos são meios que permitem a preparação intelectual, operativa e psicológica dos diversos quadros da empresa.

Já que a informática é uma revolução, é necessário admitir que a criação de um estado de espírito favorável é trabalho lento e difícil.

Afinal, jamais deveremos esquecer que as construções técnicas da informática, mesmo as mais perfeitas, não estarão livres de um desastre se a adesão do homem não for assegurada. Não é a máquina que governa o homem, mas é da ação do homem que resulta o funcionamento harmonioso das máquinas, para que delas possa a humanidade tirar maior proveito.¹

BIBLIOGRAFIA

1. CONSO, Pierre e POULAIN, Pierre. *Informática na Administração*. Tradução de Reinaldo Leite Paes Barreto. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1972, 214 p.
2. EIN-DOR, Phillip e SEGEN, Eli. *Administração de Sistemas de Informação*. Tradução de Marina Cunha Brenner. 2ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1985, 176 p.
3. MATTOS, João Metello de. *A Sociedade do Conhecimento*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982, 512 p.
4. VELLOSO, Fernando de Castro. *Informática: uma introdução*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1987. 264 p.
5. VELLOSO, Fernando de Castro. *Automação de Escritórios*. Brasília, FUNCEP, 1985. 34 p.
6. WETHERBE, James C. *Análise de Sistemas para sistemas de informação por computador*. Tradução de Helena Lindenberg Lemos. Rio de Janeiro, Campus, 1984. 280 p.



FERNANDO DE CASTRO VELLOSO FILHO, nascido em 22 de dezembro de 1969, no Rio de Janeiro. Universitário matriculado em Engenharia Civil na UCG. Cursa Engenharia Florestal na UnB, Matemática no CEUB e Administração na Faculdade Católica. Realizou seus estudos de 1º e 2º graus no Colégio Militar de Brasília, onde se destacou como tenente-aluno, classificando-se entre os dez primeiros colocados no Curso de Formação de Reservistas e distinguido com a assinatura do Livro de Ouro, por excelente conduta ao longo de todo o curso. Possui o Curso de Conceitos de Processamentos de Dados e Microcomputadores, ministrado pela Diretoria de Informática do Exército, com menção MB.



QUESTÃO AGRÁRIA: O ESTATUTO DA TERRA - Uma sistemática do processo reformista

Pedro Montenegro Barbosa

Este é mais um artigo elucidativo da questão agrária, transcrito da revista "Cultura e Fé", do "Instituto de Desenvolvimento Cultural" (edição abril-junho de 1987) e assinado por Pedro Montenegro Barbosa.

Desta feita, o autor se ocupa, com a clarividência costumeira, do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.64), sobre o qual se expressa:

"Passados já 23 anos, desde a promulgação do Estatuto da Terra, cabe uma reflexão em torno da lei que veio, acima de tudo, para reestruturar todo o sistema agrário brasileiro, não apenas para reformulá-lo, mas, também, para traçar uma política desenvolvimentista, conforme o seu próprio texto expressa."

A gritante distorção agrária, que os dados cadastrais do INCRA revelam, levou o Brasil, juntamente com os demais países da América Latina, a assinar a Carta de Punta de Leste, em 1962. Carta que em seu Título Primeiro, art. 6º, dispõe que as Repúblicas Americanas procurarão:

"Impulsionar, respeitando as peculiaridades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sis-

tema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização, distribuição de seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base de sua estabilidade econômica, fundamento de seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade".

O Brasil, ao assinar esse compromisso internacional, reconhecia a necessidade de reformular o seu sistema agrário, através de "reforma agrária integral", como nele se consigna, de forma a proporcionar aos agricultores estabilidade econômica, progressivo bem-estar e garantia de liberdade e dignidade.

E a realidade nacional – desde então constatada e profundamente analisada – reclamava uma substancial modificação em sua estrutura agrária. E tal realidade era bem conhecida por aqueles que vieram a elaborar o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), para o novo Governo que se instalara no país em 1964.

Essa realidade vinha desnudada na Mensagem nº 33 com a qual o Governo Revolucionário enviava o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, para que fosse aprovado e promulgado.

Além de sublinhar o mal histórico que lanceava o agrobrazileiro – o latifundismo e o minifundismo – o Poder Público confessava que cerca de 50% do contingente demográfico ativo

na agricultura, representado pela massa assalariada dos "sem-terra", estava alijado dos benefícios do nosso progresso, formando um "vazio sócio-econômico" tremendamente mais sério que os nossos vazios geográficos (Mensagem nº 33).

Esse quadro sombrio vinha completar-se pela precariedade das condições existentes no meio agrário: elevada percentagem da população dependente da atividade agrícola; níveis de tecnologia e de mecanização bastante reduzidos; pequena área cultivada por trabalhador ocupado; condições de vida das mais precárias no que se refere a habitação, educação e nível sanitário. Por isso mesmo – ressaltava a Mensagem nº 33 – "é reduzidíssima a produtividade e rentabilidade *per capita* no meio rural brasileiro".

E mais. Uma importante faceta a tornar ainda mais aguda a situação do atraso agrícola do país era salientada pelo Poder Público na Mensagem, com observações ainda plenamente atuais – a crescente industrialização do país e sua urbanização acelerada. Toda essa população, absorvida no trabalho urbano, passava a exigir, cada vez mais, suprimento de alimentos, "demandando uma organização mais sistematizada da sua produção, transporte e distribuição". E mais uma colocação incontestável destaca a Mensagem: "De outra parte a própria ampliação da produção industrial gera a necessidade de alar-

gamento do mercado consumidor, o que quer dizer – a incorporação de novos contingentes de população ao consumo dos produtos industriais, o que será possível pela elevação dos padrões econômicos da população rural” (Mensagem nº 33).

Em virtude dessa inarredável interdependência entre o setor rural e o urbano – que é contingência do próprio desenvolvimento econômico – mais imperativa ainda se torna uma Política Agrária, científica, racional e abrangente, que se traduza nessa “Política de Desenvolvimento Econômico”, que é procurada e mencionada no Estatuto da Terra como seu objetivo fundamental.

Passados já 23 anos, desde a promulgação do Estatuto da Terra, cabe uma reflexão em torno desta Lei que veio, acima de tudo, para reestruturar todo o sistema agrário brasileiro, não apenas para reformá-lo, mas, também, para traçar uma política agrícola desenvolvimentista, conforme o seu próprio texto expressa.

Ele chegou num momento crucial da nação, sedenta de reformas e de novos caminhos. Traçou no Documento de sua motivação – a Mensagem nº 33 – o retrato fiel e contundente da realidade agrária brasileira. Sem rodeios, sem mistificações. Trouxe dados e colocou fatos sobre a patologia de nossa estrutura agrária, que ainda hoje,

infelizmente, está aí, clamando por uma cirurgia de urgência.

No entanto, passadas mais de duas décadas, a Reforma Agrária não se fez. Excetuando-se algumas regiões mais desenvolvidas do Brasil, onde se pratica uma agricultura moderna e empresarial de alta rentabilidade e voltada também para a exportação, os males apontados na Mensagem nº 33 continuam a existir: o latifúndio e o minifúndio, a deficiência de assistência técnica e de maquinário suficiente de transporte, de armazenagem e de comercialização dos produtos agrícolas, a permanência do atraso e da pobreza.

Os latifúndios parece que cresceram em número e tamanho. Os minifúndios se estiolaram ainda mais, com o aumento populacional em suas áreas. E o êxodo rural, como consequência, cresceu assustadoramente, inchando as cidades, especialmente as maiores, de população marginalizada. O campo problematizado passou a expulsar para o setor urbano os seus agricultores empobrecidos. E o resultado é o que se vê: incapazes de fornecer trabalho para essa massa de mão-de-obra migrante, as cidades sofrem pressões sociais avassaladoras. Não têm habitações, nem meios de transporte, nem redes sanitárias, nem escolas, nem serviços de saúde suficientes para todos. E os tugúrios miseráveis que se multiplicam por toda parte – condições subumanas de vida –

são bem o retrato de uma política e de uma administração que até hoje ainda não firmou o passo na solução desse grande problema econômico e social de nosso país.

O contingente dos "sem-terra" agigantou-se. Uns o dão como sendo mais de dez milhões. Outros, um pouco menos. Não se sabe quantos exatamente, diante da inexatidão dos censos estatísticos que temos. E, diante do clamor dessas multidões e dos segmentos sociais, políticos e, mesmo, de setores destacados da Igreja, que reclamam com impaciência pela esperada Reforma Agrária, o Governo da Nova República busca executá-la, na medida do possível. E, depois de algumas hesitações, traça, através do Ministério da Reforma Agrária, um Plano Nacional de Reforma Agrária, onde busca compatibilizar o anseio dos agricultores com os limites de recursos disponíveis e as resistências emergentes de alguns setores inconformados do mundo rural.

Houve algumas desapropriações de terras um tanto tímidas, em alguns dos estados brasileiros, visando a assentar algumas centenas de famílias de rurícolas. Como era de se esperar, esses atos de desapropriação, revelando a decisão política de realizar a reforma, levantaram forte oposição entre aqueles que se sentem ameaçados por ela e, por isso, a repudiam.

E o impulso reformista, inicialmente tão vibrante, desfale-

ceu nestes últimos meses. Não se sabe se em razão de pressões das forças de resistência, econômica e politicamente poderosas, ou devido a vicissitudes administrativas e financeiras do Governo. Na verdade, o que se nota é que não se fala mais, como antes, no âmbito governamental, de reforma agrária. E, ao que se vê, a preocupante crise econômica que abala o país, aliando-se ao confuso panorama do embate político e a turbulências das greves e conflitos, desencadeados pelas organizações sindicais, não têm oferecido clima nem tranquilidade para o prosseguimento do processo reformista agrário.

Estamos numa fase de trégua quanto ao problema agrário, é inegável. Mas isso não quer dizer, assim acredito, que o Governo atual não esteja disposto a levar avante a reforma agrária. Acontece que uma modificação estrutural profunda do sistema agrário não é nada fácil. Como antes já assinalamos, uma reforma agrária, para ser integral e ampla como deve ser, mexe com os mais diversos setores econômicos, sociais e políticos da nação. Sendo, como é, a mais básica de todas, ela atinge as raízes seculares do sistema sócio-político. Mexe com o direito de propriedade e posse da terra. Mexe com as finanças e o orçamento público. Mexe com os recursos humanos e tecnológicos. Mexe com estradas e transporte e toda uma infraestrutura necessária. Mexe com

leis e o aparelhamento judicial. Mexe com uma inevitável burocracia estatal. Mexe com privilégios, hábitos e resistências antigas; e toda uma gama de interesses e, até mesmo, de paixões, que acontecimentos recentes do país revelaram – indevidas e ilegítimas invasões de terra de um lado, e, de outro lado, exaltadas e incabíveis reações armadas, que descambaram em homicídios e atentados lastimáveis.

Os Três Momentos Decisivos da Reforma

Explicitada a diagnose da patologia agrária – e tal foi feito pelas pesquisas e levantamentos feitos sobre o sistema agrário brasileiro (como consta da Mensagem nº 33, do E.T.) e demais indagações e censos que se espelham nos levantamentos e registros cadastrais do INCRA – três momentos importantes e decisivos marcam o processo reformista da estrutura agrária.

O primeiro deles é o que diz respeito à formulação e ao disciplinamento jurídico da reforma. Dentro da opção democrática, a promulgação da Lei, que irá reger todo o processo, é fundamental. Entre nós é a Lei nº 4.504, de 30/11/64, o Estatuto da Terra, que veio para realizar a Reforma Agrária em nosso país.

E essa lei é de uma importância fundamental, pois será o instrumento basilar de realização da reforma. Nela se fixa a

dimensão e o alcance, a profundidade e os limites do processo reformista. Nela se inscreve a filosofia e as linhas programáticas da ação do Estado na concretização da reforma. E dentro dela se vai circunscrever todo o plano e todas as atividades do Governo em sua execução.

O segundo momento marcante da reforma é o seu Planejamento. Uma reforma agrária não se faz de improviso ou “na marra”, como muita gente pensa. Ela representa uma complexa operação administrativa, como se acentuou, envolvendo bens, questões, fatores e interesses, e, também, diversificadas atividades de muitos departamentos do Poder Público e mesmo da área privada, a serem ordenados e dinamizados dentro de uma planificação adequada e cuidada.

Mesmo a mais simples das reformas não pode prescindir de uma planificação racionalizada e bem orientada, sob pena de fracasso. E, se em países pequenos e mais desenvolvidos e organizados, ela não foi fácil, muito menos o será num país continente como é o Brasil, diversificado por marcantes diferenças geográficas, climáticas, culturais e sócio-econômicas nas diversas regiões que o compõem.

O planejamento é a espinha dorsal de uma reforma. E ela deverá preceder sempre o terceiro momento do processo reformista – a execução. Não se poderá executar jamais uma efi-

ciente e justa reforma agrária sem um planejamento acurado e competente de todos os seus desdobramentos, suas implicações econômicas, financeiras, jurídicas e administrativas.

O Prof. e Agrônomo José Emilio de Araújo, quando observa que, de algumas décadas para cá, o "Planejamento é visto como um ramo do conhecimento humano que permite racionalizar e coordenar a política do desenvolvimento mediante o uso dos instrumentos mais eficientes", tem inteira razão. No Estado moderno não se poderá mais prescindir do planejamento como instrumento de viabilização das ações governamentais, especialmente daquelas que impliquem repercussões abrangentes e profundas das estruturas sócio-econômicas, como é o caso da Reforma Agrária.

Dentro da visão do Prof. Araújo, externada em seu trabalho "O Planejamento da Reforma Agrária", quando Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA (publicado na Rev. "Desarrollo Rural en Las Américas", 1971, vol. III), o planejamento da reforma agrária passa pelas seguintes etapas: 1) a determinação dos objetivos, para definir globalmente o que se deseja alcançar com o processo; 2) o diagnóstico, ou seja, o inventário dos problemas e dos recursos da situação existente no momento em que se analisa o processo; 3) a programação, que busca fixar metas e caminhos

para alcançar os objetivos e prevê a implementação das metas fixadas; 4) a execução do processo, que ocorre quando se toma a atividade programada e se realiza no terreno; 5) a etapa da avaliação, em que se busca relacionar o que foi planejado com o executado, a fim de verificar a ação realizada, o que falta fazer, e que alterações se devem introduzir, para que finalmente sejam alcançados os objetivos.

Araújo, como se vê, coloca em primeiro lugar entre as exigências do planejamento os objetivos a serem alcançados. Sem dúvida, já no estatuto jurídico que deverá normatizar a Reforma, os objetivos fundamentais deverão constar, marcando a filosofia de ação e a linha programática dos projetos que serão concretizados.

Isso fez o Brasil, e corretamente, inscrevendo no Estatuto da Terra, em seu Título II, art. 16:

"A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio".

Os objetivos centrais do processo reformista estão aí bem assinalados: 1) promoção da justiça social; 2) o progresso e o bem-estar do trabalhador rural; 3) o desenvolvimento eco-

nômico do país e 4) a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

O Estatuto da Terra, como se vê, coloca aí, de forma sintética e, apenas, com expressões diferentes e diversas ordens de prioridades, o que o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), pela voz de seu Diretor Geral, destacava no seu artigo anteriormente citado, como objetivos gerais da Reforma Agrária. E que são:

a) *Objetivos econômicos*: um maior crescimento econômico, um incremento da renda total do país por aumento de produção e possível aumento da produtividade; uma maior fonte de emprego; mais consumo de produtos industrializados e de produtos agropecuários; o uso racional do solo e da água e a conservação dos recursos naturais;

b) *Objetivos sociais*: maior igualdade social; uma melhor distribuição da renda entre a população; uma promoção de melhores níveis de vida; acesso à propriedade dos recursos para buscar uma redistribuição menos desigual de ingressos; um melhor *status*; um subsídio à população camponesa; assistência ao camponato pobre sem propriedade etc.

c) *Objetivos políticos*: redução do poder dos "terratenientes" (latifundiários, aqui para nós); maior igualdade política na aplicação da justiça; eliminação da propriedade de estrangeiros; possibilidade de desenvolvimen-

to das organizações camponesas e comunitárias.

Entre os objetivos econômicos, acima assinalados, é de suma importância o que se refere à contribuição da Reforma Agrária para a criação e multiplicação de empregos. Os técnicos que têm estudado o assunto são unânimes em afirmar que um emprego criado por uma reforma agrária é de mais baixo custo do que outro realizado nos demais setores da economia. E isso porque uma reforma pode ser realizada com metas de renda *per capita* pouco ambiciosas e com inversões reduzidas.

Assim sendo, se se fizer uma massiva Reforma Agrária; estaremos fazendo, de outra parte, massiva criação de empregos, o que, sem dúvida, é um passo de grande alcance econômico e social em países como o Brasil, onde a demanda de empregos atinge anualmente mais de um milhão de pessoas.

O terceiro momento da Reforma Agrária, anteriormente mencionado, é o de sua *Execução*. É o seu momento mais delicado e, também, o mais crucial. Dentro de um entendimento mais lato, poder-se-ia entender que a execução de uma reforma já começa com a decisão política de realizá-la, expressa no estatuto jurídico que a vem normatizar. Este já seria o primeiro gesto concreto de sua efetivação – a modificação institucional no tecido jurídico-político. O Planejamento, como estudo da realidade agrária e de

proposição de objetivos e metas, cientificamente programadas, já seria, também, um segundo desdobramento, do processo executivo. E o trabalho de campo, se assim se pode chamar a ação do órgão executor no concreto estrutural, seria, então, o último ato do processo reformista.

Entretanto, quando falo aqui de *Execução da Reforma Agrária*, penso numa definição mais restrita. Limito essa execução a uma providência governamental que se exprime em dois lances: a *explicitação* de um *Plano*, definido e objetivo, dimensionando programas de metas e ação, especificando recursos para a efetivação da reforma e o *desencadeamento concreto das ações* no setor rural, de conformidade com o Plano estabelecido.

Vamos ver, então, como se estão processando em nosso país essas diversas etapas da Reforma Agrária.

O Brasil percorreu, desde 1964 até agora, as fases necessárias para o desencadeamento do processo reformista. Houve a decisão governamental. A promulgação da lei básica, o Estatuto da Terra, definindo a Reforma, caracterizando a função social da propriedade agrária, explicitando a noção de latifúndio e de minifúndio, estabelecendo a "propriedade familiar" e o "módulo rural" e a "empresa agrícola". Ao mesmo tempo em que dispõe sobre terras públicas

e particulares, atrelando-as aos fins transformistas do Estatuto, abre a possibilidade de acesso à propriedade rural aos agricultores e normatiza o principal instrumento do reordenamento fundiário, a "desapropriação por interesse social", e os novos critérios da tributação territorial.

Também as possibilidades e as modalidades de colonização pública e particular, o sistema cooperativo e o disciplinamento dos contratos agrários, a fixação dos órgãos, dos meios e dos recursos para a execução da Reforma Agrária, assim como para a dinamização de uma Política Agrícola global, estão no texto do Estatuto da Terra, que se tornou, assim, pode-se dizer, o Código do novo Direito Agrário Brasileiro.

Seguindo-se ao Estatuto da Terra, outros Decretos e Leis vieram completar o seu texto legal, regulando o cadastramento das propriedades rurais, o imposto territorial, o zoneamento agrário, a competência dos órgãos da Administração que deverão realizar a Reforma e a Política Agrícola etc.

A *análise* e o *diagnóstico* da problemática agrária nacional foram feitos e aprofundados com os levantamentos cadastrais realizados pelo INCRA, órgão central de execução do processo reformista. E o *Planejamento* competente, de uma gradativa e ampla reformulação do sistema agrário brasileiro, está esboçado no atual "Plano Nacional de Reforma Agrária"

(PNRA), inaugurado com o Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, do Presidente da República.

O momento mais contundente da Reforma, a execução,

apenas ensaiou os seus primeiros passos, hesitantes. E é esse Plano e sua sistemática reformista que se vai abordar no próximo segmento deste trabalho.



PEDRO MONTENEGRO BARBOSA – Procurador de Justiça aposentado. Advogado, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Ex-Assessor Jurídico do extinto IRGA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária). Foi membro da Comissão Governamental que apresentou as Diretrizes e Bases para um Programa Estadual de Reforma Agrária, 1964. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Cultural. Autor do trabalho sobre "Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul", na IV Semana Social do Rio Grande do Sul, em 1969, promovida pelo ISCRE.

VOE ESQUILO



Aliando segurança, rapidez e conforto,
no mais alto estilo de voar,
sua vida, seus negócios estão garantidos
com a tecnologia do Helicóptero Esquilo HB 350B.

Voe Esquilo

Fabricação HELICOPTEROS DO BRASIL S. A.



helibras Cx. Postal 184 - CEP 37500 - Itajubá - M.G. - Brasil - Tel. (035) 622-3366 - Tlx. (031) 2602 / (031) 1651



PRINCÍPIOS DE GUERRA. SUA VALIDADE E APLICAÇÕES NA GUERRA MODERNA

Carlos Tabajara da Costa Torino

"A arte da guerra é de importância vital para o Estado. É uma questão de vida ou morte, um caminho tanto para a segurança como para a ruína. Assim, em nenhuma circunstância deve ser negligenciada."

Sun tzu

Extraído de monografia produzida como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército. Após uma análise dedutiva de como se estabeleceram os Princípios de Guerra, componentes essenciais da Arte Militar, o autor examina esses princípios, tais como se apresentam para as Forças Terrestres Brasileiras, identifica comparativamente quais os adotados por algumas das maiores potências militares contemporâneas e analisa seu emprego na "Guerra dos Seis Dias", enfatizando sua validade e importância, bem como o risco que assume o Comandante Militar que negligencia sua aplicação.

INTRODUÇÃO

A arte da guerra existiu em todos os tempos, e a estratégia, sobretudo, foi a mesma, tanto sob César, quanto sob Napoleão. A guerra é, em conjunto, não uma Ciência, mas

uma Arte. Se a estratégia, entendida como arte de preparar e aplicar o Poder para alcançar e manter os objetivos fixados pela Política, pode ser submetida a máximas dogmáticas que se assemelham aos axiomas das ciências positivas, o mesmo não

é verdadeiro para a guerra vista como um conjunto. Entre outras coisas, os combates escaparão, muitas vezes, a todas as combinações científicas e podem apresentar-se como atos essencialmente dramáticos, em que as qualidades pessoais, as inspirações morais e uma série enorme de fatores são os elementos decisivos. As paixões que agitam as massas, que são levadas a se enfrentarem, as qualidades guerreiras desses grupos, a energia e o talento de seus comandantes, o espírito mais ou menos marcial de nações e épocas, tudo o que pode ser chamado de poesia e metafísica da guerra terá uma permanente influência nos seus resultados.

A guerra moderna, que exige a aplicação dos novos desenvolvimentos tecnológicos, que podem mudar radicalmente a natureza do campo de batalha, envolve, como Arte Bélica, a crítica análise histórica das operações de guerra.

Desta análise, o profissional militar deduz os princípios fundamentais, suas combinações e aplicações que têm produzido êxito nos campos de batalha da história. Os princípios de guerra são uma parte da Arte Bélica, quando assim deduzidos. Eles não são imutáveis e casuais, nem proporcionam uma fórmula matemática precisa para o sucesso no combate. Seu valor reside na sua utilidade como ponto de referências para a análise de problemas estratégicos e tá-

ticos. São mais aplicáveis à estratégia operacional, às operações e táticas do que aos aspectos técnicos, logísticos e sociais da guerra. São a trama básica da teoria operacional. Em qualquer situação particular eles têm existido sob um equilíbrio dinâmico, muitíssimo dependente das condições objetivas que definem aquela situação.

Para o estudioso da guerra, os princípios fornecem um conjunto de conceitos de acordo com o qual examinam-se acontecimentos passados.

Recorrendo à História como pano de fundo contra o qual serão lançados os princípios que, a seguir, serão enunciados, verificamos que o legado militar fundamental contemporâneo, de um modo geral, origina-se das guerras napoleônicas. Mais precisamente, emanou dos escritos de dois homens sobre as campanhas napoleônicas. Foram eles o General Antoine Henri Jomini e o Major-General Karl von Clausewitz.

Desde que esses dois eminentes historiadores militares apresentaram suas conclusões acerca das operações de Napoleão, a história do combate tem apresentado alguns discernimentos adicionais, os quais são bastante relevantes para a reconsideração sobre os princípios de guerra hoje em dia. Um destes é a constatação de que, com muita mais frequência, o resultado do combate desafia a proporção de forças inexistentes no início da batalha. O lado que se

encontra inicialmente inferiorizado, não está fadado ao fracasso. O estudo do motivo pelo qual isso acontece desencadeia a revisão de alguns pontos de vista com relação aos princípios de guerra.

Neste trabalho procuraremos, sem faltar às verdades úteis da herança napoleônica, apresentar os princípios de guerra adotados pelo Exército Brasileiro, sua confrontação com os vigentes em alguns países, bem como sua validade e aplicação na guerra moderna, abordando, particularmente, a "Guerra dos Seis Dias", uma das mais rápidas e decisivas vitórias que o mundo já presenciou.

Naqueles seis dias de junho de 1967, Israel desencadeou uma campanha relâmpago e conseguiu ampliar as suas fronteiras num esforço vitorioso de desafio.

No contexto desta guerra, a Campanha do Sinai mostrou a primeira ação das novas forças israelenses ao mundo, atuando como um todo harmônico, combinando perfeitamente as ações de infantaria, carros, artilharia e aviação, a par de grande energia, determinação e de um espírito altamente ofensivo.

OS PRINCÍPIOS DE GUERRA EM VIGOR

Os princípios de guerra são definidos como o conjunto de preceitos considerados essenciais ao sucesso da guerra, tanto do ponto de vista tático como estratégico. Definirlos é tarefa

relativamente fácil. Colocá-los em execução é outra coisa. Os nove princípios preconizados são: objetivo, ofensiva, simplicidade, unidade de comando, massa, economia de força, manobra, surpresa e segurança.

Vejamos, cada um, de per si.

Princípio do Objetivo

Toda a operação militar deve ser dirigida para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível. O objetivo militar final da guerra é a destruição do poder de combate das Forças Armadas do inimigo. O objetivo de cada operação deve contribuir para este objetivo final. Cada objetivo intermediário deve ser tal que sua conquista permita atingir mais direta, rápida e economicamente as finalidades da operação. A seleção de um objetivo baseia-se na consideração da missão, dos meios disponíveis, do inimigo e da área de operações. O comandante deve compreender e definir claramente seus objetivos, bem como apreciar, à luz destes, cada ação a realizar. O princípio do objetivo é aplicável em todos os escalões de comando.

Princípio da Ofensiva

A ação ofensiva é necessária para se obter resultados decisivos, bem como para manter a liberdade de ação. Ela permite ao comandante tomar a iniciativa e impor a sua vontade ao inimigo; estabelecer o ritmo e determinar o curso de combate; explorar a fraqueza inimiga e as

situações que evoluam rapidamente; fazer face a situações inesperadas. A defensiva pode ser imposta, mas só deverá ser adotada, deliberadamente, por um comandante, como expediente temporário, enquanto aguarda uma oportunidade para a ação ofensiva ou com o fim de economizar forças em uma parte da frente onde não se procura a decisão. Mesmo na defensiva, o comandante deverá procurar todas as oportunidades para obter resultados decisivos pela ação ofensiva. Uma defesa ativa, dirigida com o espírito da ofensiva, conserva o inimigo desequilibrado, restringe sua habilidade de atacar e fortalece a segurança. Ao aderir ao princípio da defensiva, o comandante ajusta o passo e determina o curso do combate, explora as fraquezas do adversário e fica melhor preparado para tirar partido de situações inesperadas.

Princípio da Massa

O máximo poder de combate deve ser aplicado no momento e local oportunos para alcançar um resultado decisivo. Sendo o poder de combate o total de meios físicos e morais disponíveis a um comandante, será função da quantidade, qualidade e estado da moral. A aplicação apropriada do princípio da massa, em conjugação com outros princípios de guerra, pode permitir que forças numericamente inferiores obtenham superioridade decisiva no combate.

Princípio da Economia de Força

Um mínimo de meios compatíveis deve ser empregado em todos os pontos que não sejam o do esforço. Este princípio é um corolário do princípio da massa, pois é um método de obtenção dessa massa. Ele não implica na economia excessiva, mas na distribuição sensata do poder de combate disponível, entre a missão principal e as secundárias. Os ataques limitados, a defensiva, a dissimulação, ou ainda, os movimentos retrógrados, são empregados em regiões secundárias para se conseguir a massa em outras regiões, onde se procura a decisão. Inerente aos princípios da massa e da economia de força é a idéia de que todos os recursos disponíveis devem ser empregados da maneira mais eficiente e efetiva.

Princípio da Manobra

O princípio da manobra consiste em deslocar e posicionar as forças militares de modo que favoreçam a realização da missão. A manobra é um componente essencial do poder de combate. Contribui para o aproveitamento do êxito, para a preservação da liberdade de ação, bem como para reduzir a vulnerabilidade da força. Sua finalidade é dispor os meios de tal maneira que coloque o inimigo em desvantagem relativa e, assim, atingir os resultados que, de outra forma, seriam mais custosos em homens e material.

O sucesso da manobra exige flexibilidade de organização, apoio administrativo, comando e controle. Em muitas situações, o princípio da manobra pode ser aplicado apenas em conjunção com o emprego eficiente do poder de fogo.

Princípio da Unidade de Comando

A aplicação decisiva de todo o poder de combate exige, para cada objetivo, unidade de esforços sob as ordens de um comandante responsável. A unidade de esforços, ao exigir que todos os elementos de uma força trabalhem harmoniosamente rumo a uma meta comum, implica no desenvolvimento e condeção do poder total de combate das forças disponíveis. A co- operação, além disso, contribui para uma unidade de esforço, porém, somente quando um simples indivíduo é responsável pelas atividades de um grupo é que este pode operar no máximo de sua eficiência para atingir uma meta desejada.

A guerra de coalizão cria um desafio para o princípio da unidade de comando devido à relutância dos grupos em posicionar seus recursos sob o controle de um comandante de um dos outros grupos de coalizão.

Princípio da Segurança

A segurança é essencial à preservação do poder de combate. Consiste nas medidas necessárias para evitar a surpresa, a observação, a sabotagem, a

espionagem e a inquietação e assegurar a liberdade de ação do comandante. É a condição que resulta do estabelecimento e da manutenção de medidas de proteção que assegurem um alto grau de inviolabilidade contra influências ou atos hostis. Uma vez que o risco é inerente à guerra, a observância do princípio da segurança não implica em precaução exagerada e nem em evitar o risco calculado. Frequentemente, a segurança é ampliada pela audaciosa conquista e manutenção da iniciativa, a qual reduz a capacidade de intervenção do inimigo.

Princípio da Surpresa

A surpresa é a arma mais eficiente e poderosa na guerra, e pode mudar decisivamente o equilíbrio do poder de combate. Permite obter o êxito em desproporção ao esforço dispendido. Consiste em golpear o inimigo onde, quando, ou de uma forma para a qual ele não esteja preparado. Não é essencial que o inimigo seja apanhado desprevenido, bastando que ele somente perceba a situação tarde demais para reagir com eficiência. Pode-se obter a surpresa empregando-se a velocidade, a dissimulação, a aplicação de um poder de combate inesperado, a informação e a contra-informação eficientes, que incluem a segurança eletrônica e das comunicações a par da variação na tática e nos processos para a conduta das operações.

Princípio da Simplicidade

Em todas as comunicações, o comandante deve fazer todo o esforço racional para eliminar a mais tênue oportunidade de má-compreensão; a simplicidade contribui para este fim. Os planos diretos e simples e as ordens claras e concisas diminuem a incompreensão e a confusão. Não implica em dizer que

informações precisas, pormenorizadas e indispensáveis devam ser negadas àqueles que delas necessitam para operar com eficácia.

Confrontando os princípios de guerra adotados pelo nosso Exército, como acabamos de ver, com os de outros países, conforme apresentados no Quadro A, verificamos que a maior

QUADRO A
COMPARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA
USADOS POR ALGUNS PAÍSES

Estados Unidos (Exército)	Grã-Bretanha e Austrália	União Soviética	França	República Popular da China
Objetivo	Seleção e manutenção da meta	Avanço e concentração		Mobilização política
Ofensiva	Ação ofensiva	Ofensiva		Seleção e manutenção da meta
Massa	Concentração de força	Concentração		Ação ofensiva
Economia de força	Economia de esforços	Economia de força	Concentração de esforços	Concentração de força
Manobra	Flexibilidade	Manobra e iniciativa		Iniciativa ou flexibilidade
Unidade de comando	Cooperação	Armas combinadas		Coordenação
Segurança	Segurança	Reservas adequadas	Surpresa	Segurança
Surpresa	Surpresa	Surpresa e dissimulação		Surpresa
Simplicidade	Manutenção da Moral	Moral	Liberdade de ação	Moral
	Administração	Aniquilamento		Liberdade de ação
				Mobilidade

parte das nações tem sua relação própria de princípios preferidos.

É bastante significativo que os únicos princípios comuns à Inglaterra, aos Estados Unidos, à União Soviética, à China e à França, sejam os da Massa e da Surpresa. Deduz-se, portanto, que quanto maior a massa e a surpresa, maior a possibilidade de êxito.

A GUERRA DOS SEIS DIAS

Ofensiva Aérea

Às 7h 45min do dia 5 de ju-

nho de 1967, os aviões israelenses decolaram a intervalos cuidadosamente cronometrados, em esquadrilhas de quatro, voando aos pares, utilizando várias rotas, a altitudes extremamente baixas. Alguns sobrevoando o Mediterrâneo até a oeste de Alexandria, onde rebatiam para leste rumo aos seus objetivos situados ao redor do Cairo, no Canal e no Sinai; outros atravessando diretamente a fronteira para atacar as bases localizadas no Egito superior, conforme Mapa 1.

**ROTAS DE ATAQUE AÉREO DA FORÇA
AÉREA DE ISRAEL em 05 Jun 1967**



Mapa 1

Tal estratagema, que teve pleno êxito, tinha em mira fugir à vigilância dos radares egípcios, bem como aos dos navios russos ancorados na área e aos da 6ª Frota norte-americana.

O 1º ataque aéreo foi dirigido contra dez aeroportos e tinha como objetivos principais tornar as pistas inutilizáveis e destruir tantos MIGS-21 quanto fosse possível, pois esses eram os únicos aviões egípcios que poderiam evitar que a aviação israelense corresse de êxito seu grande objetivo, que era a destruição da força egípcia de bombardeiros de longo alcance, que tanto ameaçava a população civil de Israel.

Esta ação inicial fulminante, levada a efeito pelos israelenses, denota claramente a obediência ou aplicação dos princípios da ofensiva, pela tomada da iniciativa e tentativa de impor sua vontade ao inimigo; do objetivo, ataque aos aeroportos; da surpresa, através da destruição das aeronaves egípcias em pleno solo; da segurança, impedindo que a força aérea egípcia pudesse atingir o território de Israel.

Quando a primeira leva de aviões israelenses atingia os seus alvos, a segunda já estava a caminho e a terceira acabava de levantar voo. As partidas eram feitas com 10 minutos de intervalo, o que demonstra a aplicação no princípio da massa.

O estratagema utilizado e a incrível rapidez com que a operação foi realizada deu, como

resultado, uma completa surpresa e conseqüente destruição dos aviões e radares egípcios.

Durante oitenta minutos, sem trégua, a Força Aérea israelense castigou os aeroportos egípcios, seguindo-se, após 10 minutos de intervalo, mais oitenta minutos de ataques. Assim, em apenas duas horas e cinquenta minutos, os israelenses destruíram o potencial ofensivo da aviação egípcia, arrastando-a como força de combate.

Ao todo, dezenove aeroportos egípcios foram atingidos no primeiro dia de guerra. Calcula-se que tenham sido destruídos de 300 a 340 aviões de combate egípcios, inclusive 30 bombardeiros TU-16 de longo alcance.

Para defender Israel e suas bases, a Força Aérea israelense só deixara doze aviões; oito voando em cobertura e quatro em alerta na extremidade da pista. Este risco calculado evidencia o princípio da economia de forças, que beneficiou a massa das incursões aéreas sobre o território egípcio.

Sintetizando, a ofensiva aérea desencadeada por Israel, nos primeiros dois dias de guerra, totalizou mais de mil incursões, sendo que alguns pilotos participaram de oito por dia, conseguindo destruir 416 aviões, dos quais 393 em terra.

As perdas de Israel, no fim do segundo dia, subiam a 26 aviões e mais 21 pilotos, dos quais cerca da metade foi feita prisioneira pela Síria ou pelo Egito.

De todos os princípios de guerra evidenciados nesta ofensiva aérea, o que mais se destaca, por ter apanhado o inimigo em situação de quase que completa inação, é o da surpresa, secundado pelo da massa.

Operações Terrestres no Sinai

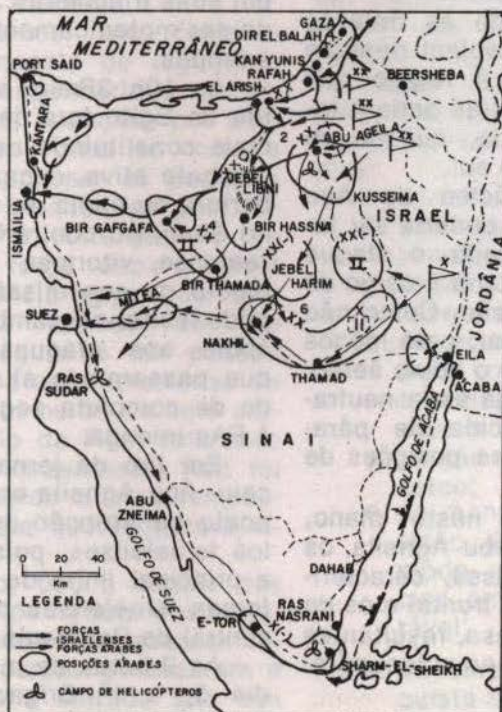
Na noite de 4 para 5 de junho, as forças de Israel se deslocam.

O plano de ataque visava a desbaratar o dispositivo defensivo egípcio, que foi estabeleci-

do à base de trincheiras contínuas, sucessivas e ligadas em profundidade por sapas, segundo as normas regulamentares soviéticas.

Devido ao enorme espaço a defender e à natureza do terreno, os egípcios constituíram dois núcleos principais: um ao norte, no corredor de Gaza-Rafah-El Arish que se estende ao longo do mar, onde foram escalonadas em profundidade duas divisões; outro, ao sul, onde uma outra divisão foi articulada em torno de Abu Agheila, conforme Mapa 2.

OPERAÇÕES NO SINAI



Mapa 2

Entre esses dois se estende um vasto espaço vazio, ou quase, considerado como intransponível, pois é uma região de dunas a se perder de vista.

A manobra israelense repousava na idéia de utilizar o corredor de dunas, no qual existe um fundo de ravina relativamente carroçável, para, por aí, introduzir a cunha de uma divisão entre os dois núcleos egípcios e tomar de flanco toda a defesa, conquistando El Arish.

Esta concepção tática evidenciava a aplicação do princípio da surpresa, atacando os egípcios no local onde não estavam preparados e por onde não admitiam que um ataque pudesse ser realizado.

Ao norte, onde as defesas egípcias não possuíam nenhum dispositivo face à região das dunas, as trincheiras seriam tomadas de enfiada, quando se desembocasse do sul.

Contra o núcleo de Abu Agheila, que não poderia ser facilmente desbordado, o ataque seria frontal e estaria a cargo de uma terceira divisão. Como não se esperava contar, pelo menos inicialmente, com o apoio aéreo, a artilharia inimiga seria neutralizada pela descida de pára-quedistas sobre as posições de bateria.

Ressaltavam, neste plano, para conquistar Abu Agheila, os princípios da massa, caracterizado pelo ataque frontal e os da manobra e surpresa, resultantes do assalto de elementos pára-quedistas.

O fator tempo era vital para os israelenses que estavam apavorados face à perspectiva de um cessar-fogo prematuro. Toda a manobra fora concebida na suposição de que o tempo disponível era curto e que a vitória israelense teria que ser a mais rápida e decisiva possível.

O plano era ousado; porém, os israelenses possuíam uma idéia precisa do inimigo e da sua capacidade.

Às 8h 15min da manhã de 2ª-feira, 5 de junho, meia hora após o início do ataque aéreo, as tropas terrestres israelenses atacaram.

Os egípcios, mesmo desbordados, resistiram, inicialmente, em suas trincheiras, que tiveram de ser metodicamente reduzidas e limpas.

Às 10h 35min, a Força Aérea do Egito fora destruída, não mais constituindo uma força de combate ativa, capaz de dar cobertura ou apoio ao seu exército no Sinai. Ao contrário, a FAe israelense, vitoriosa no cumprimento de sua missão principal, pôde voltar-se também para o apoio aos ataques terrestres, que passaram a atuar usufruindo de completa segurança face à FAe inimiga.

Em fim da jornada El Arish caiu. Abu Agheila era o segundo ponto de irrupção escolhido pelos israelenses, pois bloqueava a principal linha de avanço das forças israelenses para a parte central da Península do Sinai.

Às 9 horas da manhã, desse dia 5, a 1ª Brigada Blindada

atravessou a fronteira e avançou rumo a Abu Agheila, transpondo e arrasando, por volta das 12 horas, as posições de vanguarda da 2ª Divisão egípcia, destruindo vários carros.

No 2º escalão marchavam seis Regimentos de Artilharia israelense, com toda sua munição, num enorme comboio.

À retaguarda da 1ª Bda Bld foi deslocada uma Brigada de Infantaria que, ao anoitecer, tomou dispositivo para atacar o flanco norte dos egípcios.

Este conjunto de ações desencadeadas para romper o dispositivo inimigo em Abu Agheila enfatizou a aplicação, pelos israelenses, dos princípios da massa e da manobra.

Entrementes, um destacamento, composto de regimento de carros, engenharia e morteiros pesados, avançava por uma via de acesso mais ao norte, a fim de ultrapassar as posições egípcias e bloqueá-las pela retaguarda. Por volta das 15 horas, essa força deparou com uma resistência egípcia de valor batalhão, a noroeste de Abu Agheila. Seguiu-se um pesado combate: o ataque israelense foi repellido com perda de sete carros. O apoio da FAe, solicitado pelos Cmt israelenses, não foi possível devido a uma tempestade de areia que reduzia a visibilidade.

Contudo, pouco depois das 15h 30min, os israelenses voltaram a atacar e acabaram tomando a posição. Avançaram e bloquearam a estrada que liga

El Arish a Abu Agheila. Depois que anoiteceu, seguiram em direção sudeste, até a junção da estrada de Jebel Libni, que também bloquearam. Lá, foram ressupridos e aguardaram ordens para avançar pela estrada de Abu Agheila e atacar os egípcios pela retaguarda.

Um segundo destacamento, composto de carros de combate, jipes e morteiros, foi também enviado na direção da estrada que liga Kusseima e Abu Agheila, o qual ocupou posição após anoitecer.

Dessa maneira, os israelenses tinham cortado todas as linhas egípcias de reforço — de Kusseima, de El Arish e de Jebel Libni, bem como todas as linhas de retirada de Abu Agheila.

Nesta operação de cerco pelo Exército de Israel estão realçados os seguintes princípios:

- do objetivo — pela clara definição das regiões que impediam o inimigo manobrar, ou ser reforçado e escapar do cerco;
- da economia de força — pela composição de destacamentos adequados para a conquista e manutenção dos objetivos de cerco;
- da manobra — pela disposição de suas forças, de modo a colocar os egípcios em posição desfavorável;
- da surpresa — pela conquista dos objetivos antes

que o inimigo pudesse reagir com eficiência.

Às 21h 45min as tropas israelenses estavam prontas para o golpe da misericórdia. Apesar do GQ do Comando Meridional haver sugerido que se adiasse o ataque até o dia seguinte, quando se poderia contar com o apoio aéreo, às 22h 45min foi desencadeado o ataque geral e, por volta das três horas da madrugada do dia 6, Abu Agheila caiu, tendo início a operação de limpeza, que se prolongou até às 6 da manhã. A Divisão Norte havia atingido, nesta noite, o Canal de Suez em El Kantara.

Tendo rompido a frente e se apossado de Rafah, El Arish e Abu Agheila, os israelenses estavam atrás do grosso do Exército egípcio e com duas portas abertas para o coração do Sinai.

A 2ª Brigada Blindada (do centro), investiu para sudoeste e aferrou a 3ª Divisão egípcia no Jebel Libni, a qual havia sido paralisada e grandemente afetada em seu poder combativo pelos ataques aéreos sofridos.

Nessa mesma noite, de 6 para 7, um batalhão pára-quedista foi lançado no desfiladeiro de Mitla, para cortar a retirada das duas outras divisões blindadas egípcias e, às 6 horas da manhã do dia 7, a 2ª Brigada fez o contato com esse Batalhão.

Estava tudo pronto para o cerco final e destruição do Exército egípcio no Sinai.

Os israelenses, realizando a exploração final, se lançam até

o Canal de Suez, que só haviam atingido no norte, na região de El Kantara.

No dia 9 eles já mantinham toda a margem leste do canal, cortando, dessa maneira, a estrada que margeia o Golfo de Suez, e conduz a Sharm-El-Sheik. A guarnição egípcia dessa praça de guerra, que recebera ordem de retraimento, deixou-a sem oferecer combate e a posição foi ocupada por um pequeno "comando" da Marinha, logo reforçado pelo ar.

A concretização do cerco, com a manutenção da margem leste do Canal, que cortou as possibilidades de retraimento dos egípcios, foi uma concepção tática-estratégica que obedeceu aos princípios da guerra:

- da unidade de comando – pois o Ministro da Defesa, General Moshe Dayan, sempre presente no TO, comandou e coordenou pessoalmente as operações;
- do objetivo – pelo direcionamento dos esforços para uma meta claramente definida, decisiva e atingível, apossando-se de regiões cruciais, que impediram o retraimento egípcio;
- da ofensiva – pois Israel tomou, conservou e explorou a iniciativa em todas as fases da operação;
- da manobra – pela ação do batalhão pára-quedista, lançado no desfiladeiro

de Mitla, cortando a possibilidade de retirada pelos egípcios;

- da segurança – resultante da atuação da FAe israelense que manteve a superioridade aérea em todas as fases da operação;
- da surpresa – pela velocidade e variação nos métodos de operação, incluindo ataque noturno, que possibilitou ataques e lançamentos de tropas em locais onde o inimigo não esperava;
- da massa – pelo emprego da 2ª Bda Bld que, investindo sobre uma Divisão egípcia, logrou êxito e prosseguiu para realizar a junção com o batalhão pára-quedista.

Vistas pelo lado egípcio, as operações têm o seguinte aspecto: Nasser, que desde o dia 5 percebera a ruína de seu plano, ordenou a 6 – muito tarde – um retraimento geral, o qual só efetuou-se a 7, durante o dia e sob os ataques da aviação israelense. Além disso, determinou, para o mesmo dia 7, um contra-ataque geral de suas unidades blindadas. Na realidade, os blindados egípcios procuraram, acima de tudo, abrir uma brecha de retraimento. Assim, atacaram os verdadeiros tanques colocados pelos israelenses no oásis de Nakhl e no desfiladeiro de Mitla, em combates sem coordenação, nos quais os

aviões e os carros de combate israelenses aproveitaram-se do terreno descoberto e destruíram a totalidade dos carros inimigos.

Vê-se, portanto, que os egípcios deixaram de aplicar, em situações decisivas, como a do retraimento diurno – quando o mais adequado seria o noturno, uma vez que não dispunham de superioridade aérea – e nos ataques a Nakhl e Mitla, os princípios da segurança e da massa, que seriam fundamentais para frustrar os israelenses em sua operação de cerco.

Por não se revestirem de importância maior quanto à aplicação dos princípios de guerra, deixam de ser abordadas as operações navais contra o Egito, e as terrestres, face aos Exércitos da Jordânia e da Síria.

Cumprе ainda salientar, que da análise das operações aéreas e terrestres no Sinai, não ficou plenamente evidenciada a obediência ao princípio da simplicidade pelos israelenses. Admitimos, todavia, que este deve ter sido um princípio que norteou completamente as operações de Israel, sem o qual não teriam sido conduzidas operações decisivas em todas as frentes.

CONCLUSÃO

Da análise das operações desenvolvidas durante a Guerra dos Seis Dias, verificamos que, embora qualquer conjunto de

princípios de guerra adotado por uma nação tenha aplicação através de todo o espectro da guerra, deve-se compreender que os princípios são interdependentes e inter-relacionados. Nenhum princípio isolado pode ser cegamente adotado e observado independente dos outros, não podendo nenhum deles assegurar a vitória na batalha sem o reforço dos demais.

Realmente, as forças militares de todos os países conduzem operações na base de conceitos operacionais que partem da combinação de princípios. Por exemplo, um conceito operacional oriundo de uma combinação de ofensiva, massa, surpresa e manobra, talvez sugira uma vultosa força militar, que utilize um amplo número de unidades blindadas que se deslocam com rapidez. O modo predominante de operação desta força visa a confundir, esmagar e destruir o inimigo, mediante a surpresa e a manobra.

Na Guerra dos Seis Dias, os israelenses atuaram com grande rapidez, graças ao emprego sistemático de forças mistas (blindadas e motorizadas) agindo em brigadas e dispondo de uma grande iniciativa. Puderam surpreender o inimigo, progredindo, tanto de dia quanto de noite, realizando o cerco e destruindo-o quase que completamente.

A defesa estática, para ser eficaz, requer uma potência de fogo e uma densidade de forças que é sempre impossível reali-

zar em toda a frente de um teatro de operações, como aconteceu nas duas guerras mundiais, porque os armamentos modernos se tornaram muito caros e, por isso, não podem ser suficientemente numerosos.

A batalha clássica atual só pode ser móvel e, por conseguinte, rapidamente decisiva, sobretudo se, como aconteceu aos árabes, nas diversas frentes, o inimigo tiver, relativamente, pouca profundidade e a maior densidade de meios bem avançados.

Naturalmente, a chave da mobilidade, criada pelo emprego de forças blindadas, motorizadas e aerotransportadas, reside na obtenção da superioridade aérea. A segurança gerada por essa superioridade enseja uma melhor obediência aos princípios da massa e, mesmo, da manobra.

É essencial que os praticantes da arte militar compreendam a interdependência dos princípios. A correta combinação de princípios, em conceitos operacionais adequados para vencer a batalha, é a essência da arte da guerra. Assim, os princípios da massa, economia de forças, manobra, segurança e surpresa podem auxiliar na análise da situação, bem como na formulação de linhas de ação. O princípio da simplicidade pode servir como fator de comparação de várias linhas de ação.

Indubitavelmente, algumas batalhas têm sido ganhas ou perdidas por aquilo que a análise

se militar pode descrever como obediência ou desobediência aos princípios da guerra; mas, sem dúvida, não em todos os casos. Um exame mais acurado revelará, normalmente, poderosas razões materiais para a habilidade ou inabilidade de um comandante, ou de um exército, em obedecer aos princípios de guerra. Ainda que sejam válidos para a análise do curso de uma batalha ou mesmo de uma campanha, dificilmente são capazes de sistematizar os acontecimentos de toda uma guerra.

Na verdade, como proclamava Foch no início de um dos seus livros: "A guerra não se aprende por uma guerra, como se pensava antigamente; no campo de batalha não se estuda; aí se faz o que se pode para aplicar aquilo que se sabe e, em consequência, para aí se poder um pouco, é preciso saber muito e bem."

Nos dias de hoje, na guerra moderna — que em sua idealização pouco se afasta das guerras do século passado e anteriores — os princípios de guerra têm, como procuramos exemplificar com a Guerra dos Seis Dias, sua validade cada vez mais realçada.

Sua aplicabilidade sempre crescente, face à variedade de concepções tático-estratégicas utilizadas pelos exércitos contemporâneos, é um dos principais fatores de que o coman-

dante tático deve se valer para, no campo de batalha, "poder um pouco" e assegurar a conquista dos seus objetivos.

BIBLIOGRAFIA

1. BEAUMONT, Roger A. 1972. "Um Reexame dos Princípios de Guerra". In: *Military Review*, Dez 1972, 63-69. Fort Leavenworth, Kansas.
2. CLAUSEWITZ, Karl von. 1947. *Princípios de Guerra*. Trad. de Napoleão Nobre. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército.
3. FALCÃO FILHO, Arthur Mendes. 1974. "A Guerra dos Seis Dias". In: *Revista Militar Brasileira* 1 e 2, 37-89. Rio de Janeiro.
4. FLETCHER, J. 1970. "Informações: um princípio de guerra." In: *Military Review*, Ago 70, 52-57. Fort Leavenworth, Kansas.
5. IP100-5 — 1975. "Princípios de Guerra e Conceitos Operacionais". In: *Operações*, 5. 1-5.6 ECEME.
6. JOMINI, Antoine Henri. 1949. *A Arte da Guerra*. Trad. de Napoleão Nobre. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército.
7. KEEGAN, John D. 1961. "Os Princípios de Guerra". In: *Military Review*, Dez 61, 61-73. Fort Leavenworth, Kansas.
8. ME320-5 — 1981. Vocabulário da ECEME. Rio de Janeiro.
9. STARRY, Donn A. 1982. "Os Princípios de Guerra." In: *Military Review*, 2º Trim 1982, 16-26. Fort Leavenworth, Kansas.
10. SWAIN, Richard M. 1981. "Reativando os Princípios de Guerra". In: *Military Review*, 2º Trim 1981, 22-29. Fort Leavenworth, Kansas.
11. TZU, Sun 1983. *A Arte da Guerra*. Trad. de José Sanz. Rio de Janeiro. Editora Record.

A HIDRELÉTRICA DE SALTO GRANDE - UMA EXITOSA INTEGRAÇÃO REGIONAL ARGENTINO- URUGUAIA NA CALHA DO RIO DA PRATA

Ruben J. de Hoyos*

O trabalho foi escrito em abril de 1980. É tradução de matéria da seção "Notas y Comentarios" da revista "Geopolítica Hacia una Doctrina Nacional", do "Instituto de Estudios Geopolíticos" da Argentina (nº 18, de junho de 1980), com a qual A Defesa Nacional mantém intercâmbio.

Embora possa parecer defasado no tempo, em relação aos interesses do leitor, o artigo revela conteúdo histórico e resalta a complexidade envolvida nas iniciativas pioneiras desse tipo de empreendimento. Ressalta, igualmente, uma realidade do nosso tempo: graças ao fator econômico, um novo enfoque passou a prevalecer nas relações latino-americanas, rompendo tabus seculares e promovendo cooperação integradora.

A TOMADA DE DECISÃO

Dizer que a crise energética fraturou as relações políticas mundiais passou a ser lugar-comum. As na-

ções da calha fluvial do Prata, situadas no Cone Sul da América Latina, não constituem exceção; porém essa crise tem conduzido essa área, como inesperado produto secundário, a uma integração regional. A represa de Salto Grande (1, no mapa) é

Dr. Ruben J. de Hoyos, Universidade de Wisconsin.

um dos melhores exemplos para ilustrar o caso.

A busca de fontes alternativas de energia obrigou a criação, de algum modo, nessa zona, de sociedades cujos membros até pouco se haviam mostrado renitentes a participar de uma obra comum: Brasil e Paraguai estão construindo Itaipu (2, no mapa), a maior represa hidrelétrica do mundo (12 milhões de kW); Paraguai e Argentina iniciaram a construção de Yaciretá Apipe (3, no mapa), a mais extensa do mundo (3,5 milhões de kW); a Argentina, Paraguai e Brasil concordaram, em data recente, com as condições a que deve obedecer a construção de outro empreendimento argentino-paraguaio, a represa hidrelétrica de Corpus (4, no mapa, com 5 milhões de kW), posto que se conseguiu harmonizar o impacto do novo projeto com a altura da barragem de Itaipu, que se ergue a apenas algumas milhas a montante.

Mas a Argentina e o Uruguai são os primeiros países que terminaram a construção de um gigantesco complexo hidrelétrico: a represa de Salto Grande (1.890.000 kW) sobre o trecho inferior do rio Uruguai. Em 1979, exatamente na data prevista, começou a funcionar a primeira das 14 turbinas com que contará a represa. Durante os meses vindouros, serão postos em funcionamento todos os turbogeradores de fabricação soviética.

A obra teve início cinco anos antes, em 1º de abril de 1974, para sermos mais precisos. A data de conclusão apresenta-se ainda mais significativa, se se pensar em todos os debates e considerações sobre a viabilidade do projeto que se sucederam no curso do século passado (desde 1890).

A primeira medida governamental comum aos dois países foi tomada em 1º de janeiro de 1938, ao ser criada uma comissão técnica integrada (Comissão Técnica Mista, CTM) destinada ao estudo e exploração da energia hídrica do rio Uruguai (Art. 5º).

Entretanto, só em 1973 foi aprovado o projeto definitivo – encomendado à Main and Associates, de Boston – e alguns meses depois (a 1º de abril de 1974) foi dado início à obra, em local chamado Ayui, onde se encravou uma parede de 39 metros de altura e quase 3.000 metros de extensão, incluídos 900 metros de concreto sólido, nos quais se alojam, perfeitamente protegidas, as duas câmaras elétricas centrais.

4.000 operários trabalharam em turnos de 8 horas, e 1.905 dias mais tarde, depois de ter escavado 2,5 milhões de metros cúbicos de terra e entornado 1,5 milhões de metros cúbicos de concreto, tudo estava disposto para instalar e pôr em funcionamento a primeira turbina. (Deste modo, se pôs fim a quase um século de esperanças e frustrações).

É difícil atribuir a um só fator a demora em enfrentar a construção da tantas vezes postergada represa de Salto Grande. Muitos fatores devem ter concorrido, sem dúvida, para esse retardo. Mas antes de proceder à sua análise, consideramos importante descrever as três etapas por que teve que passar esse importante empreendimento, até sua consumação. De algum modo, o processo é exemplar e pode servir de modelo a muitas obras do mesmo tipo.

1. Etapa de visualização (1890-1938).

Esse foi um período de instituições particulares de estudos e esforços individuais. Às vezes um trabalho de investigação encomendado por uma repartição do governo era ignorado por outros órgãos do mesmo governo. Não houve, nessa etapa, esforços internacionais comuns.

2. Etapa de definição e institucionalização (1938-1960)

Essa etapa se caracterizou pela constituição da Comissão Técnica Mista, em virtude da Lei de 1938, ratificada pelo Acordo de 1946 e pelo Protocolo Adicional, e aprovada, finalmente, em 1958, o que permitiu o desenvolvimento das atividades operacionais.

Desse modo, a CTM adquiriu dimensão internacional, como agente juridicamente institucionalizado e dotado de faculdades de contrair obrigações financeiras. Para isso, então, o projeto contava com três possibilidades:

possibilidade técnica (podia ser levado a cabo), possibilidade financeira (podia ser custeado) e possibilidade jurídica (existia a autoridade para fazê-lo).

Faltava, não obstante, tomar a decisão política para seguir adiante com o projeto.

3. Etapa executiva (1960-1979).

Essa etapa caracterizou-se, predominantemente, pela realização de três estudos técnicos sucessivos, encomendados pela CTM, com vistas a aperfeiçoar o plano em definitivo: o projeto Sadalec (1960-1962), o projeto Acres (1969-1971) e o projeto Main and Associates (1972-1973), que foi o que, finalmente, se implementou.

E foi também em 1973 que, graças à convergência de uma série de fatores, foi dada a ordem decisiva, sob o ponto de vista político, para pôr em marcha o projeto.

O FATOR ESTRATÉGICO MILITAR

Durante quase cinco séculos, a região mesopotâmica argentina, que se estende entre os rios Paraná e Uruguai (ver mapa), foi cenário de críticas e turbulentas confrontações políticas e militares. Em um dos últimos choques atuou, como árbitro, o Presidente dos Estados Unidos, Cleveland (1885) e, de acordo com os termos dessa arbitragem, a Argentina cedeu ao Brasil 30.000 quilômetros quadrados de território. Portanto,

não foi inesperado que se adjudicasse, a essa região, o papel de amortecedor entre ambos os países e que as pessoas envolvidas se inclinassem a considerá-la uma espécie de futura Linha Maginot. Reinava, em toda a zona, um alheamento cuidadosamente preparado e imposto. Até a década de 60, por exemplo, não existia qualquer ponte sobre o rio Uruguai que unisse a Argentina ao Brasil ou à República Oriental. Tampouco havia comunicação direta entre a Mesopotâmia e o resto do território argentino.

Até a década de 70, produziu-se uma mudança radical. Construíram-se duas pontes sobre o rio Paraná (5 e 6, no mapa) e um túnel sob essa via fluvial (7, no mapa), enquanto se lançavam quatro pontes internacionais sobre o rio Uruguai: uma unia a Argentina ao Brasil (8, no mapa) e as outras três ao Uruguai, uma das quais cruzava, precisamente, a atual barragem da represa de Salto Grande (9, 10 e 1, no mapa).

Mudaram, também, os velhos conceitos sobre a segurança nacional que propugnava a construção de obras, como a represa de Salto Grande, no sul do País – na Patagônia – e não junto à estratégica e crítica linha fronteira.

Essa fundamental mudança de enfoque emergiu porque as doutrinas relativas à segurança nacional foram se adaptando às realidades tecnológicas atuais – forças aerotransportadas, aviões

bombardeiros, mísseis etc. – que tornaram obsoleta a guerra de trincheiras? Ou foi porque as forças militares que estavam então no poder, em ambas as margens dos rios, se haviam feito mais receptivas e sensíveis a todo o espectro das necessidades dos seus respectivos países, um dos quais era o problema da energia, que só podia ser solucionado por via da integração das nações ribeirinhas em torno dos seus recursos comuns?

O FATOR TECNOLÓGICO

O projeto de Salto Grande foi impraticável durante anos, do ponto de vista econômico, em virtude de uma deficiência tecnológica: ao transmitir-se energia elétrica para mercados distantes, grande parte da mesma se perdia ao longo do caminho. Nessas condições, o financiamento era difícil, senão impossível. Ao menos o foi até a década de 60, quando um avanço tecnológico reverteu a situação.

Atualmente, as redes elétricas da Argentina e do Uruguai foram interligadas, via represa de Salto Grande (a 7 de novembro de 1974, obteve-se um empréstimo de 95 milhões de dólares, do Banco Interamericano de Desenvolvimento), beneficiando um mercado internacional de 6 milhões de pessoas.

O aperfeiçoamento das turbinas Kaplan, de fabricação soviética, tornou possível a insta-

lação de 14 delas e assegurou um incremento de 16% de potência (que chegará a 1.890.000 kW até 1981, quando o consórcio argentino-soviético, Energomachexport-Tauro, instala a última dessas turbinas).

O FATOR FINANCEIRO

Não se pode construir qualquer represa hidrelétrica devergadura, se não se contar com o respaldo de um grande capital.

Dois são os caminhos para obtê-lo: mobilizar e reunir os recursos necessários dentro da esfera interna, ou recorrer ao crédito internacional.

Salto Grande utilizou uma combinação de ambos os recursos. Necessitava-se, aproximadamente, de 1 bilhão e 500 milhões de dólares, que se integralizaram da maneira seguinte: 60% do aporte foi feito pela Argentina (Fundo Nacional de Grandes Obras Elétricas) e pelo Uruguai (Fundo Energético Nacional), 20% por empréstimos outorgados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (175 milhões de dólares) e o resto com créditos das firmas provedoras.

Os meios financeiros internacionais inclinavam-se, tradicionalmente, pelo menos até 1973, em favor da construção de termelétricas (que utilizavam o carvão e o petróleo como combustível) menos custosas, no curto prazo, que as hidrelétricas. Por outro lado, devido ao que

consideravam como "conjunturas políticas instáveis", mostravam uma excessiva cautela financeira (conforme a moda imperante no Fundo Monetário Internacional) e exigiam, dos financiados, garantias muito estritas que, na opinião de alguns, significavam, praticamente, uma transferência parcial de soberania. Assim, por exemplo, as negociações com o Banco Mundial, para o financiamento de Chocón-Cerros Colorados, levaram quase seis anos, provocaram grandes problemas políticos internos e, no fim, o Banco só financiou 20% do custo total.

Não obstante, quase sempre se busca o aval das grandes instituições de crédito porque, no caso de obtê-lo, pode-se ter acesso a toda uma linha de financiamento e crédito no plano internacional.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento outorgou, à Comissão de Salto Grande, o maior empréstimo de todos; não obstante, foi necessário quase um ano para fixar condições aceitáveis e satisfatórias para os governos da Argentina e do Uruguai (dezembro de 1972 — dezembro de 1973). Com esse empréstimo, pôs-se em prática uma série de inovações financeiras, que contribuiu para estabelecer novas relações exemplares entre esse Banco e as duas nações latino-americanas. O Banco não tratou de exercer um controle sobre a totalidade do projeto. Só efetuou uma supervisão relativa dos 20% dos tra-

balhos realizados mediante o empréstimo que concedeu.

Isso abriu a porta para negociar com a União Soviética um vantajoso empréstimo de 50 milhões de dólares, destinados à aquisição das 14 turbinas. A União Soviética outorgou esse empréstimo no prazo de 15 anos, com juros de 4%, pagáveis com produtos das nações sul-americanas, que seriam transportados em navios argentinos e uruguaios (27 de abril de 1974). A princípio, o Uruguai mostrou certa "renitência ideológica", mas, finalmente, se dispôs a firmar o acordo com a Argentina, e o contrato foi aprovado.

O FATOR POLÍTICO INTERNO

Uma vez aprovado, em definitivo, o projeto binacional e iniciado o trabalho material, e tendo-se estabelecido um pressuposto de independência, a influência política interna decresceu, em certa medida, em ambos os países. Mas, antes que se chegasse a esse ponto, o projeto pareceu ter sido sumamente sensível ao vaivém do clima imperante na esfera política interna. Salto Grande oferece um excelente exemplo a esse respeito.

De 1950 a 1957, o projeto esteve posto de lado devido a causas extrínsecas: o Presidente Perón quis "castigar", desse modo, os uruguaios que, nessa época, davam asilo e ajuda a

muitos argentinos antiperonistas que buscavam refúgio na cidade de Montevideu. Por outro lado, foi talvez o impulso do mesmo Perón que deu o passe livre definitivo ao projeto, 16 anos mais tarde (26 de novembro de 1973), depois de seu retorno ao poder.

Durante décadas houve, na Argentina, assim como no Uruguai, grupos que fizeram ouvir sua voz opondo-se ao projeto da represa de Salto Grande, baseados em que, antes de pôr em marcha qualquer integração internacional, era obrigatório impulsionar o desenvolvimeto e a integração no plano nacional. Os uruguaios queriam dar prioridade à represa de Palmar (11, no mapa) e os argentinos se inclinavam em favor do complexo hidrelétrico de Chocón-Cerros Colorados, em lugar de Salto Grande. Por que, perguntavam, tratando de invocar explicações racionais, voltar nossos esforços na construção de 50% de uma represa que vai beneficiar outro país?

Certos interesses locais também se mostraram contrários ao projeto, alegando que a energia traz, como seqüela, a industrialização e que o processo de industrialização solaparia a base agrícola sobre a qual tais elementos sustentavam seu prestígio político, social e econômico. Ao contrário, outros núcleos mais progressistas lutaram em defesa do projeto hidrelétrico.

A crise energética mundial de 1973, com seus efeitos sobre

as necessidades internas, constituiu, ao final, uma das razões decisivas para se buscar o meio de produzir energia, seja qual for sua fonte. Mas por que, entre tantos lugares, se optou por Salto Grande? É muito provável que a razão particular dessa escolha não tenha sido, depois de tudo, senão determinada pelo fator político internacional.

O FATOR POLÍTICO INTERNACIONAL

Não resta dúvida que alguns grupos que representam poderosos interesses internacionais influíram, do exterior, sobre os meios políticos locais, para que não fossem levados a cabo obras como a represa de Salto Grande, e os políticos locais perderam importantes mercados (segundo se diz, os interesses estrangeiros vinculados às indústrias de carvão e de petróleo se opuseram, efetivamente, ao desenvolvimento da energia hidrelétrica nacional).

Mas aqui usamos a palavra "internacional" no sentido de interação de estado com estado.

Por mais que os uruguaios tenham merecido o legítimo gozo de uma vida independente, seu destino como nação está afetado pelas condições que significaram seu nascimento: o de um pequeno estado que faz as vezes de amortecedor entre Brasil e Argentina.

Uma obra compartilhada da magnitude da represa de Salto Grande inclinou, naturalmente,

os interesses de longo prazo do Uruguai em direção à nação argentina, que participava do empreendimento na qualidade de sócia. Mas o Brasil, a outra nação do triângulo, não viu com bons olhos esse desequilíbrio da balança. A Argentina e o Uruguai informaram o Brasil (1960) sobre o desenvolvimento de Salto Grande, já que existia a possibilidade de terras brasileiras serem inundadas. Com base nisso, o Brasil tentou, durante quatro anos, obter sua participação na produção hidrelétrica de Salto Grande. No fim, modificações tecnológicas incorporadas ao projeto tornaram desnecessária a inundação das terras brasileiras e, portanto, fizeram supérflua a participação do Brasil.

Durante o período 1970-1972, a rápida anarquização do Uruguai, por obra dos guerrilheiros tupamaros, alarmou os brasileiros, que realizaram, inclusive, manobras militares ao longo da fronteira uruguaia, como uma maneira de advertir que não permitiriam uma estabilidade de "origem esquerdista" em seu "pátio traseiro", por assim dizer. Ao mesmo tempo prosseguiu, inexoravelmente, com a construção da gigantesca represa de Itaipu, apesar das queixas e protestos da Argentina. O general Alexandre Lanusse, então presidente da nação argentina, desencadeou contra o Brasil uma espécie de "ofensiva diplomática" que, finalmente, o levou ao Rio de Janeiro, onde suas de-

clarações não foram consideradas muito diplomáticas (sem dúvida não tiveram a intenção de sê-lo).

Foi só uma questão de tempo, para que se chegasse a uma espécie de compromisso intermediário a respeito das antigas divergências entre a Argentina e o Uruguai. O governo peronista iria forçar uma solução. Em 19 de novembro de 1973, foi firmado o Tratado do Rio da Prata e da Frente Atlântica, entre a Argentina e o Uruguai e, a 26 de novembro do mesmo ano, foram aprovados os últimos documentos para a execução da represa de Salto Grande. Em janeiro de 1974, foi firmado, em Washington, o empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, a 1º de abril, foram iniciadas as obras em Salto Grande.

CONCLUSÃO

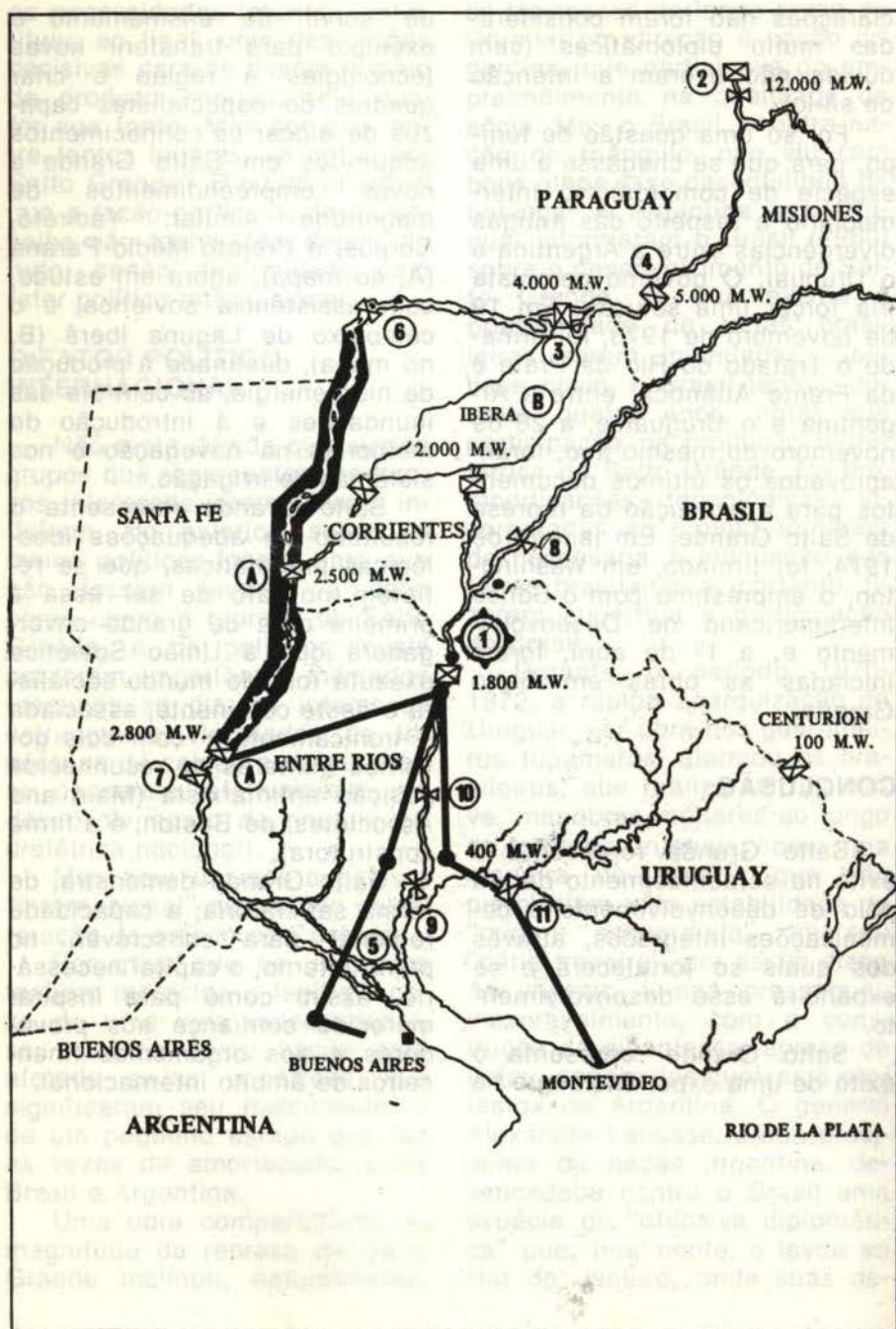
Salto Grande representa o êxito no estabelecimento de um pólo de desenvolvimento e comunicações integrados, através dos quais se fortalecerá e se expandirá esse desenvolvimento.

Salto Grande representa o êxito de uma experiência que há

de servir de ensinamento e exemplo para transferir novas tecnologias à região e criar quadros de especialistas capazes de alocar os conhecimentos adquiridos em Salto Grande a novos empreendimentos de magnitude similar: Yaciretá, Corpus, o Projeto Médio Paraná (A, no mapa), agora em estudo, com assistência soviética, e o complexo de Laguna Iberá (B, no mapa), destinado à produção de hidroenergia, ao controle das inundações e à introdução de melhorias na navegação e nos sistemas de irrigação.

Salto Grande representa o resultado de adequações ideológicas pragmáticas, que se refletem no fato de ser essa a primeira obra de grande envergadura que a União Soviética executa fora do mundo socialista e neste continente, associada – ironicamente – com dois governos militares de reconhecida posição antimarxista (Main and Associates, de Boston, é a firma construtora).

Salto Grande demonstra, de forma satisfatória, a capacidade regional para subscrever, no plano interno, o capital necessário, assim como para inspirar merecida confiança aos provedores e aos organismos financeiros de âmbito internacional.





O ENVOLVIMENTO DOS EUA NO SUDESTE ASIÁTICO (I)

Antonio Sergio Geromel

O presente artigo é o primeiro de uma série de três em que o jovem autor, com narrativa atraente, estilo reportagem, examina o envolvimento dos Estados Unidos no Sudeste Asiático. Desta feita, como moldura, ele aprecia a colonização francesa da Indochina, a "Guerra da Indochina" e o período que antecedeu imediatamente a "Guerra do Vietnã."

A península da Indochina, região do sudeste asiático abrangida pelo Vietnã, Laos, Cambodja e Tailândia (Fig. 1), com cerca de 1,3 milhão de quilômetros quadrados (pouco mais que o antigo estado de Mato Grosso), é um verdadeiro caldeirão de lutas, que permanece em ebulição há mais de dois milênios; aquecido pelas múltiplas ocupações estrangeiras e por conflitos étnicos. Sua posição estratégica, entre os Oceanos Índico e Pacífico, é um dos principais fatores que condicionam essa convulsão permanente.

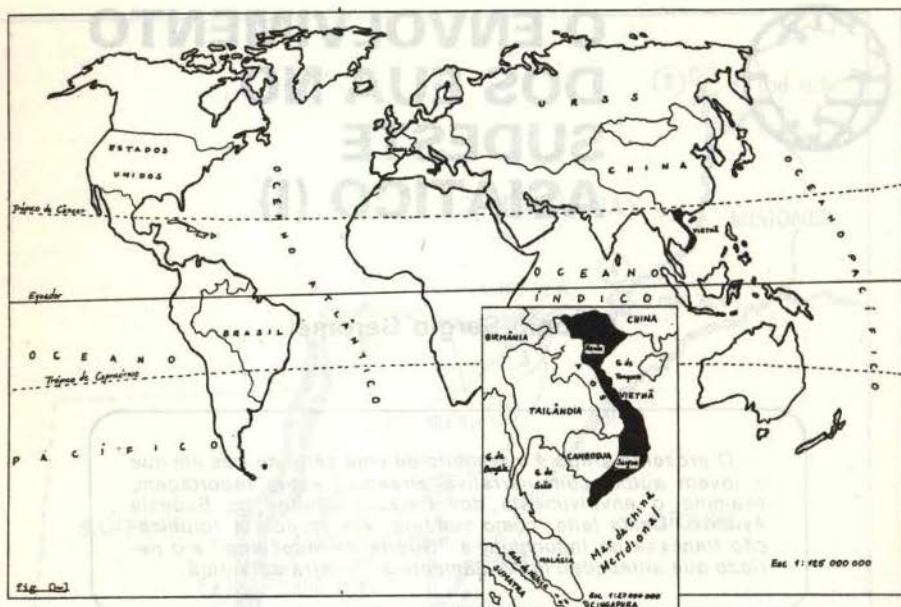
Na era contemporânea a região adquiriu grande peso geopolítico com a Guerra da Indochina (1946-1954) e, posteriormente, com a Guerra do Vietnã (1961-1975), tornando-se, decisivamente, com essa última, foco de atenção mundial.

Trataremos aqui do envolvimento dos EUA no sudeste asiático, particularmente no Vietnã (Fig. 2), iniciado ao término da Segunda Guerra Mundial, intensificado durante a Guerra da Indochina e culminado com a Guerra do Vietnã. Para uma melhor compreensão, nosso relato terá início com a colonização francesa da Indochina no século XIX.

INTRODUÇÃO

Hoje, passados mais de dez anos da retirada das tropas americanas do Vietnã, ainda é difícil analisar

se foi equivocado ou não o envolvimento dos EUA naquele país; mas, tem-se a certeza de que, por vezes, foi conduzido desastrosamente. O *New York Times* comparou o Exército



americano, a implantar a democracia no Vietnã, com um carpinteiro costurando um vestido.¹

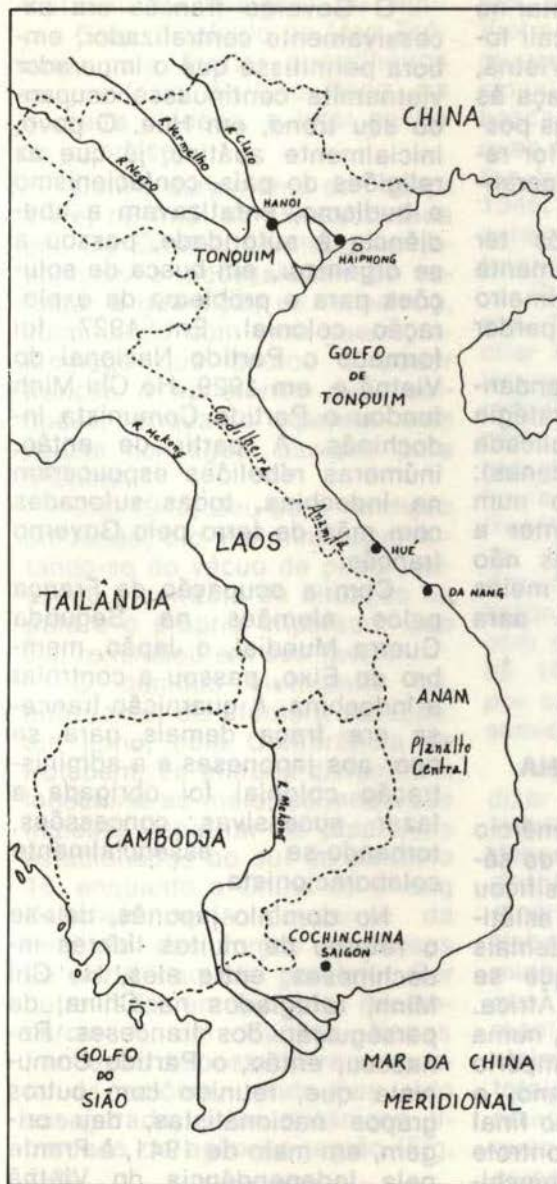
O sangrento conflito, mercê de sua ambigüidade e ferocidade, associadas à expansão dos meios de comunicação de massa (em particular a TV colorida) e à louvada liberdade de imprensa norte-americana, alcançou extremos índices de popularidade no Ocidente, particularmente nos próprios Estados Unidos, ocasionando profundas feridas na alma do país.

Mesmo a visão heróica de "Os Boinas Verdes" não conseguiu sensibilizar a opinião pública americana. O filme culmina com o *The End* aparecendo na tela, tendo como cenário um crepúsculo avermelhado no

Vietnã, quando o *mariner* John Wayne pousa a mão sobre o ombro de um órfão vietnamita e lhe diz mais ou menos assim: "Nós cuidaremos de você. A principal razão disso tudo é você...!"

São ilustrativos, sobre o envolvimento americano no sudeste asiático, os depoimentos abaixo, de proeminentes personagens da época:

John Kennedy (como candidato vitorioso à presidência dos EUA, sobre os conflitos no Laos, que antecederam a Guerra do Vietnã): "Aconteça o que acontecer no Laos, uma invasão americana, uma vitória comunista, o que for, gostaria que acontecesse antes que eu assumisse e levasse a culpa."²



VIETNÃ

Fatores fisiográficos:

- Área de 329.556km².
- Jazidas de carvão, ferro, estanho e zinco.
- Ao norte (Tonquim) o delta do R. Vermelho é enquadrado por altas montanhas; ao centro (Anam) desenvolve-se a Cordilheira Anamita, que desce para as planícies costeiras de leste e para o Planalto Central a oeste; ao sul (Cochinchina) o R. Mekong forma um grande delta.
- Os rios principais são o Vermelho, o Negro e o Claro, ao norte, e o Mekong ao sul.
- Clima tropical úmido.
- Densas florestas tropicais em grande parte do território.
- Reservas de petróleo na plataforma continental, ainda inexploradas.

Fatores psicossociais:

- País formado por civilizações de origem chinesa, ao norte, e hindu ao sul.
- Durante séculos vassalos dos chineses, seus tradicionais inimigos, os vietnamitas conseguiram a unificação do país em 1802, com o auxílio dos franceses.
- Tribos montanhesas como os tais, meos, muongs e nungs constituem minorias étnicas hostis aos vietnamitas.
- O budismo é a religião predominante, mas o taoísmo e o confucionismo também são expressivos.
- População concentrada principalmente em torno de Hanoi e Haiphong, no delta do R. Vermelho, em Hue e Da Nang no litoral central do país e em torno de Saigon, no delta do R. Mekong, lugares onde o arroz, alimento básico nacional, é intensamente cultivado.

John Kennedy (como Presidente dos EUA, depois de ter dado início à escalada militar no Vietnã): "Se eu tentasse cair fora completamente do Vietnã, agora, iríamos ter outra caça às bruxas tipo Mc Carthy, mas posso fazer isso depois que for reeleito. Por isso é melhor garantirmos minha reeleição."²

Lyndon Johnson (após ter iniciado a guerra propriamente dita): "Não vou ser o primeiro presidente americano a perder uma guerra."²

Vo Nguyen Giap (comandante vietnamita, sobre a estratégia revolucionária de Mao, aplicada contra as forças americanas): "O inimigo será colhido num dilema. Ele tem de manter a guerra para vencê-la mas não possui, por outro lado, meios psicológicos e políticos para uma guerra prolongada."³

A COLONIZAÇÃO FRANCESA DA INDOCHINA

Buscando vias de comércio com a China, em meados do século XIX, a França intensificou sua presença no sudeste asiático, concorrendo com as demais potências colonialistas que se instalavam na Ásia e na África. Envolveu-se, desde então, numa guerra feroz com o Império Vietnamita e seu suserano, o Império Chinês, mas, já no final do século, assumiu o controle de toda a Indochina: Cochinchina, Anam e Tonquim (respectivamente, do sul, o centro e o nor-

te do Vietnã), Cambodja e Laos (Fig. 2-1).

O Governo francês era excessivamente centralizador, embora permitisse que o Imperador vietnamita continuasse ocupando seu trono, em Hué. O povo, inicialmente apático, já que as religiões do país, confucionismo e budismo, enfatizavam a obediência à autoridade, passou a se organizar, em busca de soluções para o problema da exploração colonial. Em 1927, foi formado o Partido Nacional do Vietnã e, em 1929, Ho Chi Minh fundou o Partido Comunista Indochinês. A partir de então, inúmeras rebeliões espoucaram na Indochina, todas sufocadas com mão de ferro pelo Governo francês.

Com a ocupação da França pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, o Japão, membro do Eixo, passou a controlar a Indochina. A guarnição francesa era fraca demais para se opor aos japoneses e a administração colonial foi obrigada a fazer sucessivas concessões, tornando-se essencialmente colaboracionista.

No domínio japonês, deu-se o retorno de muitos líderes indochineses; entre eles, Ho Chi Minh, refugiados na China, da perseguição dos franceses. Renasceu, então, o Partido Comunista que, reunido com outros grupos nacionalistas, deu origem, em maio de 1941, à Frente pela Independência do Vietnã (Vietminh), movimento de resistência que almejava a libertação

e a unificação do país. Uma das primeiras medidas tomadas pelo Vietminh foi designar Vo Nguyen Giap, discípulo de Mao Tsé-tung, para formar guerrilheiros na província de Cao Bang, na fronteira chinesa, e lutar contra os japoneses.

Com o surgimento da França Livre, no final de 1944, liderada por De Gaulle, sentiram os japoneses a necessidade de reforçar a guarnição da Indochina, culminando com uma guerra relâmpago que anulou o poder francês e aprisionou seus soldados, enquanto apenas uma coluna conseguiu escapar para a China.

Em 1945, deu-se a rendição do Japão, e o Vietminh, aproveitando-se do vácuo de poder, assumiu o controle da situação no país e o próprio Imperador Bao Dai renunciou em seu favor.

O domínio vietnamita foi, entretanto, de efêmera duração: em julho, pela Conferência de Potsdam, os aliados dividiram a Indochina ao meio, cabendo aos ingleses repatriar os japoneses estacionados ao sul do paralelo 16, enquanto a China de Chang Kai-chek devia ocupar-se da rendição das forças japonesas ao norte daquele paralelo. Por outro lado, em outubro, desembarcaram em Saigon tropas francesas dispostas à reconquista da colônia, tendo-lhes sido assegurada, pelos britânicos, liberdade de ação na região (Fig. 2-2).

A situação ficou confusa no sul, ocasionando conflitos sin-

gulares, já que envolveram os britânicos e franceses aliados aos japoneses, combatendo o Vietminh. Foi a primeira das guerras modernas não convencionais, caracterizada por emboscadas, assassinatos e ataques relâmpago. Essas sangrentas lutas duraram até maio de 1946, quando os britânicos deixaram a área, entregando seu total controle aos franceses.

Quanto ao norte, os franceses temiam que se pudesse criar ali uma fachada de estabilidade suficiente para atrair o reconhecimento aliado, ocasionado pelo fato de que, em 2 de setembro de 1945, Ho Chi Minh havia proclamado, em Hanói, a República Democrática do Vietnã. Após acordo com Chang Kai-chek entraram na área, protagonizando violentos conflitos com o Vietminh mas, em março de 1946, já tinham substituído por completo os chineses e assumido o controle da situação.

Num parêntese, é preciso dizer que juntamente com as tropas britânicas e chinesas, desembarcaram também na Indochina, no pós-guerra, equipes americanas enviadas para um trabalho de prospecção econômica e doutrinação política, no que seria o início do envolvimento dos EUA na área. Inicialmente, os americanos eram totalmente contrários à recolonização francesa, pelo menos quando ainda não julgavam o comunismo uma ameaça na região, tendo, inclusive, supostamente, ajudado o movimento de

emancipação dos nacionalistas vietnamitas.

Os planos da França consistiam em manter a República do Vietnã, instalada ao norte, como parte da União Francesa (novo nome do Império Francês) e da Federação Indochinesa (reino do Camboja, do Laos e a recém-criada fictícia República da Cochinchina). Após complexas ne-

gociações com Ho Chi Minh, não houve acordo e, em dezembro de 1946, os franceses esmagaram um levante Vietminh. Vo Nguyen Giap refugiou-se na montanhosa fronteira chinesa, área daí por diante conhecida como Viet Bac, onde iniciou uma campanha de guerrilhas. Era o início da Guerra da Indochina.

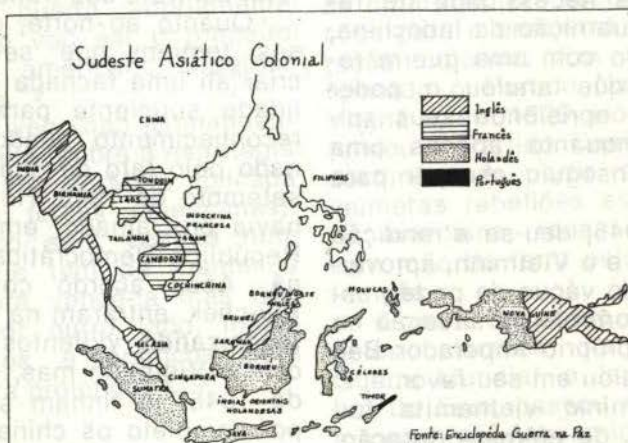


fig 2-1

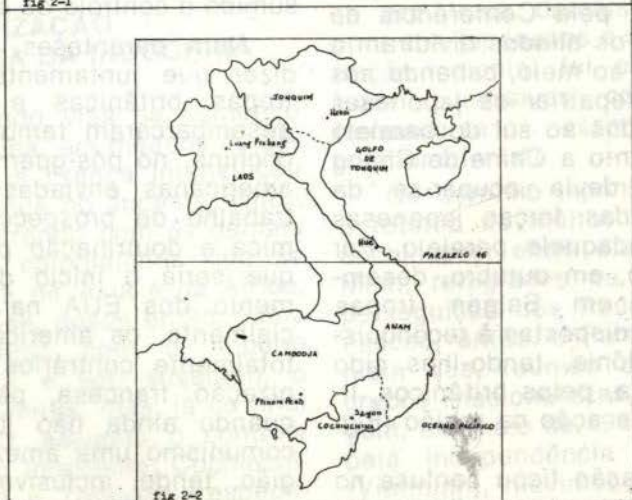


fig 2-2

A GUERRA DA INDOCHINA

A campanha do Vietminh contra os franceses é um excelente exemplo da estratégia de Mao Tsé-tung (modelo chinês da concepção marxista-leninista) posta em prática, com a ação principal desencadeada nas áreas rurais. Entretanto, é preciso citar que, inicialmente, nos anos de 1945 e 1946, Ho Chi Minh serviu-se também do modelo ortodoxo russo, tendo a guerrilha urbana como ação principal em Hanói e Haiphong, com greves, manifestações populares nas ruas, atentados a bomba e assassinatos.

Giap, o estrategista do Vietminh, havia aprendido com Mao, nos tempos em que permaneceu como refugiado político na China, os princípios da guerra revolucionária e já os tinha aplicado em pequena escala na luta contra os japoneses. Segundo Mao, as operações de guerra revolucionária devem constar das seguintes fases: a fase da organização, a fase da guerrilha e a fase da guerra móvel.

Após o insucesso do levante de dezembro de 1946, Giap voltou à mobilização das massas, 1ª fase, conseguindo a lealdade das aldeias, pelo medo, mas também pelo estímulo ao sentimento nacionalista, educação política, melhoria das condições de vida e formação das milícias aldeãs. Rapidamente, o Vietminh passaria à 2ª fase: a guerrilha.

Nos seus primeiros anos, de 1946 a 1949, apesar do considerável dispêndio de vidas de ambos os lados, a guerra se resumiu às atividades guerrilheiras do Vietminh, enquanto os franceses adotavam uma estratégia essencialmente defensiva. Eram constantes as emboscadas do Vietminh contra patrulhas e comboios, nos deltas dos rios Vermelho e Mekong (concentração do grosso das forças francesas) e ao longo da Rota Colonial 4, na fronteira chinesa (onde os franceses mantinham fortalezas bem guarnecidas). Assassinatos de governadores franceses e de seus colaboradores indochineses também eram comuns.

Apesar da natureza dos combates, o Exército francês mantinha o moral elevado, devido, em grande parte, ao fato de sua tropa ser totalmente regular, com a maioria de voluntários, onde se destacava a Legião Estrangeira.

A vitória de Mao sobre os nacionalistas de Chang Kai-shek, na China, no final de 1949, mudou radicalmente o panorama da guerra. A partir daí e apesar da milenar hostilidade entre vietnamitas e chineses, o Vietminh passaria a contar com um forte aliado, que lhe forneceria consultoria, treinamento, armas e suprimento, rompendo o monopólio dos franceses quanto ao acesso a equipamento pesado e suprimentos.

Em fevereiro de 1950, Giap anunciou o fim da 2ª fase da es-

estratégia de Mao, dando início à guerra móvel. Em maio, iniciou os ataques contra as fortalezas na RC-4 (Dang Khe e Cao Bang eram as principais) e, em outubro, já controlava quase toda a região ao norte de Tonquim (Fig. 3-1). A queda das fortalezas foi um verdadeiro desastre para os franceses, que tiveram suas tropas dizimadas na malograda retirada de Cao Bang.

No princípio do ano seguinte, Giap iniciou o próximo passo, uma ofensiva geral contra as defesas do delta do rio Vermelho, onde a França possuía seu maior poderio militar. Entretanto, encontrou os franceses de ânimo novo, nascido com a chegada do General De Lattre de Tassigny, designado como comandante-chefe, após o desastre de Cao Bang.

Derrotado nas batalhas de Vinh Yen (janeiro), Mao Khe (março) e Rio Day (maio-junho), com a perda de 9.000 homens, Giap retornou ao Viet Bac. Os "grupamentos móveis" (unidades mistas criadas por De Lattre), a linha De Lattre (fortificações que guarneciam o delta) e o bombardeio com napalm detiveram o Vietminh (Fig. 3-2).

Em setembro, Giap iniciou um avanço em direção ao oeste, encarado como sério perigo pelos franceses, já que ameaçava levar a guerra às terras do povo tai (montanhese aliados), a um passo da fronteira com os Laos.

O Exército francês tentou cercear o movimento de Giap e

travaram-se violentas lutas em Hoa Binh. O esforço dos franceses, agora comandados pelo Gen Raoul Salam (De Lattre, vítima de câncer, retornara a Paris), foi em vão: em outubro de 1952, Giap venceu as resistências na cordilheira de Nghialo, em Van Yen e em Gia Hoy, estabelecendo linhas de suprimento até o Viet Bac (Fig. 3-3). Salam ainda tentou uma incursão visando a romper o abastecimento Vietminh e recuperar a cordilheira de Nghia-lo, protegendo a fronteira com o Laos; mas, apesar de um imenso custo humano e material, não obteve êxito. Encerrava-se assim a fase da guerra que ficou conhecida como a Batalha de Tonquim, episódios ocorridos de 1950 a 1952.

Em abril de 1953, Giap iniciou uma ofensiva em direção ao Laos, o que lhe permitiria evitar as defesas do delta do rio Vermelho e, possivelmente, o deixaria em condições de avançar para o sul, rumo ao delta do rio Mekong. Apoiado pelo Pathet Lao, o Partido Comunista do Laos, penetrou fundo em território laociano e só iniciou a retirada em função das dificuldades de suprimento e pela ação militar francesa, já nas proximidades da capital real Luang Prabang.

Em maio o Gen Henri Navarre assumiu o comando francês, em substituição ao Gen Raoul Salam. Já nessa época, havia sido criado o Exército Nacional Vietnamita, em decorrência da

unificação do Vietnã, agora ocupando a posição de Estado Associado Independente da União Francesa, sob o governo do ex-Imperador Bao Dai. Com a criação do Exército do Vietnã os franceses iniciaram planos para se desonerarem da guerra, pois não vislumbravam uma vitória militar a curto prazo.

A preocupação dos americanos, quanto à sorte dos franceses no sudeste asiático, havia crescido com a vitória dos comunistas na China e posteriormente com a eclosão da Guerra da Coréia, em junho de 1950. A partir de então, os EUA vinham enviando assessores, armas e dólares à Indochina, culminando com uma escalada iniciada pelo presidente Dwight Eisenhower, em 1953, após o agravante da situação dos franceses. Justificou-se assim Eisenhower, ao solicitar maiores verbas ao Congresso americano: "Bem, suponhamos que perdemos a Indochina. Disso derivariam várias consequências. A península dificilmente seria defensável. O estanho e o tungstênio dessa região, cuja importância reconhecemos, deixariam de chegar até nós. Por isso, quando os Estados Unidos votam 400 milhões de dólares para essa guerra, não se trata de um problema de liquidação. Votamos no meio menos custoso para impedir algo que seria terrível para os Estados Unidos da América, para nossa segurança, para nosso poder e para nossa capacidade de obter, das riquezas da Indo-

china e do sudeste asiático, algumas coisas de que necessitamos." Palavras que resultaram no primeiro grande empurrão no envolvimento americano no sudeste asiático.⁴

A Operação-Castor, planejada por Navarre para reocupar Dien Bien Phu, teve início em novembro de 1953. O pequeno povoado, localizado estrategicamente na fronteira com o Laos, uma vez fortificado, serviria, segundo Navarre, como parte de uma ação preventiva contra nova penetração do Vietminh naquele país, em direção ao Mekong. Navarre acreditava que o Vietminh não disporia de recursos para atacar uma base fortificada, distante de sua fonte de suprimentos no Viet Bac e na China.

Apesar de cientes da ajuda chinesa, os franceses não levaram em conta que a partir de julho de 1953, com o término da Guerra da Coréia, essa ajuda tinha sido aumentada substancialmente.

Em 31 de março de 1954, Giap atacou Dien Bien Phu e, rapidamente, conquistou principais posições francesas. O poderio da artilharia Vietminh surpreendeu os franceses e o moral da guarnição entrou em decadência. Em duas semanas as defesas francesas já apresentavam sinais de deteriorização.

Com o agravamento da situação cogitou-se de conseguir a ajuda direta dos EUA, que já financiavam 80% das despesas

militares francesas, através de maciços ataques aéreos e mesmo usando bombas atômicas, mas esse apoio malogrou e, no final de abril, Dien Bien Phu era praticamente insustentável.

A derrocada final começou no dia 6 de maio, com um impiedoso bombardeio Vietminh e, no dia seguinte, sem outra alternativa, os franceses decidiram cessar fogo. A batalha estava perdida para a França e o saldo de mortos foi assustador: 2.000 homens da guarnição francesa e 8.000 atacantes (Fig. 3-3).

Embora a luta entre o Vietminh e os franceses também se

desenvolvesse em outras frentes, o fim da batalha de Dien Bien Phu significou o fim da guerra, já que os franceses perderam o ímpeto de continuar lutando. Outro fator que apressou o término da guerra foi a sua impopularidade na França.

Depois de algum tempo de negociações, finalmente, foi assinado o Acordo de Genebra, em 21 de julho, praticamente encerrando a longa permanência dos franceses no sudeste asiático. Giap, o estrategista Vietminh, ganhara sua primeira guerra, mas outra muito mais cruel ainda estava por vir. Preparava-se o cenário para o pesadelo americano.

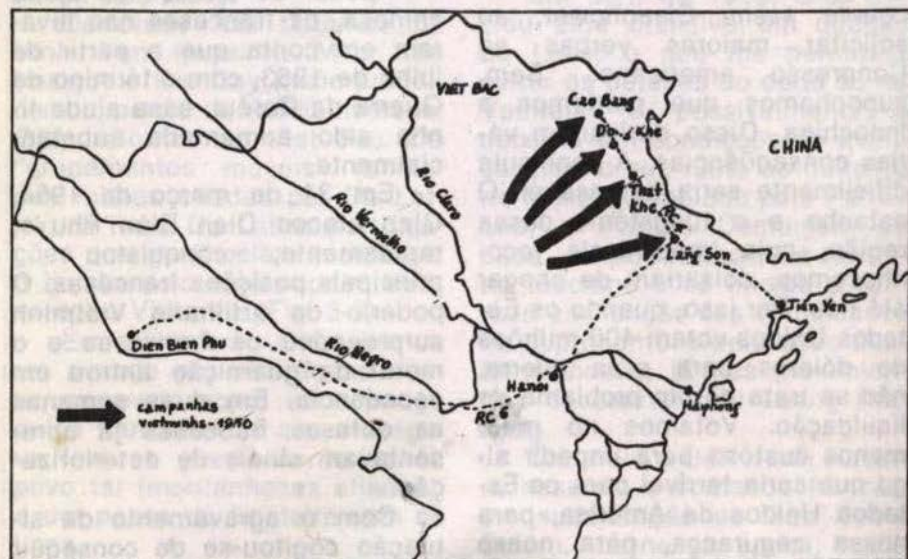


Figura 3-1

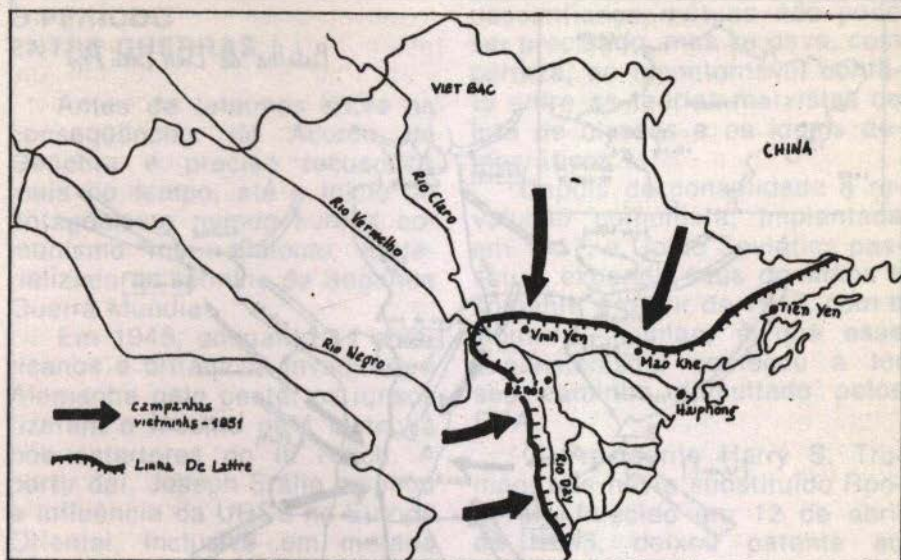


Figura 3-2

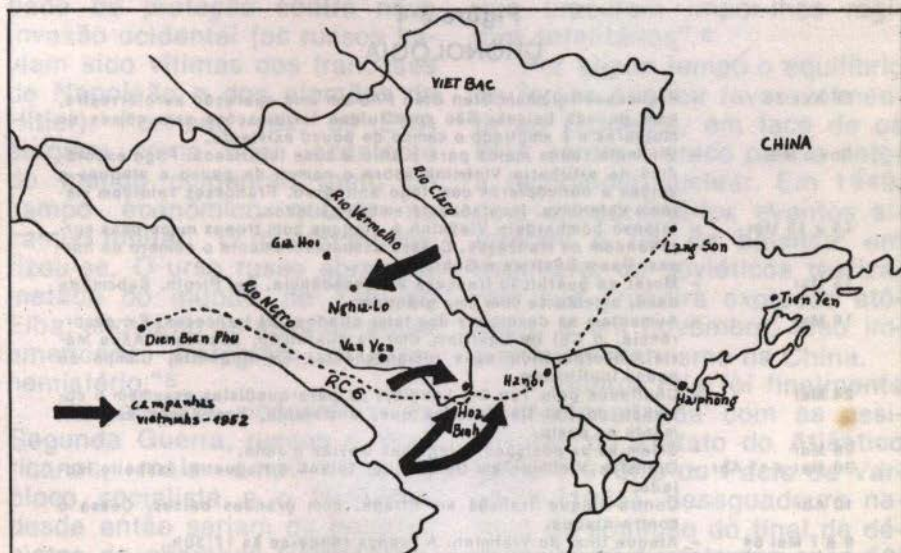
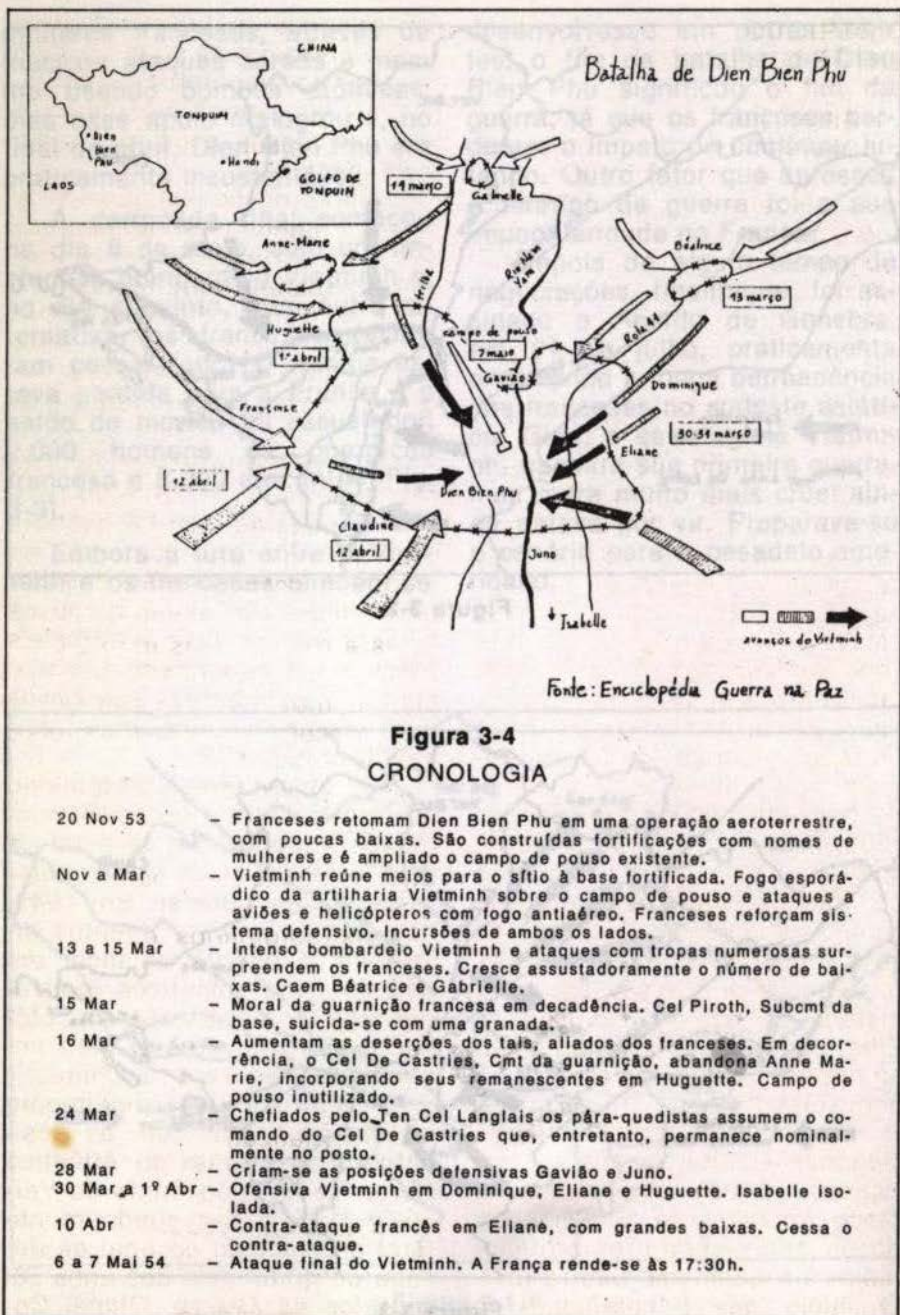


Figura 3-3



O PERÍODO ENTRE GUERRAS

Antes de falarmos sobre as consequências do Acordo de Genebra é preciso recuarmos mais no tempo, até o início do antagonismo mundo livre X comunismo internacional, materializado ao término da Segunda Guerra Mundial.

Em 1945, enquanto os americanos e britânicos invadiram a Alemanha pelo oeste, os russos fizeram o mesmo pelo leste, já nos estertores do III Reich. A partir daí, Joseph Stálin ampliou a influência da URSS na Europa Oriental, inclusive em metade da própria Alemanha, paulatinamente consolidando a presença soviética e formando uma zona-tampão nas suas fronteiras, sob a alegação da necessidade de proteção contra nova invasão ocidental (os russos haviam sido vítimas dos franceses de Napoleão e dos alemães de Hitler). Por sua vez, os EUA surgiam como líder incontestado do mundo ocidental, tanto no campo econômico quanto no campo militar. "O mundo bipolarizou-se. O urso russo abraçava metade do mundo, do Yalu ao Elba, enquanto as asas da águia americana protegiam o outro hemisfério."⁵

Os aliados ocasionais da Segunda Guerra, russos e americanos, mais amplamente o bloco socialista e o Ocidente, desde então seriam os protagonistas da chamada Guerra Fria. O início dessa hostilidade e

desconfiança mútuas não pode ser precisado, mas se deve, com certeza, ao incontornável conflito entre as teorias marxistas de luta de classes e os ideais democráticos.

Depois de consolidada a revolução comunista, implantada em 1917, a União Soviética passou a expandir seus domínios e somente a partir de 1947, com a Doutrina Truman, é que esse expansionismo começou a ter seu caminho dificultado pelos EUA.

O Presidente Harry S. Truman, que havia substituído Roosevelt, falecido em 12 de abril de 1945, deixou patente ao mundo a determinação dos Estados Unidos de "ajudar os povos livres a manter suas instituições livres e sua integridade nacional contra movimentos agressivos que procurem impor-lhes regimes totalitários".⁶

Por algum tempo o equilíbrio de forças pendeu favoravelmente ao Ocidente, em face de os EUA serem o único país a deter a tecnologia nuclear. Em 1949, dois extraordinários eventos alteraram o fiel da balança: em setembro, os soviéticos realizaram sua primeira explosão atômica, e em novembro, Mao implantou o marxismo na China.

A Guerra Fria foi finalmente institucionalizada com as assinaturas do Tratado do Atlântico Norte (1949) e do Pacto da Varsovia (1955), desaguadouro natural da ebulição do final da década de 40 e início dos anos 50: conflitos na Grécia, China, Co-

réia, Malásia e Indochina, deflagrados por movimentos comunistas.

Na Indochina, como já vimos, a luta anticolonialista transformou-se numa guerra revolucionária, apoiada pela China de Mao, que culminou com a derrota francesa em Diem Bien Phu e a assinatura do Acordo de Genebra, em 21 de julho de 1954, dividindo o Vietnã. A França e o Vietminh estabeleceram que a Conchinchina e Anam, até o paralelo 17, permaneceriam fora do controle comunista, enquanto que o Camboja e o Laos receberiam independência total. O território controlado por Ho Chi Minh passaria a ser conhecido como Vietnã do Norte.

Ao sul constituiu-se, sob a proteção francesa, o Vietnã do Sul, antes mesmo do encerramento das negociações, tendo o Imperador Bao Dai como chefe de estado. O novo país passou a ser efetivamente governado por Ngo Dinh Diem, nomeado primeiro-ministro, com amplos poderes, embora sem nenhum respaldo popular (um católico governando um povo eminentemente budista). Em 1955, a monarquia seria abolida e Diem instituído como presidente da nova república.

Pouco depois do Acordo de Genebra, foi assinado o Pacto de Manila, em 8 de setembro, constituindo a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTSA), destinada a garantir a segurança na região, face a

ameaça comunista. Foram signatários os EUA, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Paquistão; mas a Organização não adquiriu força justamente por contar com poucos países asiáticos e também pela ausência da Índia e da Indonésia, os dois maiores países da região. O Laos, o Camboja e o Vietnã faziam parte da área a ser defendida, mas só constaram de um protocolo adicional.

Na realidade, apenas os EUA tomariam a si a tarefa de defender aquela área, onde já se envolviam desde o término da Segunda Guerra Mundial. O governo do Presidente Dwight D. Eisenhower estabeleceu um plano de ajuda ao Vietnã do Sul, país diretamente ameaçado pelos comunistas, destinado a "desenvolver e manter um Estado forte e viável, capaz de resistir à subversão intentada ou à agressão por meios militares".⁷

Americanos e franceses haviam composto a "Missão de Instrução e Treinamento Militar" mas, já em 1955, os franceses encerraram seu programa de ajuda ao Vietnã do Sul, permanecendo esses encargos apenas com os americanos.

A conquista do Vietnã do Sul, pelo Vietnã do Norte, começou imediatamente após a divisão no paralelo 17. Milhares de pessoas, na sua maioria católicos, deixaram o Norte, refugiando-se no Sul, do que se aproveitou Ho Chi Minh para infiltrar seus agentes, que passa-

ram a dar nova organização às aldeias e formar pequenos grupos guerrilheiros clandestinos, no mesmo processo que já havia tido sucesso na China e no Vietnã do Norte.

O governo Diem, além da oposição dos comunistas, contava também com a ameaça de duas poderosas seitas religiosas — a Cao Bai e a Hoa Hoa, ambas com exércitos próprios — bem como do Binh Xuyen, sindicato do crime que controlava a polícia de Saigon. Desbaratando, em 1955, o Binh Xuyen e as seitas que a ele haviam se aliado, Diem ganhou força e retardou a ação dos comunistas, além de ter conseguido a reafirmação do apoio da Casa Branca, já inquieta com a corrupção e ineficiência que vinham caracterizando seu governo. Entretanto, adotou uma política antibudista e continuou a agir como um mandarim ditatorial, aumentando sua impopularidade. Criou, assim, condições para a proliferação das organizações subversivas e a intensificação de campanhas terroristas, que atingiram o auge em 1957.

Dois anos depois, em 1959, morreram os primeiros americanos no Vietnã, vítimas da incur-

são de comunistas sul-vietnamitas à sede do destacamento de consultoria dos EUA, próximo a Saigon. Nessa época, o número de americanos no Vietnã ainda não atingia 400.

Em 1960, foi criada a Frente de Libertação Nacional (FLN) do Vietnã do Sul, tutelada pelos comunistas de Hanói, que intensificou as ações subversivas. Apesar de tudo, o Vietnã nem constava de uma lista, preparada pelos assessores de Kennedy, sobre as crises possíveis de serem esperadas em 1961, primeiro ano de seu governo.

BIBLIOGRAFIA

1. John G. Fowler Jr, "Coesão de Combate no Vietnã", *Military Review*, 2º trim. 80, p. 29.
2. Ralsh G. Martin, "Os últimos Dias de Kennedy — O Pesadelo do Vietnã", encarte da Revista *Manchete*.
3. "O Senhor da Guerra", *Enciclopédia Guerra na Paz*, vol. 1, p. 259.
4. "A Guerra da Indochina", *Enciclopédia Grandes Fatos do Século Vinte*, vol. 3, p. 556.
5. Lewis A. Tambs, "Influência da Geopolítica na Política e na Estratégia das Grandes Potências", *A Defesa Nacional*, Jul/Ago — 80, p. 147.
6. Gen Curtis E. Le May e Maj Gen Dale O. Smith, "USA em Perigo", p. 239 (BIBLIX).
7. Idem, p. 243.



ANTONIO SERGIO GEROMEL – Capitão do Exército. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1974) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1984), além do Curso de Técnica de Ensino, do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, do Ministério da Marinha (1980). É bacharel em Ciências Econômicas pelas Faculdades Unidas Católicas de

Mato Grosso, Campo Grande, MS. Exerce, atualmente, o comando da 14ª Companhia de Comunicações.



INFORMAÇÕES

PRESEÇA MILITAR NAS FRONTEIRAS

A presença militar nas fronteiras, para proporcionar tranquilidade ao povo brasileiro, sempre foi uma preocupação dos governos, desde o tempo do Brasil-Colônia.

Até que nossas fronteiras fossem firmadas, muitas lutas foram travadas. Hoje temos fronteiras perfeitamente definidas, o que não é muito comum do mundo. Não temos sequer um litígio de limite com os vizinhos.

Vários monumentos atestam aquela fase heróica de nossa história. Os mais famosos são o Forte Príncipe da Beira, em Rondônia, e o Forte Coimbra, no Mato Grosso do Sul.

A permanência de efetivos regulares nos mais distantes pontos, para assegurar a inviolabilidade de nosso território é, ainda hoje, absolutamente indispensável.

Atualmente, uma vez que nossos limites são perfeitamente reconhecidos pelos vizinhos, o Exército exerce, naquelas áreas, muito mais um papel de colonização, do que, propriamente, de defesa armada do território nacional.

Todo quartel de fronteira possui médico, dentista, armazém, estação de rádio, escola e campo de pouso, funcionando como verdadeiro núcleo de uma futura cidade. O "caboclo", ao perceber a presença do Exército nesses lugares distantes, enche-se de confiança e se fixa na terra. O território vai sendo ocupado, novas riquezas vão sendo descobertas e a fronteira agrícola vai se expandindo.

Os soldados brasileiros trabalham anonimamente nessa difícil e gratificante tarefa, motivados por acentuado sentimento patriótico, e mantêm acesa a chama do ideal dos primeiros desbravadores. As dificuldades encontradas, longe de desanimá-los, mais ainda os fortalecem para o árduo cumprimento do dever.

A vida desses soldados não é nada fácil; na maioria das vezes têm que se separar de sua família, ou mesmo enfrentar todas as dificuldades com ela. Tudo isso para que nós, brasileiros, possamos viver com tranquilidade e segurança.

O projeto Calha Norte, criado com o objetivo de desenvolver e fortalecer a presença nacional na região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, dá continuidade à sábia e

patriótica solução encontrada por nossos antepassados.

O projeto inclui a região ao norte dos rios Solimões e Amazonas, com uma superfície de 1.200.000km² de terras que se distribuem pelos estados do Amazonas e Pará e territórios de Roraima e Amapá. São 6.500km de fronteiras com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, estendendo-se de Tabatinga - AM até Oiapoque - AP, como se vê no esboço.

(Transcrição do Noticiário do Exército nº 7.315, de 6 de agosto de 1987)

RELAÇÃO DOS BLINDADOS USADOS NA CAMPANHA DAS MALVINAS (FALKLANDS)

- AML-90, carro blindado conhecido como AML-245, modelo C, desenvolvido para o Exército francês pela PANHARD, junto com a DIRECTION TECHNIQUE DES ARMEMENTS TERRESTRES. Tem canhão 90mm. Os argentinos usaram um esquadrão nas Falklands, porém o severo terreno limitou seu uso fora do perímetro de defesa do Porto Stanley.

Duas viaturas foram trazidas para a Grã-Bretanha pelos BLUES e ROYALS.

- BARV (Beach armoured recovery vehicle) forma parte normal de equipamento de guerra anfíbio do navio de assalto HMS FEARLESS e INTREPID. O veículo é um CC Centurion modificado e pode operar em águas de 2,4m de profundidade.

A função do BARV é manter as praias livres durante o assalto, recuperando veículos afundados.

- THE SAMSON é um carro de socorro leve, derivado do Scorpion. Tem um guincho pesado com força máxima de 12 toneladas. Um SAMSON acompanhou os BLUES e ROYALS durante toda campanha.

- FV 180 COMBAT ENGINEER TRACTOR, fabricado pela ROYAL ORDNANCE em

LEED e NOTTINGHAM, é a única viatura desse tipo em serviço em qualquer exército. Seu peso é de 16 toneladas, e tem uma velocidade máxima de 64km/h, sendo completamente anfíbio, propulsado por duas unidades de jato de água, montadas na traseira. Pode operar um DOZER ou DIGGERZ, tem uma âncora lançável por míssil, e uma espia com qual se pode tirar de um terreno pantanoso. Pode ser equipado com guindaste de 8 toneladas, guincho, e estrada pré-fabricada que se desenrola na frente, quando atravessa terreno mole.

— LVTP-7 — LANDING VEHICLE TRACKED PERSONNEL. Este veículo é fabricado por FMC e é muito usado pelo US Marines Corps e, também, pelo Corpo Argentino de Infantaria Naval. Tem motor diesel Detroit 298kW e velocidade na estrada de 64km/h. Na água, pode atingir 14km/h com os jatos de água. Tem uma metralhadora 12,7mm e blindagem de 30mm na frente e 7mm nos lados. Este veículo comporta uma tripulação de 3 e pode transportar 25 homens. Uma companhia de LVTP-7 foi usada pelos Argentinos durante a ocupação do Porto Stanley. Um LVTP-7 foi atingido por míssil anticarro 66mm, durante a invasão Argentina, e parou, quando outro tiro de CARL GUSTAV de 84mm atingiu a frente e perfurou a blindagem de 30mm.

O USO DE CARROS DE COMBATE (CC) SOBRE LAGARTAS NAS MALVINAS (FALKLANDS) PELOS INGLESES

Dois grupos, de 14 homens cada, tomaram parte das operações nas Falklands (Malvinas), com quatro CCL Scorpion e quatro CCL Scimitar.

Esses dois grupos tiveram apoio do carro de socorro leve Samson. Um grupo pertencia à Royal Horse Guards, conhecido como The Blues, e o outro, era o First Royal Dragoons, conhecidos como The Royal.

A origem do CVR(T) (combat vehicle reconnaissance-tank) foi solicitação do Exército em 1950, para um CCL sobre lagartas que pudesse combinar reconhecimento e apoio de fogo, ter possibilidades anticarro e ser bastante leve para ser lançado de avião, com pára-queda. Foi estabelecido um limite de peso de 6.750kg, que não permitia desenhar um CCL que satisfizesse todas as exigências. Os projetistas chegaram a uma solução de duas viaturas: um modelo com lagarta e canhão de 76mm, que originou no CVR(T) Scorpion, e uma viatura com rodas e canhão de 30mm, o CVR(W) Fox.

Durante o desenvolvimento do Scorpion, outras variantes foram desenhadas. A primeira foi o Scimitar, muito similar ao Scorpion, exceto quanto ao canhão de 30mm, Rarden. Depois surgiu o STRIKER, que era equipado com míssil anticarro SWINGFIRE, e o SPARTAN, que originalmente era CBTP, mas que desempenhou muitas outras funções no Exército britânico. Outros três tipos foram ainda desenvolvidos: o SAMARITAN, uma ambulância blindada; o SAMSON, um carro socorro, e o SULTAN, veículo de comando blindado.

Nas Falklands foram usados o SCORPIONS e o SCIMITAR, com um SAMSON prestando socorro.

Sendo um carro de reconhecimento, o CVT(T) deve ter mobilidade máxima; não somente velocidade, mas também possibilidade de atravessar qualquer tipo de terreno. Os CC muitas vezes têm problemas para atravessar terrenos, especialmente os moles. Para evitar este problema, a pressão nominal no solo (peso do veículo dividido por área de contato com solo) precisa ser a mínima possível. Em outras palavras, significa limitar o peso ao mínimo e distribuí-lo na maior área possível. Isso foi conseguido usando-se blindagem de alumínio, dando ao veículo um peso de 7.945kg, e usando-se lagartas de 432mm de largura. Mesmo assim, havia certa dúvida quanto à possibilidade do SCORPION ser aprovado nos terrenos difíceis das Falklands.

A Infantaria tinha, nas Falklands, mísseis anticarro Milan e outras armas anticarro de infantaria de menor tamanho, sem flexibilidade de uma plataforma móvel com canhão. Aqui os Scorpions e Scimitar tinham algo a oferecer. O canhão do Scorpion de 76mm usa munição anticarro, o HESH (High Explosive Squash Head). No contato com a blindagem, o HESH, forma uma "panqueca" grossa de explosivo que, ao explodir, as ondas de explosão são transmitidas pela blindagem para a parte interna, que separa um disco de metal, acompanhado de centenas de pedaços de blindagem. Estes voam com velocidade e causam avarias na tripulação e instalação. Munição HESH é efetiva contra todos os CC até a distância de 3.500m. O CVR(T) tem também munição explosiva HE, Canister, que funciona similarmente como munição de caça e é usada contra infantaria, a curta distância. Outra munição também é usada para iluminação e produção de fumaça artificial.

EMBRAER VENDE BRASÍLIA PARA AUSTRALÁSIA

A empresa aérea Talair, da Papua Nova Guiné, que opera em 136 cidades da Australásia, acaba de assinar contrato de compra de dois EMB-120 Brasília da Embraer,

com opção para mais duas unidades. Com essa venda, a aeronave de 30 passageiros da Embraer atinge um total de 108 encomendas firmes e 149 opções de compra, posicionando-se como líder de venda entre os turbohélices pressurizados de nova geração lançados no mercado da aviação regional de todo o mundo.

O contrato, que é a primeira venda do Brasília na Australásia, foi assinado na sede da Embraer em São José dos Campos, pelo presidente da Talair, Dennis Buchanan. A empresa da Papua Nova Guiné já opera uma frota de nove EMB-110 Bandeirante, desde 1978, e encomendou mais uma unidade do bimotor da Embraer. Sua frota totaliza 60 aeronaves, que no ano passado transportaram 220 mil passageiros.

O maior operador do Brasília continua sendo a regional norte-americana ASA (Atlantic Southeast Airlines), que possui 38 encomendas firmes e 38 opções de compra e já tem 20 unidades da aeronave em operação. Até o momento, a Embraer já entregou 46 unidades do Brasília que estão operando em nove empresas em cinco países.

EMBRAER VENDE MAIS BRASÍLIA NA EUROPA

A Embraer acaba de assinar contratos de comercialização de mais onze EMB-120 Brasília para a Europa, sendo seis vendas firmes e cinco opções de compra, como resultado de negociações finalizadas durante o 37º Salão de Aeronáutica e Espaço de Le Bourget, realizado em junho na França.

Com os últimos negócios fechados pela Embraer, o Brasília soma 106 vendas firmes e 147 opções de compra, o que totaliza 253 aeronaves comercializadas. O maior operador do Brasília continua sendo a regional norte-americana ASA (Atlantic Southeast Airlines), que tem 38 encomendas firmes e 38 opções de compra. A ASA já possui 19 aeronaves Brasília operando em várias rotas a partir de Atlanta, na Georgia.

Os negócios que acabam de ser assinados pela Embraer são mais dois Brasília para a empresa regional alemã DLT, subsidiária da Lufthansa, que passa assim a ter 12 encomendas firmes e mais quatro outras unidades, sendo duas para a DAT (Delta Air Transport) da Bélgica, uma subsidiária da Sabena, que assinou também duas opções de compra, e duas para a Aero Leasing, da Suíça, que firmou três opções de compra.

O canhão de 30mm RARDEN, usado no SCIMITAR, pode dar tiros individuais ou tiros triplice. A munição especial APSE (Armoured Piercing Special Effect) penetra a blindagem e depois explode no interior do veículo. É

empregada contra CBTP. O Scimitar também tem munição penetrante (armoured piercing) e HE. Os dois canhões juntos podem cobrir grande variedade de alvos.

A decisão para levar os CVR(T) às Falklands, foi feita no dia 3 de abril de 1982. A falta de espaço nos transportes e a dúvida sobre seu desempenho determinaram que somente 4 Scorpions e 4 Scimitar e um Samson fossem embarcados, organizados em dois grupos mistos, com dois Scorpions e dois Scimitar para cada grupo. O uso tático normal seria usá-los em pares, com um Scorpion e um Scimitar juntos.

Na Baía de San Carlos havia ainda certa dúvida quanto à possibilidade de uso dos CC. Tendo sido realizados os planos para o futuro avanço, os CVR(T) encontraram uma aplicação estranha: a de transportar reservas de materiais para a frente.

Havia falta de transporte mecanizado e grande quantidade de material foi desembarcado. Estes precisavam ser levados para frente e os CVR(T) ofereceram meios para se fazer isto. Considerando a silhueta e o formato, o CVR(T) não poderia levar muita coisa, porém cada quantidade pequena ajudou.

Quando a cabeça da ponte se rompeu, os CVR(T) deram apoio ao 45 Commando e ao 3 PARA, no avanço em direção de DOUGLAS e TEAL. Com surpresa, os BLUES e ROYALS descobriram que podiam percorrer, à vontade, o turfo terreno. Em uma ocasião, o comandante do CVR(T) pulou da viatura e afundou até os joelhos no brejo, porém a viatura nem mesmo quebrou a crosta. Isto significa que as CVR(T) poderiam ser usadas em suas próprias funções de avanço, indo na frente dos "MARINS" e "PARAS", que estavam a pé, chegando no terreno mais alto e dando cobertura para o avanço, protegendo os flancos.

Após a captura da Estância House, o general JEREMY MOORE percebeu que as CVR(T) poderiam ser úteis, e decidiu que os dois grupos deveriam se juntar com 2 PARA no BLUFF COVE. Os comandos estimaram que iria demorar 36 horas para os grupos atravessarem o trajeto ESTÂNCIA via SAN CARLOS nas piores estradas.

Porém os BLUES e ROYAL ganharam bastante confiança em suas viaturas e escolheram o trilho provavelmente impossível no Sul de Estância House. Fizeram a jornada em seis horas.

Uma CVR(T) tropa foi colocada sob comando de SCOTS GUARDS, para o ataque em TUMBLEDOWN. Uma parte do plano era realizar um ataque divisionário ao lado da estrada BLUFF COVE-STANLEY, para cobrir o movimento do Batalhão de Goat Ridge, a oeste, para o pé de TUMBLEDOWN. Foi decidido que os BLUES e ROYALS providenciariam o ataque divisionário para atrair o fogo do inimigo.

A operação começou após o escurecer do dia 13 de junho, porém o primeiro Scorpion passou por cima de uma mina antipessoal, e foi eliminado. A tripulação não sofreu danos. O resto da tropa permaneceu onde estava e providenciou apoio ao fogo, enquanto outra tropa do CVR(T) ia com 2 PARA, para WIRELESS RIDGE. Aqui, novamente os BLUES e ROYALS foram usados plenamente como apoio de fogo. Nesse ínterim, as tropas desenvolveram uma técnica de uso de 76mm e 30mm para atacar casamatas, abrigos subterrâneos, afloramentos de rochas, e obrigaram o inimigo a sair para ser submetido às metralhadoras, habilmente montadas.

A mobilidade dos veículos permitiu que atingissem rapidamente um ponto qualquer, e o aparelho de visão noturna garantiu-lhes que o escuro não fosse problema.

O CVR(T) também contribuiu para a batalha final da campanha, e cada veículo percorria 600km por jornada difícil.

Os tripulantes faziam sozinhos a manutenção, e houve falha somente num conjunto maior, que era a caixa de câmbio.

Os Scorpions lançaram, em média, cada um, 60 granadas 76mm, e 120 granadas foram lançadas de cada Scimitar, de seus Rarden.

Hoje, é claro que o uso do CVR(T), em quantidade maior, ajudaria a campanha. Mesmo assim, três membros dos BLUES e ROYALS foram mencionados em mensagens e apareceram na lista da láurea, das FALKLANDS ISLANDS.

Joseph Soucek

CAMPANHA PERMANENTE DE SEGURANÇA NAS ESTRADAS: PRIMEIRA AVALIAÇÃO

Se o DNER conseguisse de imediato recursos da ordem de Cz\$ 6 bilhões para corrigir os dois mil "pontos negros" — segmentos rodoviários de repetição frequente de acidentes — que juntos somam 2.300 km, dentro de um ano, haveria uma redução significativa em relação à curva de acidentes nas rodovias federais, afirmou o Eng^o Homero Rangel, da Diretoria de Trânsito, em palestra, ontem, no auditório do órgão.

Segundo ele, tomando-se por base as estatísticas de acidentes, do ano passado, o DNER fez uma projeção para saber o número provável de acidentes, caso estes chamados pontos negros fossem eliminados: haveria menos 18 mil acidentes e menos 12 mil feridos. As projeções indicam também que 1.500 pessoas deixariam de morrer.

No ano passado foram registrados 71.341 acidentes, com 50.450 feridos e 6.757 mortos, representando um aumento em relação à curva de acidentes, que vinha se mantendo num patamar aproximado de 48.000 acidentes, 31.000 feridos e 4.100 mortos.

Comparando estes números com a média das curvas de acidentes, feridos e mortos nos últimos 10 anos, verifica-se que os valores atuais representam os acréscimos correspondentes de 60%, 61% e 64%, em relação àquela média,

demonstrando a gravidade da situação atual.

Para caracterizar mais enfaticamente esta gravidade das consequências dos acidentes de trânsito, Homero ressaltou que o total de mortos registrado por ano é superior a 10 vezes o total de vítimas fatais ocorrido nos acidentes de aviação em todo o mundo, em 1985, considerado o ano mais trágico da aviação mundial. Seria, ainda, disse ele, como se, a cada dois dias, houvesse a queda de um avião lotado, do tipo Boeing 707, com a morte de todos os seus ocupantes.

Estes acidentes ocorreram com maior frequência, nos finais de semana (47%), entre as 18.00 e 19.00 horas (7%), na primeira hora do trajeto (46%) e após ter o veículo percorrido de 10 a 50 km (31%). O tipo de acidente de maior frequência é a colisão traseira (18%), seguido pela saída de pista (16%), pelo abalroamento no mesmo sentido (9%) e pelos atropelamentos (9%), que vêm aumentando ultimamente, disse Homero.

O alcoolismo, as drogas, a fadiga, as doenças crônicas e os desajustamentos psicossociais são as principais causas de acidentes. Os dados apontam o homem como o maior responsável pelos acidentes, com um percentual superior a 75%. Os demais devem-se ao estado do veículo ou à manutenção da estrada.

Entre as rodovias com maior índice de acidentes se destacam a Via Dutra, com 1,79 acidentes por 10³ mil veículos; a Fernão Dias, com 3,23; a Régis Bittencourt (S.Paulo-Curitiba), com 2,71; a Rio-

Belo Horizonte, com 1,66; e a Curitiba-Florianópolis, com 2,80 acidentes por 10³ mil veículos.

As travessias urbanas, lembrou Homero, estão classificadas como segmentos críticos de maior gravidade, com um elevado percentual de 22,7%. Isto é devido às grandes concentrações humanas – superior a 70% – nos centros urbanos brasileiros. Em 1986 ocorreram 3.400 atropelamentos nestas travessias, o que representou mais de 60% do total de mortos, por atropelamento, nos acidentes de trânsito nas vias.

Dentre as travessias urbanas analisadas pelo DNER e consideradas como pontos negros, temos a rodovia BR-408-PE-Camarajibe, BR-166-BA-Jaguaguara, BR-116-MG-Caratinga, acesso à Fiat na Rio-Petrópolis, acesso à Reduc na Rio-Petrópolis, Praça de Pedágio na ponte Rio-Niterói, BR-364-MT-Jaciara, BR-101-ES-Linhares, e BR-101-SE-Estância.

– Atualmente, estão ocorrendo reações populares em muitas travessias urbanas – decorrentes do elevado número de acidentes de trânsito, com mortes – que levam os órgãos viários a procurar agilizar soluções para as situações conflitantes, principalmente, com a implantação de passarelas e de redutores de velocidade. A solução definitiva impõe, quase sempre, a construção de um contorno ou de uma via expressa, disse Homero.

Finalmente, Homero disse que um acidente custa ao País, em média, US\$ 7.200, se considerarmos, apenas, os valores quantitativos correspondentes às seguintes parcelas: atendimento médico dos primeiros socorros; perda da capacidade de trabalho por morte ou invalidez e danos ocorridos nos veículos e em suas cargas.



Assinatura do NE

Os militares, particularmente os da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do *Noticiário do Exército* deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-
General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70630 –
Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados), e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por vale postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: nome completo, endereço, bairro, cidade, estado, CEP e número do vale postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1987: Cz\$ 120,00

– PAGAMENTO:

Em cheque



Emitido em nome de A DEFESA NACIONAL, podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal



A favor de A DEFESA NACIONAL, pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" – Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25

20455 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 253-4628



POLÍTICA e ESTRATÉGIA

revista trimestral de política internacional e assuntos militares

Murillo Santos

O Poder Aeroespacial

Oliveiros S. Ferreira

Forças Armadas e Política Externa

Wayne A. Selcher

As Relações Brasil América-Latina

Letícia Pinheiro

O Brasil e a Guerra das Malvinas

Césare Giuseppe Galvan

A Expansão Nuclear Alemã

Carlos J. Moneta

A Antártica e o Atlântico Sul

Inclua-me entre os assinantes de Política e Estratégia

Nome

Rua

CEP Cidade/Estado

Telefone Anexo cheque no valor de Cz\$320,00,

do Banco , em nome do

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Alameda Eduardo Prado, 705 - Tel.: (011) 826-7577 - 01218 - São Paulo - SP.

Quando o Exército Brasileiro e a Indústria andam de braços dados, quem ganha é o Brasil.

ASTROS II



ASTROS II - tecnologia de ponta em saturação de área - a engenharia nacional projetando a tecnologia brasileira de defesa e gerando divisas para o País.



EDT-FILA



EDT-FILA - a defesa aérea no estado da arte - resultado concreto da cooperação entre o Exército e a AVIBRAS.



AVIBRAS AEROESPACIAL S.A.

Antiga Estrada de Parahyba, Km 118 - Caixa Postal 225 - CEP 12200
São José dos Campos - SP - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex (123) 3493 AIAE BR